



Tribunal de Contas

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2015

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA E INDICADORES

MAIO DE 2016

ÍNDICE

I – Sessões de decisões do Tribunal	6
II - Recomendações	7
Número de recomendações formuladas	7
Acolhimento de recomendações	7
III – Controlo prévio	8
Número e caracterização dos processos	8
Volume financeiro dos processos controlados	11
Indicadores financeiros	12
Recursos ordinários	12
Ações para apuramento de eventuais responsabilidades financeiras	13
Indicadores financeiros (ARF)	14
IV – Controlo concomitante	15
Adicionais a contratos visados	15
Auditorias de fiscalização concomitante	15
Indicadores financeiros	16
V – Controlo sucessivo	17
Auditorias por área de atuação e tipologia	17
Lista de auditorias/VEC/pareceres concluídos/N.º Recomendações	19
Lista do valor financeiro dos factos de auditoria/VEC/pareceres detetados	22
Lista dos impactos financeiros em sede de controlo sucessivo conhecidos em 2015	28
Verificação interna de contas	31
Entidades objeto de controlo	32
Relatórios de órgãos de controlo interno	50
Participações, exposições, queixas e denúncias	51
VI – Efetivação de responsabilidades	52
Responsabilidade financeira sancionatória	52
Responsabilidade financeira – 3.ª Secção e Secções Regionais	54
VII – O Ministério Público junto do Tribunal de Contas	57
O Ministério Público e a efetivação de responsabilidades	57
Participações do Ministério Público a outras jurisdições	58
VIII – Os recursos utilizados	59
Os recursos humanos	59
A formação profissional	60
Os recursos financeiros	61
IX - Elementos complementares da Conta Consolidada	63

RELAÇÃO DE SIGLAS

ADSE	Direcção Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública
ACSS	Administração Central do Sistema de Saúde, IP
AEO	Acompanhamento da execução orçamental
APRAM	Administração dos portos da Região Autónoma da Madeira
ARF	Apuramento de responsabilidades financeiras
CALRA	Conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo
CLCM	Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, SA
CGE	Conta Geral do Estado
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CRA	Conta da Região Autónoma
EDA	Eletricidade dos Açores
EEM	Empresa empresarial municipal
EPE	Entidade pública empresarial
EPR	Entidades públicas reclassificadas
IGFSS	Instituto de gestão financeira da segurança social
IPO	Instituto Português de Oncologia
IPVC	Instituto politécnico de Viana do Castelo
IRS	Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares
IRC	Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas
ISS	Instituto da Segurança Social
IST	Instituto Superior Técnico
IUC	Imposto único de circulação
IVA	Imposto sobre o valor acrescentado
LCPA	Lei dos compromissos e pagamentos em atraso
LFL	Lei das finanças locais
LOE	Lei do orçamento do Estado
LOPTC	Lei de organização e processo do Tribunal de Contas

MP	Ministério Público
MPE	Madeira Parques Empresariais SA
OE	Orçamento do Estado
PAEL	Programa de Apoio à Economia Local
POCISSSS	Plano oficial de contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social
PPP	Parcerias Público Privadas
RA	Região autónoma
RAM	Região Autónoma da Madeira
SATU Oeiras	Sistema Automático de Transporte Urbano de Oeiras EM, SA
SESARAM	Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPE
SFA	Serviços e fundos autónomos
SI	Serviços Integrados
SIMDOURO	Saneamento do Grande Porto, SA
SNS	Serviço nacional de saúde
SPE	Setor público empresarial
SRA	Secção Regional dos Açores
SRM	Secção Regional da Madeira
TC	Tribunal de Contas
VEC	Verificação externa de contas
VIC	Verificação interna de contas

O presente volume, de informação estatística e indicadores, apresenta os dados agregados da Sede, Secção Regional do Açores e Secção Regional da Madeira.

I – SESSÕES E DECISÕES DO TRIBUNAL

As deliberações e decisões do Tribunal de Contas são tomadas, na Sede, em Plenário Geral, Plenário de Secção, Subsecção (três juízes), em sessão diária de visto e por Juiz singular. Nas Secções Regionais, em coletivo especial, sessão ordinária, sessão diária de visto e audiência de julgamento.

Número de sessões e decisões do Tribunal em 2015

Plenário Geral e Secções do Tribunal	Sessões	Decisões	Sentenças	Acórdãos	Resoluções	Relatórios Auditorias VEC e ARF	Outros relatórios e Pareceres CGE, CRA e CALRA
Plenário Geral do Tribunal	5			2	2		1
1.ª Secção - plenário e subsecção	32			39	1	16	
1.ª Secção - sessões diárias de visto		1364					
1.ª Secção - juiz singular		22	8				
2.ª Secção - plenário e subsecção	32				4	32	4
2.ª Secção - juiz singular		9	25				
3.ª Secção - plenário	24		22				
3.ª Secção - juiz singular	10			33			
Secção Regional dos Açores							
Sessões diárias de visto	52	108					
Sessões ordinárias e extraordinárias	12	4				9	
Audiências de julgamento	3		2				
Sessões especiais	1						2
Decisões em processo autónomo de multa		2	6				
Secção Regional da Madeira							
Sessões diárias de visto	34	5					
Sessões ordinárias e extraordinárias	17					16	
Audiências de julgamento	5		4				
Sessões especiais	2						3
Decisões em processo autónomo de multa			30				

II – RECOMENDAÇÕES

NÚMERO DE RECOMENDAÇÕES FORMULADAS

A Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (Lei de organização e processo do Tribunal de Contas – LOPTC) prevê o poder do Tribunal de Contas (TC) formular recomendações no âmbito da sua atividade, constituindo as mesmas instrumentos essenciais da sua atuação.

Número de recomendações formuladas em 2015

Tipo de processo	Sede	SRA	SRM	Total
Fiscalização prévia	1.150	1	40	1.191
Ações para apuramento de responsabilidades financeiras	41		10	51
Auditorias de controlo concomitante	11	8	5	24
Pareceres (CGE, CRA)	96	17	21	134
Acompanhamento da execução orçamental	4			4
Auditorias e VEC de controlo sucessivo	467	27	16	510
Verificação interna de contas	342	75		417
Total	2.111	128	92	2.331

Nota: Por cada recomendação dirigida a mais de uma entidade, foram consideradas tantas recomendações quantas as entidades a que se formularam.

ACOLHIMENTO DE RECOMENDAÇÕES

Em 2015 o Tribunal teve conhecimento do acolhimento de 381 recomendações, formuladas no ano ou em anos anteriores.

Número de recomendações acolhidas em 2015

Tipo de processo	Sede	SRA	SRM	Total
Ações para apuramento de responsabilidades financeiras			5	5
Auditorias de controlo concomitante	7	2	16	25
Auditorias e VEC de controlo sucessivo	229	24	32	285
Pareceres (CGE, CRA)	55	3	7	65
Verificação Interna de Contas			1	1
Total	291	29	61	381

III – CONTROLO PRÉVIO

NÚMERO E CARACTERIZAÇÃO DOS PROCESSOS

Nos termos da LOPTC, compete à 1.ª Secção do Tribunal, na Sede, e às Secções Regionais dos Açores e da Madeira, o controlo financeiro prévio, o qual é exercido mediante a concessão ou recusa de visto aos atos, contratos e outros instrumentos geradores de encargos.

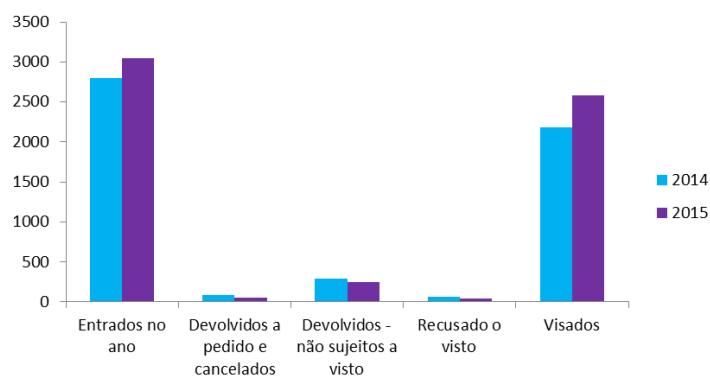
Movimento processual no ano

Processos de visto/Tipos de decisão	Sede	SRA	SRM	Total
Transitados	339	16	21	376
Entrados no ano	2.803	76	166	3.045
Total para análise no ano	3.142	92	187	3.421
Devolvidos a pedido do serviço e cancelados	48	3		51
Devolvidos por não estarem sujeitos a visto	224	7	22	253
Recusado o visto	42	3	1	46
Visados *	2.383	63	138	2.584
Visto tácito **	56			56
Total concluído no ano	2.753	76	161	2.990
Transitados para o ano seguinte	389	16	26	431

* Inclui processos com declaração de conformidade homologada

** Formação de visto nos atos, contratos e outros documentos sujeitos a fiscalização prévia cuja decisão não tenha ocorrido no prazo de 30 dias após a data de registo de entrada no TC (exclui sábados, domingos e feriados).

Movimento processual – comparação com 2014



Em 2015, foram efetuadas 3 547 devoluções de processos para complemento de instrução ou esclarecimento de dúvidas (3 290 na Sede, 100 na SRA e 157 na SRM).

Por outro lado, foram efetuadas 3 576 reaberturas deste tipo de processos (3 319 na Sede, 103 na SRA e 154 na SRM).

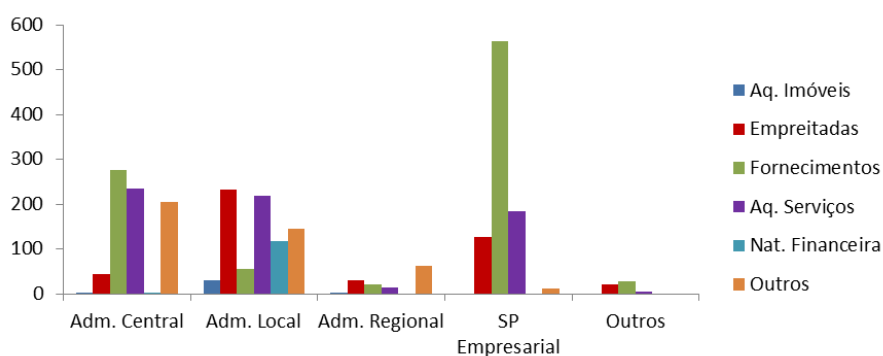
Os processos objeto de controlo tiveram origem maioritariamente em entidades da Administração Local e do Setor Público Empresarial, com 30,3% e 33,7% respetivamente.

Origem dos processos objeto de controlo prévio

Origem	Espécie processual						Total	
	Aq. Imóveis	Empreitadas	Fornecimentos	Aq. Serviços	Nat. Financeira	Outros **	N.º	Peso
Adm. Central	2	45	275	235	2	205	764	29,0%
Adm. Local	29	232	56	218	117	144	796	30,3%
Adm. Regional	1	30	20	15		63	129	4,9%
SP Empresarial		127	564	184		12	887	33,7%
Outros*		21	28	5			54	2,1%
Total	32	455	943	657	119	424	2.630	100,0%

* Inclui: Fundações e Associações de Direito Privado e Orgãos de Soberania

** Inclui: contratos-programa, protocolos, contratos de gestão, contratos de patrocínio e contratos interadministrativos de delegação de competências, contratos de locação, acordos, contratos de adesão, indemnizações compensatórias contratos de transação e aumentos de capital social, entre outros



No que respeita à espécie processual, verifica-se que os contratos de fornecimentos e de aquisições de serviços constituem a maioria dos processos objeto de controlo, com 35,8% e 25%, respetivamente, representando igualmente os contratos de empreitada uma parte significativa, com 17,3%.



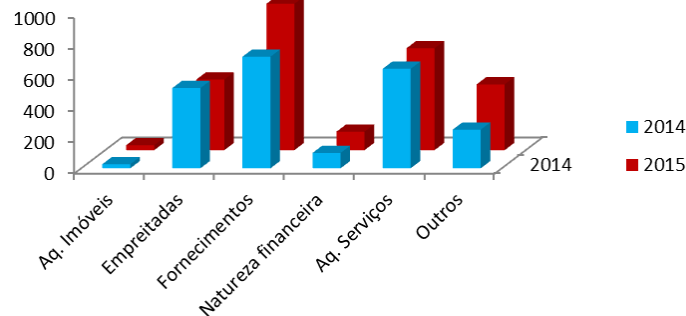
Processos por tipo de decisão e espécie processual

Tipo de decisão	Espécie processual						Total
	Aq. Imóveis	Empreitadas	Fornecimentos	Aq. Serviços	Nat. Financeira	Outros *	
Recusados	1	2	1	22	5	15	46
Visados	31	453	942	635	114	409	2.584
com homologação de conformidade		103	238	17		3	361
sem recomendações - em sessão diária de visto	29	216	436	453	109	326	1.569
com recomendações - em sessão diária de visto	2	130	268	164	5	80	649
com recomendações - em subsecção/sessão ordinária		4		1			5
Total	32	455	943	657	119	424	2.630
<i>Peso (%)</i>	<i>1,2%</i>	<i>17,3%</i>	<i>35,9%</i>	<i>25,0%</i>	<i>4,5%</i>	<i>16,1%</i>	<i>100,0%</i>

* Inclui: contratos-programa, protocolos, locações operacionais, acordos, projetos de fusão de empresas locais, aquisição de participações sociais, reposição do equilíbrio financeiro, aumentos de capital social, processos de injunção, entre outros

No gráfico seguinte, pode observar-se a distribuição de processos por tipologia e sua comparação com o ano transato, verificando-se que em ambos os anos predominam os processos relativos a fornecimentos e aquisições de serviços, denotando-se ainda um aumento face ao ano anterior.

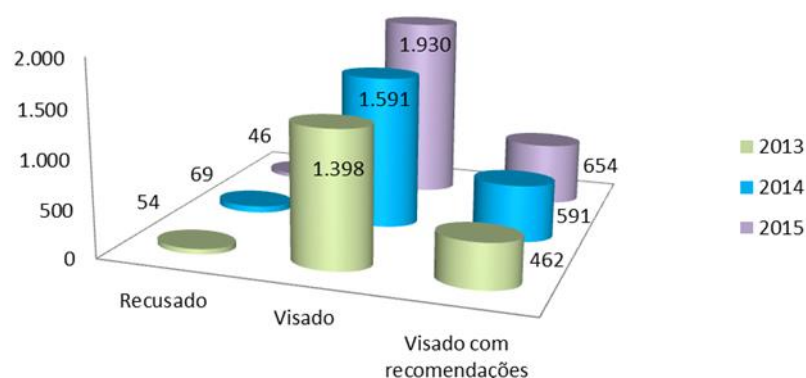
Distribuição dos processos por tipologia



Em termos globais, o número de processos aumentou em 2015, confirmando a tendência verificada no ano anterior, continuando igualmente a registar-se um número acentuado de decisões de visto com recomendações (24,9%).

Evolução do número de processos controlados

Tipo de decisão	2013	2014	Var. %	2015	Var. %
Recusado	54	69	27,8%	46	-33,3%
Visado	1.398	1.591	13,8%	1.930	21,3%
Visado com recomendações	462	591	27,9%	654	10,7%
Total	1.914	2.251	17,6%	2.630	16,8%



VOLUME FINANCEIRO DOS PROCESSOS CONTROLADOS

No que se refere ao volume financeiro dos processos objeto de controlo, verifica-se que o maior valor respeita aos processos provenientes do Setor Público Empresarial (36,1%), seguido da Administração Central (29,1%).

Montantes controlados

(Unidade: m €)

Origem	Sede	SRA	SRM	Total	Peso (%)
Administração Central	1.122.706			1.122.706	29,1%
Administração Local	985.004	9.656	4.784	999.444	25,9%
Administração Regional		222.113	107.219	329.332	8,5%
Setor Público Empresarial	1.252.906	80.765	59.755	1.393.426	36,1%
Outros *	19.458			19.458	0,5%
Total	3.380.074	312.534	171.758	3.864.366	100,0%

* Inclui: contratos-programa, protocolos, locações operacionais, acordos, projetos de fusão de empresas locais, aquisição de participações sociais, reposição do equilíbrio financeiro, aumentos de capital social, processos de injunção, entre outros

Da análise da conjugação entre origem e espécie processual, verifica-se que o valor mais significativo respeita a processos de aquisição de serviços (37,7%), maioritariamente provenientes do Setor Público Empresarial.

Os processos de fornecimentos representam 20,1% do volume financeiro global, predominantemente oriundos da Administração Central e do Setor Público Empresarial.

Montantes controlados por origem e espécie processual

(Unidade: m €)

Origem	Espécie processual						Total
	Aq. Imóveis	Empreitadas	Fornecimentos	Aq. Serviços	Nat. Financeira	Outros **	
Adm. Central	2.661	44.421	374.602	378.505	40.000	282.517	1.122.706
Adm. Local	70.397	226.545	28.529	214.793	275.838	183.342	999.444
Adm. Regional	545	61.288	6.347	178.952		82.200	329.332
SP Empresarial		296.497	361.806	680.362		54.761	1.393.426
Outros*		9.946	5.692	3.820			19.458
Total	73.603	638.697	776.976	1.456.432	315.838	602.820	3.864.366
(%)	1,9%	16,5%	20,1%	37,7%	8,2%	15,6%	100,0%

* Inclui: contratos-programa, protocolos, locações operacionais, acordos, projetos de fusão de empresas locais, aquisição de participações sociais, reposição do equilíbrio financeiro, aumentos de capital social, processos de injunção, entre outros

Quando comparado com o ano anterior, verifica-se um aumento do volume financeiro controlado na ordem dos 33%.

O valor dos processos objeto de recusa de visto representa 10,2% do volume financeiro controlado, verificando-se um acréscimo face aos anos anteriores.

Evolução dos processos

(Unidade: m €)

	2013					2014					2015				
	Num. Proc.	Num. Entidades	Montante controlado	Dos quais recusados		Num. Proc.	Num. Entidades *	Montante controlado	Dos quais recusados		Num. Proc.	Num. Entidades *	Montante controlado	Dos quais recusados	
				Valor	%				Valor	%				Valor	%
Sede	1.706	682	3.695.166	270.116	7,3%	2.051	391	2.554.991	178.405	7,0%	2.425	406	3.380.074	384.684	11,4%
SRA	65	34	189.816	3.465	1,8%	61	42	138.605	7.195	5,2%	66	27	312.534	8.870	2,8%
SRM	143	34	557.328	664	0,1%	139	38	208.735	9.926	4,8%	139	21	171.758	418	0,2%
Total	1.914	750	4.442.310	274.245	6,2%	2.251	471	2.902.331	195.526	6,7%	2.630	454	3.864.366	393.972	10,2%

* Considerada apenas uma entidade aquando da submissão de vários processos

INDICADORES FINANCEIROS

Unidade: m€

	Sede	SRA	SRM	Total
Processos cancelados antes de decisão devido a intervenção do Tribunal	465.324			465.324
Redução de valores contratuais decorrente da intervenção do Tribunal	10.811			10.811
Recusas de visto	384.684	8.870	418	393.972
Visto com recomendações	771.976	1.759	63.931	837.666
Volume financeiro dos processos com visto tácito	118.639			118.639

RECURSOS ORDINÁRIOS

Das decisões finais de recusa de visto, bem como dos emolumentos fixados pelo Tribunal, quer na Sede, quer nas Secções Regionais, podem ser interpostos recursos para o plenário da 1.ª Secção.

Em 2015 foram interpostos 14 recursos e proferidos 20 acórdãos e decisões, maioritariamente respeitantes a processos de fornecimentos.

Recursos ordinários - movimento processual

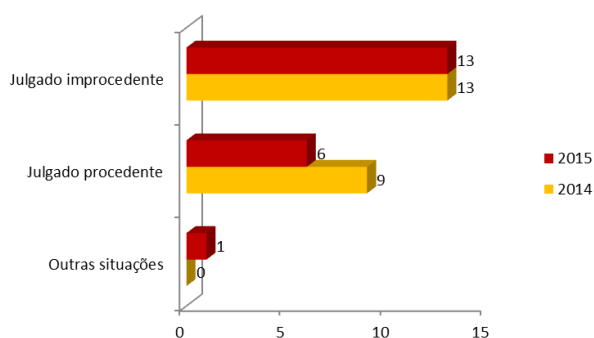
Recursos ordinários/Tipos de decisão	Sede	SRA	SRM	Total
Transitados	15	3	2	20
Distribuídos no ano	13	1		14
Total para julgamento	28	4	2	34
Indeferimento liminar				0
Julgado procedente	4	1	1	6
Julgado improcedente	11	2		13
Outras situações *	1			1
Total de acórdãos/decisões no ano	16	3	1	20
Transitados para o ano seguinte	12	1	1	14

* Situação relativa a um processo apenso

Recursos ordinários - decisões por espécie processual

Recursos ordinários/Tipos de decisão	Aq. Imóveis	Empreitadas	Fornecimento bens/serviços	Nat. Financ.	Outros	Total
Transitados		1	10	5	4	20
Distribuídos no ano			9	2	3	14
Total	0	1	19	7	7	34
Indeferimento liminar						0
Julgado procedente			3	1	2	6
Julgado improcedente			7	3	3	13
Outras situações *		1			0	1
Total de acórdãos/decisões no ano	0	1	10	4	5	20
Transitados para o ano seguinte	0	0	9	3	2	14

* Situação relativa a um processo apenso



AÇÕES PARA APURAMENTO DE EVENTUAIS RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS

No exercício da fiscalização prévia podem ser desenvolvidas ações para apuramento de eventuais responsabilidades financeiras, as quais podem ter em vista, designadamente, a comunicação ao Ministério Público das infrações financeiras detetadas nos processos de visto e que lhe permitam instaurar os respetivos processos de responsabilização.

Ações para apuramento de eventuais responsabilidades financeiras

	Inscritas em Plano		Concluídas			Arquivados/ extintos	Em curso
	Transit.	Novas	Transit.	Novas	N.º Entidades		
Sede	20	19	11	3	14	6	19
SRA							0
SRM	2	4	2	2	4		2
Total	22	23	13	5	18	6	21

Neste âmbito, foram concluídas, com relatório aprovado, em 2015 as seguintes ações:

N.º relat.	Objeto da ação	N.º	
		Recom. I	Recom. II *
01/2015-1.ºS	Auditoria ao Centro Hospitalar Tondela/Visou, EPE para apuramento de responsabilidades financeiras identificadas no exercício da fiscalização prévia incidente sobre o processo de visto n.º 947/2013	1	1
02/2015-1.ºS	Auditoria à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares do Ministério da Educação e Ciência para o apuramento de responsabilidades financeiras identificadas no exercício da fiscalização prévia incidente sobre o processo de visto n.º 83/2013	7	7
03/2015-1.ºS	Auditoria ao Município de Vila do Conde para o apuramento de responsabilidades financeiras identificadas no exercício da fiscalização prévia incidente sobre o processo de visto n.º 167/2013	4	4
04/2015-1.ºS	Apuramento de responsabilidades financeiras no âmbito do processo de fiscalização prévia n.º 99/2012, relativo ao contrato de "Abertura de crédito na modalidade de conta corrente" celebrado pelo Município de Setúbal com o Banco Santander Totta, SA	4	4
05/2015-1.ºS	Apuramento de responsabilidades financeiras - processos de fiscalização prévia n.ºs 1522/2012 e 1566/2012 da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária	3	3
06/2015-1.ºS	Apuramento de responsabilidades financeiras - processos de fiscalização prévia n.ºs 1673/2012 e 1674/2012 da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo EPE	1	1
07/2015-1.ºS	Apuramento de responsabilidades financeiras - processo de fiscalização prévia n.º 1050/2013 do Município de Vila Franca de Xira	3	3
08/2015-1.ºS	Apuramento de responsabilidades financeiras - processo de fiscalização prévia n.º 1329/2013 da EMPET-Parques Empresariais de Tavira, EM	1	1
09/2015-1.ºS	Apuramento de responsabilidades financeiras - processos de fiscalização prévia n.ºs 1618/2013 e 1617/2013 do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP	2	2
10/2015-1.ºS	Auditoria ao Município de Guimarães para o apuramento de responsabilidades financeiras identificadas no exercício da fiscalização prévia incidente sobre o processo de visto n.º 114/2013	1	1
11/2015-1.ºS	Auditoria ao Município de Lamego para o apuramento de responsabilidades financeiras no contrato de empreitada "Museu do Entrudo - Centro interpretativo da máscara" identificadas no exercício da fiscalização prévia incidente sobre o processo de visto n.º 1368/2014	1	1
12/2015-1.ºS	Apuramento de responsabilidades financeiras - processo de fiscalização prévia n.º 952/2013 do Município de Oeiras	6	6
13/2015-1.ºS	Auditoria à Direção-Geral da Administração da Justiça para o apuramento de responsabilidade financeira sancionatória identificada no exercício da fiscalização prévia incidente sobre o processo de visto n.º 1832/2013	1	1
14/2015-1.ºS	Auditoria ao Instituto dos Registos e do Notariado, IP para o apuramento de responsabilidade identificadas no exercício da fiscalização prévia incidente sobre o processo de visto n.º 1781/2013	4	6
5/2015-SRM	Auditoria de fiscalização prévia ao contrato da empreitada de reconstrução da ER 227 - Tábua	2	2
10/2015-SRM	Auditoria de fiscalização prévia ao contrato de reabilitação e regularização da Ribeira de São João - construção dos açudes A5 a A8	1	1
13/2015-SRM	Auditoria de fiscalização prévia ao contrato de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de ins-talações elétricas, de sistemas de AVAC, AQS e de tra-tamento de águas das piscinas nas instalações sob tutela da Secretaria Regional da Educação e Recursos Huma-nos/Direção Regional de Planeamento, Recursos e Infraestruturas	4	4
14/2015-SRM	Auditoria de fiscalização prévia ao contrato de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de ins-talações elétricas, de sistemas de AVAC, AQS e de tra-tamento de águas das piscinas nas instalações sob tutela da Secretaria Regional da Educação e Recursos Huma-nos/Direção Regional de Planeamento, Recursos e Infraestruturas	3	3
Total de recomendações em sede de apuramento de responsabilidades financeiras		49	51

* Por cada recomendação dirigida a mais do que uma entidade, foram consideradas tantas recomendações quantas as entidades a quem se formularam

INDICADORES FINANCEIROS

Unidade: m€

	Sede	SRA	SRM	Total
Montantes das irregularidades detetadas em ações de apuramento de responsabilidades financeiras	43.678			43.678
Volume financeiro controlado em ações de apuramento de responsabilidades financeiras	64.891		22.073	86.964

IV – CONTROLO CONCOMITANTE

ADICIONAIS A CONTRATOS VISADOS

Os atos ou contratos que titulem modificações aos contratos visados e que, nos termos da LOPTC estão isentos de fiscalização prévia¹, devem ser remetidos ao TC para análise, no prazo de 60 dias a contar do início da sua execução.

Dessa análise, pode ocorrer a realização de uma auditoria a determinado ato ou contrato.

Atos e contratos adicionais recebidos

Unidade: m€

Atos e contratos	2014				2015			
	Sede	SRA	SRM	Total	Sede	SRA	SRM	Total
Número	441	41	1	483	484	12	2	498
Valor	12.484	359	877	13.720	15.777	942	219	16.938

O valor global dos contratos adicionais recebidos em 2015, cifra-se em 16.938 m€, verificando-se um acréscimo face ao ano anterior.

AUDITORIAS DE FISCALIZAÇÃO CONCOMITANTE

Em 2015, foram concluídas, com relatório aprovado, 6 auditorias (2 na Sede, 2 na SRA e 2 na SRM), sendo a totalidade das mesmas transitada de anos anteriores. Observa-se um decréscimo face ao ano anterior em que se concluíram 14 auditorias (2 na Sede, 2 na SRA e 10 na SRM).

Auditorias de controlo concomitante

	Inscritas em Plano		Concluídas			Arquivados/ extintos	A transitar
	Transit.	Novas	Transit.	Novas	N.º Entidades		
Sede	11	4	2	0	2	2	11
Contratos adicionais	7	1	2		2	1	5
Outros	4	3				1	6
SRA	3	2	2	0	2	0	3
Contratos adicionais	1	1	1		1		1
Outros	2	1	1		1		2
SRM	6	4	2	0	2	0	8
Contratos adicionais							0
Outros	6	4	2		2		8
Total	20	10	6	0	6	2	22

¹ Atos ou contratos que no âmbito de empreitadas de obras públicas já visadas, titulem a execução de trabalhos a mais ou de suprimento de erros e omissões (artigo 47.º da LOPTC, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 61/2011, de 7 de dezembro)



Seguidamente, apresentam-se as auditorias concluídas em 2015, com indicação das recomendações formuladas em cada relatório.

N.º relat.	Objeto da auditoria	N.º	N.º
		Recom. I	Recom. II *
01/2015-1.ªS	Ação de fiscalização concomitante ao Município de Lamego, no âmbito da empreitada de "Construção do Centro Escolar de Lamego"	6	6
02/2015-1.ªS	Ação de fiscalização concomitante à empreitada de "Remodelação da unidade hoteleira da Fundação Inatel, em Vila Nova de Cerveira" - contrato adicional	5	5
01/2015-SRA	Execução do contrato de fornecimento de passagens aéreas ao Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, E.P.E.	2	2
08/2015-SRA	Adicionais ao contrato de empreitada de reabilitação, ampliação e adaptação do edifício da Escola da Piedade e construção de ginásio	6	6
06/2015-SRM	Auditoria de fiscalização concomitante à empreitada de intervenção nos troços terminais nas ribeiras de Santa Luzia e de João Gomes, financiada pela Lei de Meios	2	2
11/2015-SRM	Auditoria de fiscalização concomitante à Valor Ambiente - Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A. - Despesas de pessoal e de contratação pública – 2012-2013	3	3
Total de recomendações em sede de controlo concomitante		24	24

* Por cada recomendação dirigida a mais do que uma entidade, foram consideradas tantas recomendações quantas as entidades a quem se formularam

INDICADORES FINANCEIROS (ARF)

Unidade: m€				
	Sede	SRA	SRM	Total
Montantes das irregularidades detetadas em auditorias de controlo concomitante	373	1.004	413	1.790
Volume financeiro controlado em auditorias de controlo concomitante	913	5.899		6.812

V – CONTROLO SUCESSIVO

De acordo com a LOPTC, compete à 2.^a Secção do Tribunal, na Sede, e às Secções Regionais dos Açores e da Madeira, o controlo financeiro concomitante e sucessivo, o qual é exercido mediante a realização de ações conducentes à emissão do Parecer sobre a Conta Geral do Estado (PCGE), incluindo a da Segurança Social, dos Pareceres sobre as Contas das Regiões Autónomas (PCRAA e PCRAM), de relatórios de auditoria e de verificação (externa e interna) de contas.

Para a elaboração do Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2014 foram concluídas 45 ações, para o Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2014 concluíram-se 14 e para o Parecer sobre a Conta da Região Autónoma da Madeira de 2013 finalizaram-se 10.

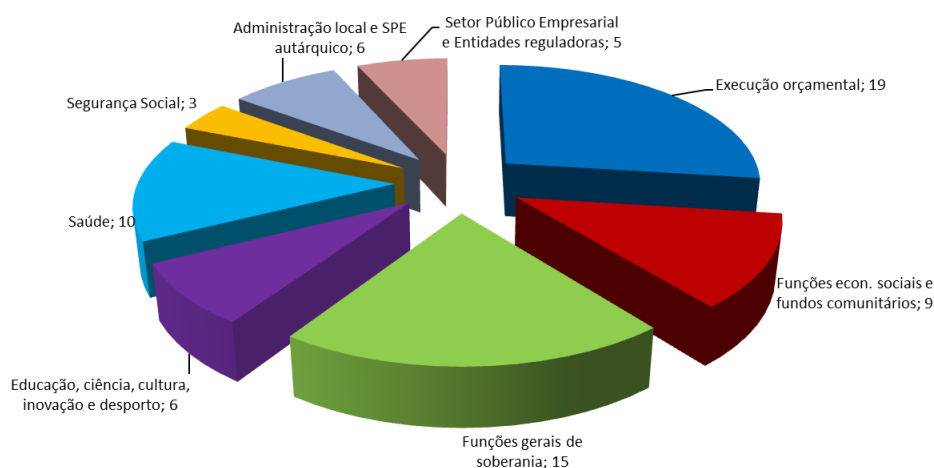
AUDITORIAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO E TIPOLOGIA

Em 2015 foram concluídas 74 auditorias e verificações externas de contas (VEC), das quais 51 na Sede, 13 na SRA e 10 na SRM, apresentando-se de seguida a sua distribuição por área de atuação e por tipologia.

Auditorias e VEC concluídas – por área de atuação

Áreas de atuação	2013				2014				2015			
	Sede	SRA	SRM	Total	Sede	SRA	SRM	Total	Sede	SRA *	SRM	Total
Execução orçamental (OE, SS e RA)	17	2	4	23	15	1	3	19	12	4	4	20
Funções econ. sociais e fundos comunitários	5	1		6	7		3	10	5	2	2	9
Funções gerais de soberania	9		2	11	6	3	5	14	10	3	2	15
Educação, ciência, cultura, tecnologia e desporto	4		1	5	7	1	1	9	6			6
Saúde	5	1	1	7	3			3	9	1		10
Segurança Social									3			3
Administração local e SPE autárquico	2	1	1	4		6	2	8	2	2	2	6
Setor Público Empresarial e Entidades reguladoras	4	1		5	4			4	4	1		5
Total	46	6	9	61	42	11	14	67	51	13	10	74

* Inclui Parecer sobre a conta da Assembleia Legislativa Regional

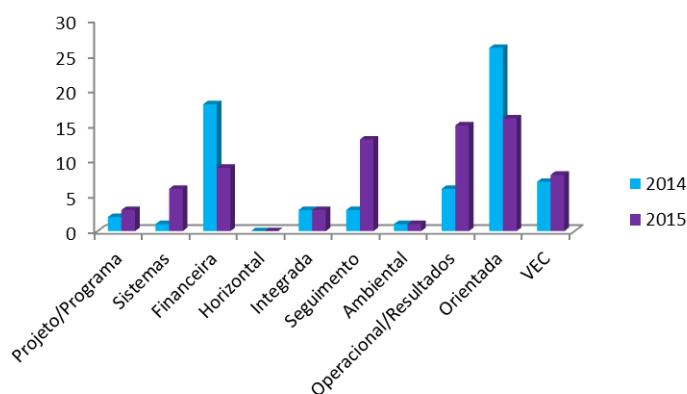




Auditorias e VEC concluídas - por tipologia

Áreas de atuação	2013				2014				2015			
	Sede	SRA	SRM	Total	Sede	SRA	SRM	Total	Sede	SRA *	SRM	Total
Projeto ou programa	3	1		4	2			2	3			3
Sistemas					1			1	6			6
Financeira	12	2	1	15	16	1	1	18	7	2		9
Horizontal												
Integrada		1		1	2	1		3	2	1		3
Seguimento	8		2	10	2		1	3	12		1	13
Ambiental	1			1	1			1	1			1
Operacional ou de resultados	5			5	6			6	7	8		15
Orientada	16	3	6	25	9	7	10	26	9	2	5	16
Verificação externa de contas	1		1	2	3	2	2	7	4		4	8
Total	46	7	10	63	42	11	14	67	51	13	10	74

* Inclui Parecer sobre a conta da Assembleia Legislativa Regional



Verifica-se que maioritariamente foram desenvolvidas auditorias orientadas (21,6%), operacionais e de resultados (20,3%) e de seguimento de recomendações (17,6%).

Seguidamente, apresentam-se as auditorias concluídas em 2015, com indicação das recomendações formuladas em cada relatório.

LISTA DE AUDITORIAS/VEC/PARECERES CONCLUÍDOS/N.º RECOMENDAÇÕES

N.º relat.	Área/Objeto da Auditoria/VEC/Parecer	N.º	
		Recom. I	Recom. II (a)
Execução dos orçamentos do Estado, da Segurança Social e das Regiões Autónomas			
15/2015 - 2.ª S	Auditoria ao controlo da receita do IRC	6	6
24/2015 - 2.ª S	Auditoria ao controlo da receita cessante por benefícios fiscais	6	6
25/2015 - 2.ª S	Auditoria de seguimento ao Sistema Nacional de Compras Públicas (veículos automóveis e motociclos e higiene e limpeza)	8	16
26/2015 - 2.ª S	Auditoria de Acompanhamento dos Mecanismos de Assistência Financeira a Portugal - Setor da Educação	3	3
(b) - 2.ª S	Património imobiliário da Administração Central do Estado - Controlo do Património Público	-	-
(b) - 2.ª S	Tesouraria do Estado - Controlo da Tesouraria do Estado	-	-
(b) - 2.ª S	Receita da Administração Central do Estado - Controlo dos Sistemas de Informação Tributários	-	-
(b) - 2.ª S	Receita da Administração Central do Estado - Controlo do Acolhimento das Recomendações	-	-
(b) - 2.ª S	Património imobiliário da Administração Central do Estado - Controlo do Acolhimento das Recomendações	-	-
(b) - 2.ª S	Tesouraria do Estado - Controlo do Acolhimento das Recomendações	-	-
(b) - 2.ª S	Organismos do Ministério das Finanças - Controlo das Contas dos Serviços Integrados	-	-
(b) - 2.ª S	Organismos do Ministério das Finanças - Controlo das Contas dos Serviços e Fundos Autónomos	-	-
07/2015-SRA	Auditoria às despesas do orçamento da Região Autónoma dos Açores com estudos, pareceres, projetos e consultadoria	4	5
(c) - SRA	Apoios a atividade empresarial (Projeto 11.4 do Plano)	-	-
(c) - SRA	Planeamento e Finanças (Projeto 21,6 do Plano)	-	-
(c) - SRA	Aquisição de bens e serviços correntes - rubricas residuais - Plano de Investimento	-	-
09/2015-SRM	Auditoria à execução da LCPA pela Administração Pública Regional - Liquidação de pagamentos em atraso	3	3
12/2015-SRM	Auditoria à acumulação de vencimentos com pensões de reforma - 2011	1	1
VEC 02/2015-SRM	Verificação Externa à Conta do Tesoureiro do Governo Regional – 2013	3	3
VEC 16/2015-SRM	Verificação Externa à Conta do Tesoureiro do Governo Regional – 2014	-	-
PCGE	Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2014	95	96
PCRAA	Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2014	17	17
PCRAM	Parecer sobre a Conta da Região Autónoma da Madeira de 2013	13	13
PCRAM	Parecer sobre a Conta da Região Autónoma da Madeira de 2014	8	8
Funções económicas, sociais (habitação e serviços coletivos) e Fundos comunitários			
5/2015 - 2.ª S	Auditoria ao Programa Operacional Regional do Centro (Mais Centro)	6	6
22/2015 - 2.ª S	Auditoria Financeira ao Instituto Nacional de Aviação Civil	10	10
28/2015 - 2.ª S	Auditoria ao licenciamento e operação de aterros de resíduos sólidos urbanos	11	16
02/2016 - 2.ª S	Auditoria ao Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida	4	6
03/2016 - 2.ª S	Auditoria ao Regime de Fruta Escolar	22	24
05/2015-SRA	Auditoria à execução financeira do contrato de concessão de exploração de recursos geotérmicos celebrado entre a Região Autónoma dos Açores e a EDA Renováveis, SA	2	2
09/2015-SRA	Auditoria à execução do contrato de empreitada de construção da nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo	2	2
03/2015-SRM	Auditoria à execução da Lei de Meios em 2013	-	-
15/2015-SRM	Avaliar o grau de acatamento das recomendações formuladas no Relatório n.º 19/2011-FS-SRMT (Auditoria aos programas de emprego a cargo do Instituto de Emprego, IP-RAM)	1	1

(cont.)



(cont.)

N.º relat.	Área/Objeto da Auditoria/VEC/Parecer	N.º Recom. I	N.º Recom. II (a)
Funções gerais de soberania			
06/2015 - 2.ª S	Auditoria ao Tribunal Constitucional	7	8
10/2015 - 2.ª S	Acompanhamento de recomendações formuladas em 15 relatórios de auditoria do Tribunal de Contas nas áreas dos Encargos Gerais do Estado, Negócios Estrangeiros, Defesa, Administração Interna e Justiça	-	-
17/2015 - 2.ª S	Auditoria ao Camões - Instituto da Cooperação e da Língua I.P, 2013	18	41
23/2015 - 2.ª S	Auditoria à Presidência da República	5	5
VEC 01/15-2.ªS	Verificação externa das contas do OE (Sede) do Tribunal de Contas - gerência de 2014	-	-
VEC 02/15-2.ªS	Verificação externa das contas do Cofre (Sede) do Tribunal de Contas - gerência de 2014	1	1
VEC 03/15-2.ªS	Verificação externa da Conta Consolidada do Tribunal de Contas - gerência de 2014	-	-
01/2016 - 2.ª S	Auditoria orientada às transferências da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) para as Associações Humanitárias de Bombeiros (AHB)	11	12
-	Biométrico - EUROSAI (Consolidated Report for the participating SAIs)	-	-
VEC 11/2015-SRA	Verificação externa das contas da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas - OE - gerência de 2014	-	-
VEC 12/2015-SRA	Verificação externa das contas do Cofre da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas - gerência de 2014	-	-
VEC 07/2015-SRM	Verificação Externa à Conta da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas (Cofre Privativo) – 2014	-	-
VEC 08/2015-SRM	Verificação Externa à Conta da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas (Orçamento do Estado) – 2014	-	-
Parecer AR	Parecer sobre a conta da Assembleia da República - 2014	-	-
Parecer ALR	Parecer sobre a Conta da Assembleia Legislativa Regional dos Açores de 2014	-	-
Parecer ALR (d)	Parecer sobre a Conta da Assembleia Legislativa Regional da Madeira de 2013	-	-
Ciência, tecnologia e ensino superior, educação, cultura e desporto			
04/2015 - 2.ª S	Auditoria integrada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e à Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa	9	9
16/2015 - 2.ª S	Auditoria integrada à Universidade do Algarve e à Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve	11	11
27/2015 - 2.ª S	Auditoria orientada aos apoios concedidos pelo Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P. (ICA)	7	7
29/2015 - 2.ª S	Auditoria integrada à Direção-Geral do Património Cultural	15	15
-	ESO - European Organisation for Astronomical Research in the Southern Hemisphere - exercício de 2014	-	-
-	Auditoria sobre o "Procurement no ESO" - exercício de 2014	-	-
Saúde			
07/2015 - 2.ª S	Auditoria Orientada para a verificação dos impactos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) nas Administrações Regionais de Saúde	34	37
08/2015 - 2.ª S	Auditoria de seguimento às recomendações formuladas no Relatório da auditoria orientada à consolidação de contas e análise à situação económico-financeira do SNS – 2011	9	12
12/2015 - 2.ª S	Auditoria ao sistema de proteção social dos trabalhadores em funções públicas - ADSE	55	70
18/2015 - 2.ª S	Auditoria de desempenho à Inspeção-Geral das Atividades em Saúde	15	15
19/2015 - 2.ª S	Auditoria à execução do contrato de gestão do Hospital de Loures	14	16
20/2015 - 2.ª S	Auditoria orientada ao acesso ao serviço de urgência geral do Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca EPE	18	18
21/2015 - 2.ª S	Auditoria de seguimento de recomendações formuladas no Relatório n.º 24/2013 - Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil EPE	8	8
30/2015 - 2.ª S	Auditoria de seguimento de recomendações ao Serviço de utilização Comum dos Hospitais (SUCH)	8	11
VEC 04/15-2.ªS	Verificação externa da conta de 2014 da Direção-Geral da Saúde	11	11
06/2015-SRA	Auditoria à contratação pública na Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel	10	10
Segurança Social			
(b) - 2.ª S	Instituto da Segurança Social, IP	-	-
(b) - 2.ª S	Área da receita de Contribuições e Quotizações	-	-
(b) - 2.ª S	Recomendações sobre as Prescrições de Dívida da Segurança Social	-	-

(cont.)

(cont.)

N.º relat.	Área/Objeto da Auditoria/VEC/Parecer	N.º Recom. I	N.º Recom. II (a)
Administração local e SPE autárquico			
13/2015 - 2.ª S	Auditoria orientada ao Endividamento Municipal - Município de Vila Nova de Gaia	25	25
14/2015 - 2.ª S	Auditoria orientada à Sustentabilidade financeira da SATU-OEIRAS, EM, SA	7	7
02/2015-SRA	Auditoria ao Setor Empresarial do Município da Madalena - Aplicação da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto	2	3
03/2015-SRA	Auditoria à utilização de descoberto bancário pela Junta de Freguesia de Porto Formoso	4	4
01/2015-SRM	Auditoria ao cumprimento do plano de saneamento financeiro da Câmara Municipal de Santana – 2009 a 2013	7	7
04/2015-SRM	Auditoria à SOCIOHABITAFUNCHAL – Empresa Municipal de Habitação, E.M.	1	1
SPE da Administração central e regional e Entidades reguladoras			
01/2015 - 2.ª S	Auditoria de seguimento às recomendações formuladas no Relatório n.º 17/2009	14	14
02/2015 - 2.ª S	Auditoria à Regulação de PPP no Setor das Águas (Sistemas em baixa) - Auditoria de seguimento	3	3
09/2015 - 2.ª S	Auditoria aos processos de (re)privatização do setor elétrico	14	14
11/2015 - 2.ª S	Auditoria às PPP Ferroviárias	4	4
04/2015-SRA	Auditoria à exploração e gestão de campos de golfe pela Ilhas de Valor, SA	1	1
Total de recomendações em sede de fiscalização sucessiva		573	644
Das quais dos Pareceres sobre a Conta Geral do Estado e sobre as Contas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira		133	134

(a) Por cada recomendação dirigida a mais do que uma entidade, foram consideradas tantas recomendações quantas as entidades a quem se formularam

(b) Auditorias que contribuem para o PCGE sem relatório autónomo

(c) Auditorias concluídas por despacho do Juiz Conselheiro

(d) Auditoria considerada em 2014



LISTA DO VALOR FINANCEIRO DOS FACTOS DE AUDITORIA/VEC/PARECERES DETETADOS

Dep.	N.º relat./Parecer	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante (m €)
Execução dos orçamentos do Estado, da Segurança Social e das Regiões Autónomas			
DA I	PCGE 2014	A CGE 2014: sobrevaloriza a despesa por transferências de verbas para contas dos próprios organismos para utilização no ano orçamental seguinte	93.000
		A CGE 2014: sobrevaloriza a despesa pela transferência de dotações orçamentais do Cap. 60 – Despesas Excepcionais para contas específicas do Tesouro	42.300
		A CGE 2014: subvaloriza a despesa por não incluir a execução de nove entidades, com destaque para o Fundo de Resolução	4.900.000
		A CGE 2014: não inclui a dívida dos SFA	23.563.200
		A CGE 2014: sobrevaloriza as receitas relativas a aumentos de capital das EPR	1.246.200
		A CGE 2014: subvaloriza as despesas com juros da dívida pública nos SI e nos SFA	354.500
		A CGE 2014: não inclui anulações de créditos realizadas pelos SFA e EPR (Mapa n.º 8)	234.400
DA II	PCGE 2014	Para verificar que a execução do Orçamento do Estado é integralmente reportada, o controlo eficaz das contas públicas pressupõe a certificação do universo dos organismos da administração central. Ora, para além da falta de identificação das entidades administradoras da receita do Estado, subsiste a omissão de nove entidades, com destaque para o Fundo de Resolução cujas receitas (€ 4.981 milhões) e correspondentes despesas não integram a conta consolidada da administração central.	
		Receita do Fundo de Resolução omissa	4.981.751
		A receita contabilizada da administração central depois de consolidada (€ 53.767 milhões) aumenta 2,2% (€ 1.143 milhões) impulsionada pelo acréscimo de 2,3% (€ 866 milhões) nas receitas fiscais (€ 38.264 milhões) e de 10,8% (€ 616 milhões) nas contribuições sociais (€ 5.707 milhões). Nos impostos, 57% do aumento decorre de correções contabilísticas (€ 335 milhões de IRS afeto aos municípios e € 161 milhões da contribuição sobre o sector bancário) visto o acréscimo do IVA e a redução do IRC (ambos de € 550 milhões) se compensarem. Considerando certos ativos financeiros a receita consolidada resultante (€ 58.045 milhões) cresce 6,3% (€ 3.381 milhões) devido, sobretudo, à amortização pelos bancos (€ 3.295 milhões) de instrumentos de capital contingente emitidos para recapitalização da banca. O exame das receitas da administração central inscritas na Conta Geral do Estado voltou a evidenciar casos relevantes de desrespeito dos princípios e regras orçamentais, de incumprimento das disposições legais que regulam a execução e a contabilização das receitas, de insuficiências dos sistemas de contabilização e de ineficácia dos sistemas de controlo (permitem omissões materiais e autonomia financeira a entidades financiadas por receitas do Estado que, indevidamente, registam como receitas próprias). As contribuições de serviço rodoviário (entregue à Estradas de Portugal) e para o audiovisual (entregue à Rádio e Televisão de Portugal) subsistem como exemplos da omissão de receitas do Estado (€ 1.472 M em 2014).	
		Receita do Estado omissa – Contribuição de Serviço Rodoviário	527.256
		Receita do Estado omissa – Contribuição para o Audiovisual	163.561
		Receita do Estado omissa – Outras Receitas	721.848
		Com a implementação de novas funcionalidades no sistema de informação sobre a ação inspetiva, a Autoridade Tributária e Aduaneira passou a reportar ao Tribunal o valor das liquidações (€ 778 milhões) e dos acréscimos de receita fiscal provenientes dessa ação (€ 116 milhões). Por sua vez, o Governo divulgou (também pela primeira vez) uma estimativa da receita fiscal resultante do combate à fraude e à evasão (€ 2.550 milhões). Todavia não indicou as fontes de informação e os cálculos efetuados nem disponibilizou os dados necessários para a verificação dessa estimativa cujas principais parcelas são, aliás, inconsistentes com os valores reportados pela Autoridade Tributária e Aduaneira ao Tribunal e na Conta Geral do Estado.	
		Receita Extraorçamental omissa	3.029.663
		Fundo de Estabilização Tributário (FET) com receita omissa	
		A receita de 2014 afeta ao FET (€ 59 milhões) foi indevidamente deduzida à receita do Estado e transferida pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) por transferências extraorçamentais não registadas. Para além disso, a maior parte da receita reportada pelo FET a 2014 (na CGE) foi obtida, deduzida e transferida pela AT em 2013. Este desfasamento irregular é recorrente e concretiza-se através de uma conta do FET no Tesouro que apresenta um saldo de € 34 milhões no final de 2014 quando o saldo entre receitas e despesas do FET inscritas na CGE é de € 20 milhões.	59.441

(cont.)

(cont.)

Dep.	N.º relat./Parecer	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante (m €)
DA II (cont.)	PCGE 2014	FET com disponibilidades omissas Merece especial reparo que o saldo entre receitas e despesas do FET inscritas na CGE corresponda apenas a 2% das suas disponibilidades (€ 1.058 milhões), sobretudo pela omissão de €1.023 M no respetivo saldo orçamental devido à inapropriada contabilização de aplicações financeiras passíveis de mobilização quase imediata (CEDIC), prática incorreta também utilizada por outras entidades (envolvendo valores de menor importância), a qual tem sido objeto de apreciação crítica pelo Tribunal. Este tipo de irregularidade não se verifica no Fundo de Estabilização Aduaneiro (FEA), também gerido por elementos da AT, cujo saldo inscrito na CGE (€ 91 milhões) é o efetivamente existente.	1.023.889
		A despesa fiscal relevada na Conta Geral do Estado (€ 1.920 milhões) continua subavaliada, desde logo, pela omissão de € 34 milhões em IRC. Para além disso, não foi quantificada despesa relevante, incluindo a relativa a operações e atos isentos de imposto do selo declarados por sujeitos passivos (€ 103.917milhões). Só o resultado da mera aplicação das taxas mínimas previstas na tabela geral desse imposto aos montantes declarados ascende a € 143 milhões. A falta de informação sobre parte dos benefícios fiscais, a subavaliação recorrente da despesa fiscal pela Autoridade Tributária e Aduaneira e a sua insuficiente relevação na Conta Geral do Estado constituem limitações importantes para o exame e para a formulação de uma opinião de auditoria sobre os valores envolvidos.	
		Despesa Fiscal em Imposto do Selo omissa	143.220
		Despesa Fiscal em IRC omissa	34.195
		Para além de subsistir a falta de inventário e da valorização adequada dos imóveis, a informação sobre o património constante da Conta Geral do Estado continua inconsistente e permanece afetada por várias deficiências. Com efeito, o relatório da Conta é manifestamente insuficiente para confirmar, como deveria, a contabilização, nos mapas dessa Conta, das receitas obtidas (€ 13 milhões) e das despesas pagas (€ 285 milhões) com operações imobiliárias realizadas por organismos da administração central, as quais estão afetadas por erros (€ 4 milhões) e, sobretudo, por falta de validação (€ 275 milhões).	
		Receita do Estado por validar – Operações Imobiliárias	3.953
		Receita do Estado omissa – Operações Imobiliárias	2.925
		Despesa do Estado por validar – Operações Imobiliárias	270.832
		Despesa do Estado omissa – Operações Imobiliárias	698
		Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial (FRCP) com disponibilidades omissas Merece reparo que o saldo entre receitas e despesas do FRCP inscritas na CGE corresponda apenas a 4% das suas disponibilidades (€ 42 milhões) pela omissão de € 40 M no respetivo saldo orçamental devido à inapropriada contabilização de aplicações financeiras passíveis de mobilização quase imediata (CEDIC).	39.828
		A conta dos fluxos financeiros não desempenha o papel que lhe cabe no controlo das contas do Estado ao não comportar a totalidade dos movimentos dos organismos da administração central. Com efeito, uma parte relevante das disponibilidades financeiras dos organismos da administração central e das empresas públicas (com saldos médios de € 825 milhões e muitas entidades sem informação reportada) continua a ser movimentada fora do Tesouro, não sendo registada na contabilidade da tesouraria. Para além disso, a generalidade dos juros auferidos em incumprimento da unidade de tesouraria não foi entregue ao Estado (€ 24 milhões).	
		Saldos médios de disponibilidades fora do Tesouro	825.416
Receita do Estado por obter – Rendimentos fora do Tesouro	23.939		
DA VII	PCGE 2014	A informação contabilística de duas das entidades que integram o perímetro de consolidação continua a não estar integrada no Sistema de Informação Financeira da Segurança Social.	Balanço: 13.528.200 DR: 2.033.700 MFC: 6.949.267
		Inexistência de parecer sobre a conta do IGFSS, tendo o Fiscal Único renunciado ao cargo	Balanço: 11.385.300 DR: 28.122.100 MFC: 35.291.000
		O Conselho Consultivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social ainda não foi nomeado, pelo que se encontra prejudicado o exercício da competência de emitir parecer sobre o orçamento e a conta da segurança social.	CEO: Receita 38.701.860 e despesa 37.523.665 Balanço: 28.143.459 DR: 30.868.152 MFC: 44.597.608
		Mais de metade (58%) da receita proveniente de contribuições e quotizações não se encontra imputada às diferentes classificações económicas e respetivas desagregações em função da sua origem, mas função de uma tabela de imputação.	7.918.884

(cont.)



(cont.)

Dep.	N.º relat./Parecer	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante (m €)
DA VII (cont.)	PCGE 2014	O valor das prestações sociais registado como pago inclui indevidamente prestações sociais devolvidas à segurança social no exercício, o que conduz a uma sobrevalorização da despesa.	6,274
		No valor global das transferências para as famílias encontra incluída uma parcela que não consubstancia uma transferência direta da Segurança Social para as famílias, mas sim para a Caixa Geral de Aposentações, visando financiar esta entidade com vista ao pagamento pela mesma às famílias de valores cujo encargo se encontra cometido à Segurança Social. A Caixa Geral de Aposentações, quando procede ao pagamento destes valores aos beneficiários, volta a registá-los como transferências para as famílias. Daqui decorre uma sobrevalorização, no âmbito das transferências para as famílias, da Conta Geral do Estado no mesmo montante.	407.230
		A receita e a despesa da Conta da Segurança Social estão subvalorizadas no que respeita à parcela abatida ao financiamento e ao pagamento de pensões da responsabilidade da Caixa Geral de Aposentações.	102.508
		As demonstrações financeiras estão sobrevalorizadas em virtude da relevação (no ISS) de 639 viaturas quando em termos operacionais apenas existem 442, o que evidencia falhas de controlo interno nesta área.	Balanço (ativo bruto): 3.581
		Contribuem ainda para a falta de fiabilidade do valor da dívida de contribuintes:	92.035
		- a manutenção de um valor em dívida que já poderá ter sido pago ou prescrito (€ 92 M);	1.569
		- a redução do valor em dívida provocado pela anomalia no <i>software</i> ocorrida no período anterior a 2010 e cujos efeitos ainda não foram totalmente corrigidos (€ 1,6 M);	4.104
		Sobrevalorização do valor em dívida proveniente do registo em duplicado de coimas e de custas desde 2008, devido a um erro de parametrização (€ 4,1 M).	115.020
		A dívida de prestações sociais a repor (beneficiários) está relevada no balanço por um valor superior ao que consta das contas correntes dos beneficiários	29.185
		Existência de dívida referenciada para efeitos de execução fiscal mas não participada ao órgão executor	235.064
		Os saldos das contas bancárias comportavam movimentos "por reconciliar" alguns dos quais há mais de dois anos	1.569
		Sobrevalorização do saldo de disponibilidades devido a contabilização indevida, por deficiência de software.	9.359
		Subvalorização do saldo de disponibilidades devido a omissão de registo de receita, por dificuldades na identificação da respetiva origem e natureza	93.796
		O valor do saldo dos resultados transitados está sobrevalorizado em virtude de incorporar o valor de coimas e de custas registado em duplicado em anos anteriores (2008 a 2013).	Em pelo menos 3.104
		O valor das <i>Provisões para riscos e encargos</i> está subavaliado relativamente a processos judiciais pendentes, não sendo integralmente observado o princípio da prudência.	2.229
Subvalorização do valor dos proveitos do exercício e do resultado líquido e sobrevalorização do valor dos proveitos diferidos devido à não contabilização do valor dos juros cobrados em 2014.	51.726		
Os custos e os proveitos extraordinários estão subvalorizados, devido à metodologia utilizada no registo contabilístico do valor das prescrições ocorridas no exercício e do valor das anulações de prescrições registadas em anos anteriores, que não cumpre o princípio da não compensação previsto no POCISSSS.			
SRA	PCRAA 2014	Receitas comunitárias que não foram objeto de oportuna relevação contabilística	134.300
		Relevação contabilística, em receitas correntes, das transferências de capital do Orçamento do Estado, efetuadas ao abrigo do princípio da solidariedade.	179.600
		95% das receitas da Administração Regional direta são arrecadadas à margem das três Tesourarias da Região, sem que tivessem sido adotados adequados métodos e procedimentos de controlo destinados a reconciliar os saldos evidenciados nas contas bancárias com o saldo contabilístico da Conta.	1.840
SRM	PCRAM2013	O orçamento inicial aprovado para 2013 apresentou o saldo primário deficitário de 1.468 milhões de euros, não tendo sido, uma vez mais, observada a regra de equilíbrio orçamental inscrita no n.º 2 do art.º 4.º da LEORAM.	1.468.034
		Os 17 contratos de SWAP, celebrados pelas Sociedades de Desenvolvimento, a MPE, a APRAM, a EEM, a Valor Ambiente e o SESARAM, tinham perdas potenciais acumuladas próximas dos 117,4 milhões de euros	117.400
	PCRAM2014	Os pagamentos em atraso, a 31/12/2014, rondavam os 322,6 milhões de euros, dos quais 268,4 milhões de euros tinham origem nos serviços da Administração Direta	322.620
		O total dos juros e outros encargos correntes rondou os 92.969,1 mil euros. Para além daqueles encargos, a Região pagou cerca de 221 milhões de euros, relativos a juros de mora, que o Relatório da Conta da Região não evidencia como encargos da dívida.	314.000
		Os 17 contratos de SWAP, celebrados pelas Sociedades de Desenvolvimento, a MPE, a APRAM, a EEM, a Valor Ambiente e o SESARAM, tinham perdas potenciais acumuladas próximas dos 165,8 milhões de euros, estando reconhecidas em balanço apenas 37,5 milhões de euros.	128.300

(cont.)

(cont.)

Dep.	N.º relat./Parecer	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante (m €)
	15/2015-2.ºS	Em 2013, a receita do IRC representou 14% das receitas fiscais inscritas na Conta Geral do Estado (CGE) e 10% da receita consolidada da Administração Central.	
		Face à importância do IRC para a execução orçamental da receita do Estado, o Tribunal decidiu examinar os sistemas de gestão e controlo implementados para a respetiva cobrança voluntária (€ 5.576 milhões correspondentes a 90% da cobrança do IRC), os quais são, em geral, eficazes ainda que não tenham assegurado a contabilização integral, legal e regular do imposto, como adequado.	
		Subsiste a falta de interligação dos sistemas da AT com o de contabilização das receitas na CGE ("e-liquidação"), em desrespeito de normas legais vigentes desde 2001. É mais do que oportuno que o Estado, o Ministério das Finanças e a AT apliquem, como administradores de receitas públicas, princípios e procedimentos que tornaram obrigatórios aos contribuintes, nomeadamente com a implementação do e-fatura em poucos meses, por os reputarem essenciais para a eficácia do controlo dessas receitas.	
		Essa falta de interligação tem vindo a permitir, <i>inter alia</i> , a recorrente não contabilização da receita do imposto relativa às regiões autónomas e da derrama dos municípios (€ 445 milhões em 2013), procedimento que compromete a transparência da gestão orçamental e o rigor da receita e da despesa inscritas na Conta Geral do Estado.	
		Não obstante recorrentes recomendações do Tribunal, a Direção-Geral do Orçamento ainda não criou as condições para a AT registar a totalidade das receitas fiscais, ao limitar o registo das operações extraorçamentais no sistema de contabilização das receitas na CGE, não permitindo, desde logo, o devido registo das receitas a entregar às regiões autónomas e aos municípios.	
		Receita Extraorçamental omissa – Derrama dos Municípios	207.720
		Receita Extraorçamental omissa – IRC das Regiões Autónomas	237.649
	24/2015-2.ºS	O Tribunal de Contas aprecia anualmente a receita cessante por benefícios fiscais (BF), também designada por despesa fiscal (DF), no Parecer sobre a Conta Geral do Estado (CGE). Em cada ano é obtida evidência relativamente à fiabilidade da DF quantificada e relevada na CGE do ano anterior. Nos últimos Pareceres o Tribunal tem formulado reservas sobre o montante da DF relevado nessa Conta por estar manifestamente subavaliado devido à omissão de parte dos BF e, sobretudo, sublinhando as insuficiências detetadas na quantificação da DF ou na sua relevação na CGE.	
		A DF relevada na CGE de 2013 continua subavaliada sobretudo em IRC, IVA e Imposto do Selo estando ainda omissa a despesa em IUC quantificada pela AT. Das 146 (€ 345 milhões) operações examinadas foram detetadas irregularidades (incorrecção financeira e inadequada relevação) em 56 (€ 35 milhões). Ao valor dessas irregularidades conhecidas acresce o montante das omissões quantificadas pela auditoria (€ 490 milhões).	
		Despesa Fiscal com incorrecção financeira e inadequada relevação	34.666
		Despesa Fiscal omissa	490.380
SRA	07/2015-SRA	Não submissão de contratos a fiscalização prévia;	401
		Não aplicação da redução remuneratória, legalmente instituída, a contrato	20
SRM	09/2015-SRM	Em 7 acordos de pagamento celebrados em 2013 pela RAM com o BANIF, diversas agências de viagens e a Associação de Futebol da Madeira, não foi cumprido o prazo fixado para a liquidação da dívida (até 31/12/2013), tendo a mesma transitado para 2014, sem que o respetivo montante tivesse sido levado à relação dos pagamentos em atraso de 31/12/2013.	1.634
		Assunção de despesa que não foi paga nos 90 dias posteriores à sua data de vencimento, originando com isso novos pagamentos em atraso e a violação do preceituado no art.º 7.º, n.º 2, do DL n.º 127/2012 de 21 de junho, e no art.º 5.º, n.º 1, da LCPA.	16.034
		A Região não elaborou um plano de liquidação dos pagamentos em atraso existentes em 31 de dezembro de 2011 como era exigido pela LCPA	877.600
	Foram celebrados acordos plurianuais de pagamento e de regularização de dívida com credores da RAM, sem prévia autotização conferida em portaria de extensão de encargos do Secretário Regional do Plano e Finanças, desrespeitando-se assim a disciplina imposta pelo art. 6.º, n.º 1, alínea b) da LCPA	664.892	
	12/2015-SRM	Acumulação de rendimentos de pensões e de trabalho no sector público no montante global de 211 673,12€.	212
Funções económicas, sociais (habitação e serviços coletivos) e Fundos comunitários			
DAIII	22/2015-2.ºS	Não cumprimento do princípio da unidade de tesouraria.	645,3
		Indevida inclusão no balanço de 2012 de uma dívida de uma instituição bancária.	17
		Receita por cobrar entre janeiro de 2006 e abril de 2008, compreendendo situações de anulação indevida de guias de receita e de afetação incorreta de disponibilidades à cobrança de guias de receita.	814,2
	28/2015-2.ºS	Adoção indevida do procedimento de ajuste direto, ao abrigo de critérios materiais, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP.	73,5
SRA	05/2015-SRA	Incumprimento da obrigação de prestação de caução	249
	09/2015-SRA	Pagamento de faturas emitidas, relativas a autos de medição, que incluíam o preço de trabalhos que não estavam executados.	576

(cont.)

(cont.)

Dep.	N.º relat./Parecer	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante (m €)
Funções gerais de soberania			
DA IV	06/2015-2.ºS	Na contabilização da receita não foram cumpridos os princípios e regras orçamentais	1.400
		Não contabilização de transações	21
		Não contabilização de acionamento de garantia bancária	13
		Pagamento de ajudas de custo sem dedução do abono diário do subsídio de refeição	12
Ciência, tecnologia e ensino superior, educação, cultura e desporto			
DA V	27/2015-2.ºS	Em 2014 a execução do orçamento do ICA ascendeu a €30,1 M na receita e a €15,6 M na despesa, não tendo recebido dotações do Orçamento do Estado, sendo o seu financiamento proveniente quase exclusivamente de receitas próprias (99,8%).	5.500
		Na execução do orçamento da receita, 79% do valor respeita à cobrança direta das taxas de exibição e de subscrição (agrupamento 04.00.00) e 19% a transferências correntes, sendo de destacar que estas incluem um pagamento do ICP-ANACOM –Autoridade Nacional de Comunicações, relativo à taxa de subscrição.	
		Assim, o valor das taxas ascendeu a €29,3 M (97% da receita), sendo €8,8 M proveniente da taxa de exibição e €20,5 M da taxa de subscrição.	
	16/2015-2.ºS	Encontrava-se por cobrar o montante de 3 837 133,78€. A recuperação das dívidas de alunos teve início em 2012. Até 31 de dezembro de 2014 foram ainda recuperadas dívidas no montante de 2 438 347,54€, permanecendo por cobrar o valor de 4 000 201,24€.	4.000
		Relativamente aos alunos que solicitaram o pagamento faseado das respetivas dívidas foram acordados, até 7 de fevereiro de 2014, 358 planos de pagamento no montante de 255 932,27€, tendo sido pago, até fevereiro/março seguinte, o valor de 79 864,83€.	80
	29/2015-2.ºS	Foram autorizadas, nos anos de 2011 e 2012, despesas e pagamentos ilegais no montante de 13 541,81€, relativas à contratação de docente em regime de prestação de unidades curriculares de cursos de licenciatura e mestrado.	13
	Relativamente aos contratos celebrados com a empresa Everything is New no período em análise, verificou-se que as exposições Joana Vasconcelos no Palácio Nacional da Ajuda (PNA) e "Rubens, Bruegehl, Lorrain. A Paisagem Nórdica do Museu do Prado" no Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) tiveram um saldo positivo, 771 260,30€ e 49 320,29€, respetivamente. O mesmo não aconteceu com a exposição "Os Saboias. Reis e Mecenas. Turim 1730-1750" que registou um saldo negativo de 153 132,49€.	153	
Saúde			
DA VI	08/2015-2.ºS	Em 2013 a despesa do Serviço Nacional de Saúde com a aquisição de serviços de saúde a hospitais públicos (EPE) incluiu encargos não decorrentes da prestação de cuidados de saúde, no total de €19,3 milhões. O pagamento de uma dívida bancária através do Orçamento do Serviço Nacional de Saúde implicou, em 2013, uma redução dos recursos destinados à produção de cuidados de saúde.	19.300
	12/2015-2.ºS	Apesar de não ter sido considerado o alargamento geral do esquema de benefícios da ADSE a qualquer cidadão interessado, foi elaborado um estudo do qual resultaram propostas de alargamento a 3 novos grupos de beneficiários, até aqui não abrangidos.	16.100
	21/2015-2.ºS	O Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, EPE, faturou indevidamente, no período 2008-2011, 213.138 episódios de quimioterapia oral como GDH médico de ambulatório.	64.700
		Dos €64,7 milhões faturados indevidamente, cerca de €25,9 milhões já tinham sido pagos pela Administração Central do Sistema de Saúde, IP. A interrupção dos pagamentos ocorreu na sequência da aprovação do relatório da auditoria de seguimento realizada pelo Tribunal em 2013 - Relatório de Auditoria n.º 24/2013 – 2.ª Secção.	25.900
		As disponibilidades de tesouraria do Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, EPE, (€24,4 milhões, dos quais €14,3 milhões em produtos financeiros a prazo) são mais do que suficientes (289,6% e 169,9%, respetivamente) para assegurar o pagamento imediato da totalidade da sua dívida ao Serviço Nacional de Saúde (€8,3 milhões).	8.300
	30/2015-2.ºS	Face à ocultação da dívida aos centros hospitalares e a erros e deficiências detetados nas contas do SUCH, o Tribunal de Contas formulou a recomendação de que as contas fossem corrigidas, além de ter sido instaurado um processo autónomo de multa ao Presidente do SUCH, que procedeu ao pagamento voluntário da multa. Em setembro de 2015 foi convocada a Assembleia Geral do SUCH para apreciação e aprovação das contas refeitas de 2013 e de 2014, que tornaram visível um passivo que estava oculto de cerca de €45,5 milhões, tal como recomendado pelo Tribunal de Contas.	45.500
Ocultação nas contas do SUCH da dívida aos centros hospitalares de Lisboa, no total de €17,6 milhões, pela sua quota parte (91%) da dívida bancária do Somos Compras, ACE.		17.600	
VEC 4/2015-2.ºS	Foram detetados depósitos, no montante de €8.389,35, em contas abertas na banca comercial, bem como 4.500 ações de uma sociedade gestora de participações sociais de empresas do ramo imobiliário, não relevados na contabilidade nem nos documentos de prestação de contas apresentados ao Tribunal.	8.400	
SRA	06/2015-SRA	Não aplicação da redução remuneratória, legalmente instituída, a contratos	13

(cont.)

(cont.)

Dep.	N.º relat./Parecer	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante (m €)
Segurança Social			
SRM	15/2015-SRM	Incentivos concedidos em casos em que os beneficiários que frequentaram Programas de Incentivos à Contratação e Empresas de Inserção não cumpriram as obrigações contratuais	229
Administração local e SPE autárquico			
DA VIII	13/2015-2.ºS	Celebração de Acordos de Regularização de Dívidas com empreiteiros e fornecedores de bens e serviços posteriormente cedidos por estes a instituições financeiras, que traduzem operações financeiras complexas que configuram verdadeiros empréstimos não conformes à lei então em vigor;	30.866
		Celebração de contratos denominados <i>Confirming</i> com uma instituição financeira que se traduzem em operações financeiras complexas que configuram verdadeiros empréstimos não conformes à lei então em vigor;	30.461
		Constituição de um Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para a gestão do património privado do município que serviu de veículo de financiamento indireto do Município;	23.400
		Transferências de Infraestruturas de saneamento em alta para a SIMDOURO cuja finalidade se traduziu na obtenção de liquidez imediata para o Município e que deu origem a movimentos contabilísticos que provocaram distorções nas demonstrações financeiras;	38.895
		Não relevação contabilística de juros de mora debitados pelos fornecedores devido a atrasos de pagamentos;	4.686
		Sobreavaliação de ativos pelo facto do município manter nas suas contas créditos sobre os quais não detinha os respetivos direitos;	11.365
		Contratos de <i>Swap</i> de natureza especulativa celebrados por empresas municipais com instituições financeiras que se revelaram tóxicas e deram lugar a avultadas perdas financeiras e que dificilmente poderão prosseguir fins de reconhecido interesse público local e conter-se dentro das atribuições municipais;	41.730
	14/2015-2.ºS	Provisões para riscos e encargos não reconhecidas pelo município nas demonstrações financeiras;	7.508
		Endividamento Municipal – ultrapassagem dos limites endividamento;	5.170
		As demonstrações financeiras da SATU-Oeiras, relativas aos exercícios 2008-2012, não apresentam uma imagem verdadeira nem apropriada da situação financeira, nomeadamente quanto aos financiamentos obtidos e à valorização dos ativos fixos.	23.055
		Juros pagos, no âmbito dos contratos de suprimento, em montante superior ao contratualmente estabelecido	340
SRA	03/2015-SRA	Utilização de descoberto bancário sem a devida autorização prévia e ultrapassando os limites de	8
		Realização, de forma continuada, de despesas sem cabimento orçamental	4
		Inobservância do princípio do equilíbrio na execução orçamental	5
SRM	01/2015-SRM	Apuramento de dívidas por contabilizar a 31/12/2008, na contabilidade orçamental e patrimonial, de cerca de 3 658 680,91€, que estavam incluídas no PAEL.	4.835
		Omissão da contabilização, em 31/12/2013, na contabilidade orçamental de dívidas no montante de 1 176 678,20€, das quais 955 340,58€ encontravam-se registados na conta "22.8 – Faturas em receção e conferência".	10.567
	04/2015-SRM	Incumprimento do limite de endividamento líquido e da regra prevista no art.º 37.º, n.º 2 da LFL.	1.300
		Existência de rendas sociais em atraso em 31 de dezembro	1.300
SPE da Administração central e regional e Entidades reguladoras			
SRA	04/2015-SRA	Existência de créditos por cobrar, resultantes de prejuízos acumulados e da liquidação de dívidas e outros encargos decorrentes da execução do contrato de cessão de exploração e gestão dos campos de golfe.	3.871



LISTA DOS IMPACTOS FINANCEIROS EM SEDE DE CONTROLO SUCESSIVO CONHECIDOS EM 2015

Dep.	N.º Relat	Breve descrição do impacto	Montante (mil €)
Execução do orçamento do Estado e do orçamento da Segurança Social			
DA II	PCGE 2012	Aumento da receita do Estado contabilizada - IRS	334.583
	5/2013-2.ºS	Aumento da receita do Estado contabilizada - IVA	745.800
Total DA II			1.080.383
DA VII	PCGE 2012	A CGA em 2014 alterou a forma de contabilização dos valores transferidos para o ISS. Passou a registar os valores em transferências para a segurança social em vez de transferências para as famílias	102.500
	PCGE 2012/13	Os movimentos reconciliados em 2014 implicaram uma redução líquida da receita orçamental	1.800
		A Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social em 2015 tinha em curso uma auditoria às pensões indevidamente pagas O Gabinete de Auditoria Interna do Instituto da Segurança Social, IP (ISS) realizou, em 2014, uma auditoria às pensões por morte e sobrevivência a 3 centros distritais	11
Total DA VII			104.311
SRM	10/2014-SRM	Reposição dos montantes pagos indevidamente a título de subsídios de reintegração	357
	12/2015-SRM	Reposição do montante de 211 673,12€, dos quais 53 346,61 € foram entretanto repostos, pago indevidamente, auferido por acumulação de rendimentos de pensões e de trabalho no setor público	158
Total SRM			515
Total de execução do orçamento do Estado e do orçamento da Segurança Social			1.185.209
Funções económicas, sociais e fundos comunitários			
DA III	23/2013-2.ºS	Melhoria da gestão financeira pública, da transparência e da responsabilidade	50
		Maior fiabilidade do sistema de controlo interno Cumprimento de normas de prestação de contas	
	27/2013-2.ºS	Melhoria da eficiência do Programa Melhoria da qualidade da avaliação do Programa Melhoria do sistema de informação Melhoria da organização documental	28.943
		29/2013-2.ºS	
16/2014-2.ºS	Cumprimento de normas de: Publicitação dos apoios financeiros atribuídos; RTE - Regime da Tesouraria do Estado; Melhoria da gestão financeira pública, da transparência e da responsabilidade	54.318	
Total DA III			94.286
SRM	2/2014-SRM	Arrecadação de receita pela APRAM na sequência do pagamento das rendas em atraso por parte da CLCM	1.240
Total SRM			1.240
Total de Funções económicas, sociais e fundos comunitários			95.526
Funções gerais de soberania			
DA IV	18/2011-2.ºS	Regularização de dívidas em curso e desencadeados processos de execução fiscal.	2
	22/2010-2.ºS	Redução de dívidas de clientes e a fornecedores e melhoria nos prazos médios de recebimento e pagamento.	600
	10/2013-2.ºS	Em curso, novos procedimentos no circuito de arrecadação de receitas e adoção de aplicação informática que permitiu o início de reconciliação de receitas	807
	04/2014-2.ºS	Iniciativas legislativas que melhoraram a flexibilização, a transparência e o rigor na gestão dos efetivos militares e que favoreceram o controlo do cumprimento do disposto nos artigos 78.º e 79.º do Estatuto da Aposentação por parte dos militares na situação de reserva. Em curso, regularizações no processamento de abono por cessação definitiva de funções e nas entregas para a CGA sobre o proporcional do subsídio de férias, relativas ao ano de 2011	15
Total DA IV			1.424
Total de Funções Gerais de Soberania			1.424

(cont.)

(cont.)

Dep.	N.º Relat	Breve descrição do impacto	Montante (mil €)
Ciência, tecnologia e ensino superior, educação, cultura e desporto			
DA V	06/2014-2.ªS	Melhoria de gestão financeira pública, através do desenvolvimento de mecanismos legais para o ressarcimento dos danos emergentes resultantes da não observância pela Empresa de fiscalização ENPESIN dos seus deveres legais e contratuais inerentes à fiscalização de tais empreitadas.	695
	10/2014-2.ª	Melhoria do processo de prestação de contas e do sistema de controlo interno aplicado à arrecadação e sua contabilização.	3.134
		Cumprimento dos normativos legais aplicáveis na área das disponibilidades, do património e na área do pessoal designadamente cessar o pagamento de acréscimos remuneratórios a docentes e do controlo do regime de dedicação exclusiva.	63 29 34
	15/2014-2.ªS	Cumprimento das normas de gestão patrimonial.	759
		Redução de despesa, cessação de contratos de prestação de serviços de pessoal, atribuição de suplementos remuneratórios. Cobrança dos valores em dívida de alunos.	9 18 78
	20/2014-2.ªS	Melhoria do sistema de controlo interno. Cobrança atempada de dívidas de alunos.	623
Maior transparência nas relações do IST com terceiros, na medida em que foram celebrados protocolos com entidades pelo direito privado		926	
21/2014-2.ªS	Cumprimento dos normativos legais aplicáveis na área do património, contratação pública e na área de pessoal. Cobrança de dívida de alunos.	20	
	Suspensão de suplementos remuneratórios. Extinção da Fundação Fernão de Magalhães para o Desenvolvimento e Transferência para o IPVC dos ativos tangíveis e realizados procedimentos conducentes ao término dos contratos de trabalho com os colaboradores da fundação	91 138	
Total DA V			6.617
SRM	01/2014-SRM	Atribuição, processamento e pagamento de subsídios e suplementos remuneratórios nos termos dos limites legais	1.576
Total SRM			1.576
Total de Ciência, inovação e ensino superior, educação, cultura e desporto			8.193
Saúde			
DA VI	24/2013-2.ªS	Anulação da faturação irregular emitida pelo IPO do Porto à ACSS, IP, enquanto entidade responsável pela execução do orçamento do SNS.	64.700
		Realização de auditoria à codificação clínica que detetou episódios faturados de forma incorreta e que foram corrigidos Melhoria da qualidade da informação produzida sobre a faturação dos Hospitais	
	8/2015-2.ªS	Foram revogados os Despachos n.º 814/2013, de 20 de dezembro, e n.º 31/2015, de 25 de fevereiro, do Secretário de Estado da Saúde. Foi produzido o Despacho n.º 3016-B/2015, de 23 de março, da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Saúde, determina o aumento, em numerário, do capital estatutário dos centros hospitalares de Lisboa em € 19,3 milhões, por recurso a verbas do Capítulo 60 do Orçamento do Estado relativo a despesas excecionais. Aumento do capital estatutário de 11 entidades do SNS em € 30 milhões para renovação de equipamentos.	49.300
		Apesar de não ter sido eliminada a atividade de controlo de faltas, foram propostos preços a cobrar às entidades empregadoras por estes serviços, alheios ao esquema de benefícios da ADSE. Apesar de não ter sido considerado o alargamento geral do esquema de benefícios da ADSE a qualquer cidadão interessado, foi elaborado um estudo do qual resultaram propostas de alargamento a 3 novos grupos de beneficiários, até aqui não abrangidos. Existiram alguns desenvolvimentos, embora ainda insuficientes, do sistema de controlo da entrega do desconto por quotizado. Foi apresentada proposta de uniformização das responsabilidades das entidades empregadoras no financiamento do sistema, ainda sem efeitos práticos.	
21/2015-2.ªS	Foi devolvido ao orçamento do Serviço Nacional de Saúde os montantes indevidamente recebidos pelo IPO do Porto pela faturação irregular realizada no período 2008-2011.	25.900	
Total DA VI			156.000
Total de Saúde			156.000

(cont.)



(cont.)

Dep.	N.º Relat	Breve descrição do impacto	Montante (mil €)
Segurança Social			
DA VII	16/2007-2.ªS	Recuperação da totalidade da dívida pelo IGFSS e recuperação de parte da dívida pelo FSS - Valor de 2014	31
Total de Segurança Social			31
Administração local e Setor público empresarial autárquico			
DA VIII	08/2013-2.ªS	Progressos no processo de inventariação dos bens móveis do Município Atualização dos registos contabilísticos Maior rigor na aplicação das regras contabilísticas Melhoria da gestão financeira Melhoria de gestão patrimonial Maior fiabilidade das demonstrações financeiras	8.439
	14/2015-2.ªS	Maior fiabilidade das demonstrações financeiras - reconhecimento, apresentação e divulgação dos instrumentos de capital próprio e dos passivos. Regularização dos juros pagos, no âmbito dos contratos de suprimentos, através da emissão da correspondente nota de crédito.	23.055 340
Total DA VIII			31.834
SRM	3/2014-SRM	Redução da dívida total, no montante de 2,2 milhões de euros. Cumprimento dos resultados previstos no PSF. Cumprimento dos normativos legais Controlo do endividamento, das limitações legais e orçamentais	2.200
	01/2015-SRM	Melhoria do processo de controlo das medidas aplicadas na arrecadação da receita e na realização da despesa. Cumprimento dos normativos legais aplicáveis. Registo integral das dívidas nos correlativos compromissos, no montante de 221 mil euros. Dissolução e encerramento da empresa municipal Terra Cidade	221
Total SRM			2.421
Total de Administração local e Setor público empresarial autárquico			
			34.255
Setor público empresarial e Entidades reguladoras			
DA IX	21/2012-2.ªS	Incremento do sistema de controlo interno (controlo setorial da administração pública) Redução da despesa	200
	11/2013-2.ªS	Renegociação de contratos de financiamento Redução da despesa	36.071
	25/2013-2.ªS	Cumprimento de legislação e regulamentação: Princípio da Unidade de Tesouraria, Estatutos da empresa e celebração de contratos de concessão. Melhoria da gestão do património da empresa com incremento no rendimento da empresa. Redução da despesa	1.483
Total DA IX			37.754
SRM	15/2014-SRM	Arrecadação da receita ainda pendente atenta a expectativa de interposição de processos de execução fiscal, no montante 13 milhões de euros. Correção da utilização de transferências comunitárias	13.000
Total SRM			13.000
Total de Setor público empresarial e Entidades reguladoras			
			50.754
Total geral - pareceres e auditorias			
			1.531.392
			Sede 1.482.561
			SRA 0
			SRM 18.752

VERIFICAÇÃO INTERNA DE CONTAS

O controlo sucessivo engloba igualmente a verificação interna de contas das entidades sujeitas à jurisdição do Tribunal e não isentas da sua apresentação.

Em 2015 foi proferida decisão de homologação (com e sem recomendações) e de recusa de homologação relativamente a 608 contas, tendo-se verificado um acréscimo face ao ano anterior.

Verificação interna de contas

Unidade: m€

	Contas homologadas		das quais com recomendações	Recusa de homologação		Entidades a que respeitam as contas		Volume financeiro	
	N.º	%		N.º	%	N.º	%	Montante	%
Sede	512	84,8%	139	3	75,0%	439	83,1%	488.701.644	99,2%
SRA	31	5,1%	23	1	25,0%	30	5,7%	2.174.595	0,4%
SRM	61	10,1%	6		0,0%	59	11,2%	1.706.010	0,3%
Total	604	100,0%	168	4	100,0%	528	100,0%	492.582.249	100,0%

Verificação interna de contas - por origem

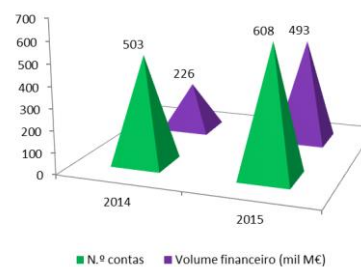
Unidade: m€

	Contas homologadas		das quais com recomendações	Recusa de homologação		Entidades a que respeitam as contas		Volume financeiro	
	N.º	%		N.º	%	N.º	%	Montante	%
Adm. Central	404	66,9%	39	3	75,0%	350	66,3%	484.594.616	98,4%
Adm. Local	134	22,2%	111		0,0%	113	21,4%	5.415.849	1,1%
Adm. Regional	66	10,9%	18	1	25,0%	65	12,3%	2.571.784	0,5%
Total	604	100,0%	168	4	100,0%	528	100,0%	492.582.249	100,0%

Verificação interna de contas - evolução

Unidade: m€

	2014		2015	
	N.º contas	Volume fin.	N.º contas	Volume fin.
Sede	413	222.338.078	515	488.701.644
SRA	28	1.561.852	32	2.174.595
SRM	62	1.848.489	61	1.706.010
Total	503	225.748.419	608	492.582.249
			21%	118%





ENTIDADES OBJETO DE CONTROLO

Sede - Em ações de auditoria, verificação externa de contas, APP e outras ações de controlo (1)

Tutela\Entidade	Áreas de responsabilidade	AR I ¹⁾	AR II	AR III	AR IV	AR V	AR VI	AR VII	AR VIII	AR IX	Total ²⁾
Administração Interna		0	0	1	5	0	0	0	0	0	
Autoridade Nacional de Proteção Civil					1						
Inspeção-Geral da Administração Interna					1						
Gabinete do Ministro da Administração Interna					1						
QREN - Estrutura de Missão para a Gestão de Fundos Comunitários do Programa Quadro Solidariedade e Gestão dos Fluxos Migratórios				1							
Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna					1						
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras					1						
Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural		0	0	5	0	0	0	0	0	0	
Fundo do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor				1							
Fundo Florestal Permanente				1							
Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral - Ministério da Agricultura e do Mar				1							
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.				1							
Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P.				1							
Ambiente		0	0	5	0	0	0	0	0	1	
Agência Portuguesa do Ambiente				1							
Direção-Geral do Território				1							
Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos				1						1	
Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.				1							
Inspeção-Geral dos Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Agricultura e do Mar				1							
Autarquias Locais		0	0	3	0	0	0	0	2	0	
Município de Albufeira				1							
Município de Loures				1							
Município de Palmela				1							
Município de Vila Nova de Gaia									1		
Município do Seixal									1		
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior		0	0	1	0	14	0	0	0	0	
Escola Superior de Enfermagem de Lisboa						1					
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril - Estoril						1					
Escola Superior Náutica Infante D. Henrique						1					
Estádio Universitário de Lisboa - Universidade de Lisboa						1					
Faculdade de Ciências - Universidade de Lisboa						1					
Fundação da Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Nova de Lisboa						1					
Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve						1					
Instituto Politécnico de Coimbra						1					
Instituto Politécnico de Leiria						1					
Instituto Politécnico de Lisboa						1					
Instituto Politécnico de Santarém						1					
Instituto Politécnico de Setúbal						1					
Universidade de Évora - Reitoria						1					
Universidade do Algarve - Reitoria						1					
Universidade do Porto - Reitoria				1							
Cultura		0	0	0	0	1	0	0	0	0	
Direção-Geral do Património Cultural						1					
Defesa Nacional		0	0	0	12	0	0	0	0	0	
Comando da Logística					1						
Comando do Pessoal do Exército					1						
Direção-Geral dos Recursos da Defesa Nacional					1						
Estado Maior do Exército					1						
Estado Maior General das Forças Armadas					1						
Exército					1						
Força Aérea					1						
Gabinete do Ministro da Defesa					1						
Laboratório Militar dos Produtos Químicos e Farmacêuticos					1						
Marinha					1						
MM - Gestão Partilhada, E.P.E.					1						
Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional					1						
Economia		0	0	5	3	0	0	0	0	2	
Autoridade Nacional de Aviação Civil				1							
Fundação para as Comunicações Móveis					1						
Gabinete do Ministro da Economia										1	
Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações					1						
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.				1							
Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.										1	
Instituto do Turismo de Portugal, I. P.					1						
Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P.					1						
Secretaria-Geral do Ministério da Economia						1					
Território, IT - Instituto do Território, Rede Portuguesa para o Desenvolvimento do Território, Associação					1						

Tribunal de Contas

Tutela/Entidade	Áreas de responsabilidade									Total ²⁾
	AR I ¹⁾	AR II	AR III	AR IV	AR V	AR VI	AR VII	AR VIII	AR IX	
Educação	4	0	3	0	2	0	0	0	0	9
Agência Nacional para a Gestão do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida			1							
Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.	1									
Direção-Geral da Educação			1							
Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência	1									
Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares			1							
Fundação Luís de Molina, F. P.					1					
Gabinete do Ministro da Educação	1									
Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P.	1									
Parque Escolar, E.P.E.					1					
Encargos Gerais do Estado	0	0	0	7	0	0	0	0	0	7
Assembleia da República				1						
Cofre do Tribunal de Contas				1						
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos				1						
Comissão Nacional de Eleições				1						
Presidência da República				1						
Tribunal de Contas				1						
Tribunal de Contas - Sede - Conta Consolidada				1						
Finanças	7	24	4	3	0	1	0	0	0	8
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E. P. E - Encargos da Dívida Pública.	1									
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.	1	1	1							1
Autoridade Tributária e Aduaneira		1		1						
Banco de Portugal										1
Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria		1								1
Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas		1	1							
Direção-Geral do Orçamento	1	1	1			1				1
Direção-Geral do Tesouro e Finanças	1	1	1							1
Entidade Contabilística «Ação Governativa» - Ministério das Finanças		1								
Entidade Contabilística «Gestão Administrativa e Financeira» - Ministério das Finanças		1								
Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.	1	1		1						
Fundo de Acidentes de Trabalho		1								
Fundo de Contragarantia Mútuo		1								
Fundo de Estabilização Aduaneira		1								
Fundo de Estabilização Tributário		1								
Fundo de Garantia Automóvel		1								
Fundo de Garantia de Depósitos		1								
Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo		1								
Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial		1								
Fundo de Regularização da Dívida Pública	1									
Fundo de Resolução		1								1
Fundo Português de Carbono		1								
Gabinete do Ministro das Finanças	1	1		1						
Inspeção-Geral de Finanças		1								1
Serviços Sociais da Administração Pública		1								
Sistema de Indemnização aos Investidores		1								
Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial		1								1
Justiça	0	0	0	7	0	0	0	0	0	7
Conselho Superior da Magistratura				1						
Direção-Geral da Administração da Justiça				1						
Gabinete da Ministra da Justiça				1						
Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.				1						
Instituto dos Registos e do Notariado				1						
Tribunal Constitucional				1						
Tribunal da Relação de Lisboa				1						
Negócios Estrangeiros	0	0	0	11	0	0	0	0	0	11
Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.				1						
Centro Cultural Português em Luanda - Angola - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.				1						
Centro Cultural Português em Paris - França - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.				1						
Embaixada de Portugal em Londres - Reino Unido				1						
Embaixada de Portugal em Luanda - Angola				1						
Embaixada de Portugal em Paris - França				1						
Estrutura de Coordenação do Ensino do Português no Estrangeiro - Reino Unido e Ilhas do Canal				1						
Estrutura de Coordenação do Ensino Português no Estrangeiro - França				1						
Fundo para as Relações Internacionais				1						
Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros				1						
Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros				1						



Tutela\Entidade	Áreas de responsabilidade	AR I ¹⁾	AR II	AR III	AR IV	AR V	AR VI	AR VII	AR VIII	AR IX	Total ²⁾
Presidência do Conselho de Ministros		2	0	16	3	2	0	0	0	0	
Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P.		1		1							
Agência para o Investimento e o Comércio Externo de Portugal, E.P.E.				1							
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo				1							
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo				1							
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve				1							
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro				1							
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte				1							
Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género					1						
Direção-Geral das Artes						1					
Direção-Geral das Autarquias Locais		1									
Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares e Igualdade					1						
Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.					1						
Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P.						1					
Instituto Português do Desporto e da Juventude, I. P.				1							
QREN - Estrutura de Missão para o Programa Operacional (PO) Regional de Lisboa				1							
QREN - Estrutura de Missão para o Programa Operacional (PO) Regional do Alentejo (INALENTEJO)				1							
QREN - Estrutura de Missão para o Programa Operacional (PO) Regional do Algarve				1							
QREN - Estrutura de Missão para o Programa Operacional (PO) Regional do Centro				1							
QREN - Estrutura de Missão para o Programa Operacional (PO) Regional do Norte				1							
QREN - Estrutura de Missão para o Programa Operacional (PO) Temático Fatores de Competitividade				1							
QREN - Estrutura de Missão para o Programa Operacional (PO) Temático Potencial Humano				1							
QREN - Estrutura de Missão para o Programa Operacional (PO) Temático Valorização do Território				1							
Saúde		0	0	1	0	0	22	0	0	0	
Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.							1				
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.							1				
Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.							1				
Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P.							1				
Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.							1				
Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.							1				
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.							1				
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.							1				
Centro Hospitalar de São João, E.P.E.							1				
Centro Hospitalar Lisboa Norte, E.P.E.							1				
Direção-Geral da Saúde				1			1				
Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE)							1				
Hospital de Garcia de Orta, E.P.E. - Almada							1				
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.							1				
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.							1				
Inspeção-Geral das Atividades em Saúde							1				
Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, E.P.E.							1				
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.							1				
SUCH-Serviço de Utilização Comum dos Hospitais							1				
Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.							1				
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.							1				
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.							1				
Setor Empresarial Local		0	0	0	0	0	0	0	1	0	
SATU-OEIRAS - Sistema Automático de Transporte Urbano, E. M., S. A. – Em Liquidação									1		1
Setor Empresarial do Estado		3	0	0	0	0	4	0	0	14	
Administração do Porto da Figueira da Foz, S. A.											1
ADP - Águas de Portugal, SGPS, S. A.											1
ANA - Aeroportos de Portugal, S. A.											1
APA - Administração do Porto de Aveiro, S. A.											1
APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.											1
APL - Administração do Porto de Lisboa, S. A.											1
APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S. A.											1
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S. A.											1
Caixa Geral de Depósitos, S. A.											1
COSEC - Companhia de Seguro de Créditos, S. A.		1									
EGF - Empresa Geral do Fomento, S. A.											1
Escala Braga - Sociedade Gestora do Edifício, S. A.							1				
Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S. A.							1				
FERTAGUS - Travessia do Tejo, Transportes, S. A.											1
HL - Sociedade Gestora do Edifício, S. A.								1			
MTS - Metro, Transportes do Sul, S. A.											1
Novo Banco, SA											1
PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS), S. A.											1
PARUPS, S. A.		1									
PARVALOREM, S. A.		1									
SGHL - Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S. A.							1				

Tribunal de Contas

Tutela\Entidade	Áreas de responsabilidade									Total ²⁾
	AR I ¹⁾	AR II	AR III	AR IV	AR V	AR VI	AR VII	AR VIII	AR IX	
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	0	0	2	1	0	0	9	0	0	
Caixa Geral de Aposentações, I. P.				1			1			
Cooperativa António Sérgio para a Economia Social - Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada			1							
Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social							1			
Fundo de Garantia Salarial - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.							1			
Instituto da Segurança Social, I. P.							1			
Instituto da Segurança Social da Madeira, I.P.							1			
Instituto da Segurança Social dos Açores, I.P.							1			
Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P.							1			
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.							1			
Instituto de Informática, I. P. - Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social							1			
Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.			1							
Total ²⁾	16	24	46	52	19	27	9	3	25	198

* Inclui entidade(s) objecto de controlo por várias Áreas de Responsabilidade.

O total não inclui a duplicação de entidades objecto de controlo por diferentes Áreas de Responsabilidade.

1) No âmbito dos trabalhos preparatórios do Parecer sobre a CGE foram alvo de controlo ao nível do Património Financeiro e da Dívida Pública, todos os Serviços e Fundos Autónomos (incluindo as Entidades Públicas Reclássificadas).

2) Tipos de ação (concluída e em curso) considerados:

Auditoria Ambiental
 Auditoria de Projeto ou Programa
 Auditoria de Seguimento
 Auditoria de Sistemas
 Auditoria Financeira
 Auditoria Horizontal
 Auditoria Integrada
 Auditoria Operacional ou de Resultados
 Auditoria Orientada

Verificação Externa de Contas
 Ação preparatória do Parecer sobre a CGE
 Acompanhamento da execução orçamental
 Acompanhamento de recomendações
 Análise de Denúncias
 Ação Instrumental



Sede - Em ações de verificação interna de contas

Entidade	/	Área de Responsabilidade	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
Academia das Ciências de Lisboa							1				
ACIDI, I. P. - Gestor do Programa Escolhas						1					
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.								1			
Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.								1			
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E. P. E - Encargos da Dívida Pública.	1										
Agência Nacional para a Gestão do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida							1				
Agrupamento de Escolas Augusto Cabrita, Barreiro - Setúbal (170628)							1				
Agrupamento de Escolas D. Pedro IV - Vila do Conde - Porto (150848)							1				
Agrupamento de Escolas da Boa Água, Quinta do Conde - Sesimbra - Setúbal (172388)							1				
Agrupamento de Escolas da Branca - Aveiro (160027)							1				
Agrupamento de Escolas da Charneca de Caparica - Almada - Setúbal (172327)							1				
Agrupamento de Escolas da Corga do Lobão - Santa Maria da Feira - Aveiro (151178)							1				
Agrupamento de Escolas de Albufeira - Faro (145385)							1				
Agrupamento de Escolas de Alcanena - Santarém (172390)							1				
Agrupamento de Escolas de Alfena, Valongo - Porto							1				
Agrupamento de Escolas de Alto do Lumiar - Lisboa (171736)							1				
Agrupamento de Escolas de Ansião - Leiria (160829)							1				
Agrupamento de Escolas de D. Miguel de Almeida, Abrantes - Santarém (170320)							1				
Agrupamento de Escolas de D. Nuno Álvares Pereira, Tomar - Santarém (171207)							1				
Agrupamento de Escolas de Entre Arga e Lima, Lanheses - Viana do Castelo (151580)							1				
Agrupamento de Escolas de Gil Eanes, Lagos - Faro (145427)							1				
Agrupamento de Escolas de Pêro da Covilhã - Castelo Branco (161159)							1				
Agrupamento de Escolas do Dr. Jorge Augusto Correia - Tavira - Faro							1				
Agrupamento Vertical de Escolas Arqueólogo Mário Cardoso, Vila de Ponte - Guimarães (151051)							1				
Agrupamento Vertical de Escolas Bernardino Machado, Vila Nova de Famalicão - Braga (150800)							1				
Agrupamento Vertical de Escolas da Damaia - Amadora - Lisboa (171669)							1				
Agrupamento Vertical de Escolas da Professora Diamantina Negrão, Albufeira - Faro (145300)							1				
Agrupamento Vertical de Escolas de Abraveses - Viseu (160635)							1				
Agrupamento Vertical de Escolas de Calendário, Vila Nova de Famalicão - Braga (150642)							1				
Agrupamento Vertical de Escolas de José Saraiva - Leiria (161640)							1				
Agrupamento Vertical de Escolas de Júlio Brandão, Vila Nova de Famalicão - Braga (151762)							1				
Agrupamento Vertical de Escolas de Lamações - Braga (150990)							1				
Agrupamento Vertical de Escolas de Matosinhos - Porto (152109)							1				
Agrupamento Vertical de Escolas de Oliveira de Frades - Viseu (161779)							1				
Agrupamento Vertical de Escolas de Vila Verde - Braga (151774)							1				
Agrupamento Vertical de Escolas Santo Onofre - Caldas da Rainha - Leiria (172170)							1				
Alfândega de Alverca - Vila Franca de Xira			1								
Alfândega de Aveiro - Aveiro			1								
Alfândega de Setúbal - Setúbal			1								
Alfândega do Aeroporto do Porto - Porto			1								
Alto Comissariado da Saúde							1				
Autoridade da Concorrência											1
Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto											1
Autoridade para os Serviços de Sangue e da Transplantação								1			
Caixa de Previdência e Abono de Família dos Jornalistas										1	
Centro Cultural Português em Luanda - Angola - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.						1					
Centro Cultural Português em Paris - França - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.						1					
Centro de Educação e Formação Profissional Integrada										1	
Centro de Estudos Judiciários						1					
Centro de Formação Profissional da Indústria de Construção Civil e Obras Públicas do Sul										1	
Centro de Formação Profissional da Indústria de Fundição										1	
Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins										1	
Centro de Gestão da Rede Informática do Governo						1					
Centro de Histocompatibilidade do Centro								1			
Centro de Histocompatibilidade do Norte								1			
Centro Hospitalar da Cova da Beira, E.P.E.								1			
Centro Hospitalar de Cascais								1			
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.								1			
Centro Hospitalar de Leiria-Pombal, E.P.E.								1			
Centro Hospitalar de São João, E.P.E.								1			
Centro Hospitalar de Torres Vedras								1			
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.								1			

Tribunal de Contas

Entidade	/	Área de Responsabilidade	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.							1				
Centro Hospitalar do Alto Ave, E.P.E.							1				
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.							1				
Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, E.P.E.							1				
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.							1				
Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E.							1				
Centro Hospitalar do Oeste Norte							1				
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E. - Penafiel							1				
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.							1				
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.							1				
Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana			1								
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro			1								
Conselho de Prevenção da Corrupção - Tribunal de Contas			1								
Conservatório de Música de Calouste Gulbenkian - Aveiro (404251)						1					
Conservatório de Música de Coimbra (404202)						1					
Conservatório de Música do Porto (404214)						1					
Consulado-Geral de Portugal em Benguela - Angola			1								
Consulado-Geral de Portugal em Bordéus - França			1								
Consulado-Geral de Portugal em Estugarda - Alemanha			1								
Consulado-Geral de Portugal em Marselha - França			1								
Consulado-Geral de Portugal em Montreal - Canadá			1								
Consulado-Geral de Portugal em São Salvador - Bahia - Brasil			1								
Consulado-Geral de Portugal em Sidney - Austrália			1								
CRISFORM - Centro de Formação Profissional para o Sector da Cristalaria								1			
Direção Regional da Economia do Alentejo			1								
Direção Regional da Economia do Centro			1								
Direção Regional da Economia do Norte			1								
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo			1								
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro			1								
Direção Regional de Educação do Norte						1					
Direção-Geral da Administração da Justiça			1								
Direção-Geral da Administração Interna			1								
Direção-Geral da Reinserção Social			1								
Direção-Geral de Energia e Geologia			1								
Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas						1					
Direção-Geral do Orçamento			1								
Direção-Geral de Veterinária			1								
Embaixada de Portugal em Andorra - Andorra			1								
Embaixada de Portugal em Bissau - Guiné			1								
Embaixada de Portugal em Bratislava - Eslováquia			1								
Embaixada de Portugal em Bucareste - Roménia			1								
Embaixada de Portugal em Buenos Aires - Argentina			1								
Embaixada de Portugal em Caracas - Venezuela			1								
Embaixada de Portugal em Copenhague - Dinamarca			1								
Embaixada de Portugal em Díli - Timor			1								
Embaixada de Portugal em Estocolmo - Suécia			1								
Embaixada de Portugal em Helsínquia - Finlândia			1								
Embaixada de Portugal em Islamabad - Paquistão			1								
Embaixada de Portugal em La Valletta - Malta			1								
Embaixada de Portugal em Londres - Reino Unido			1								
Embaixada de Portugal em Madrid - Espanha			1								
Embaixada de Portugal em Moscovo - Federação da Rússia			1								
Embaixada de Portugal em Nova Deli - Índia			1								
Embaixada de Portugal em Paris - França			1								
Embaixada de Portugal em Riade - Arábia Saudita			1								
Embaixada de Portugal em Singapura - Singapura			1								
Embaixada de Portugal em Tallinn - Estónia			1								
Embaixada de Portugal em Washington - Estados Unidos da América			1								
Embaixada de Portugal em Windhoek - Namíbia			1								
Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos										1	
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Entroncamento - Santarém (401640)						1					
Escola Secundária Pluricurricular de Leal da Câmara, Rio de Mouro, Sintra - Lisboa (402059)						1					



Entidade	/	Área de Responsabilidade													
			I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX				
		Escola Secundária Pluricurricular Jaime Cortesão - Coimbra (400282)					1								
		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Augusto Gomes, Matosinhos - Porto (400956)						1							
		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Gondomar - Porto (401869)						1							
		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Lousada - Porto (402060)						1							
		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Madeira Torres, Torres Vedras - Lisboa (402102)						1							
		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Miraflores, Algés - Oeiras - Lisboa (402242)						1							
		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Oliveira do Hospital - Coimbra (403829)						1							
		Escola Secundária Pluricurricular do Dr. Francisco Fernandes Lopes, Olhão - Faro (400178)						1							
		Escola Superior Agrária de Coimbra - Instituto Politécnico de Coimbra						1							
		Escola Superior de Educação de Setúbal - Instituto Politécnico de Setúbal						1							
		Escritório de Representação de Portugal em Ramallah - Palestina						1							
		Estrutura de Coordenação do Ensino do Português no Estrangeiro - Reino Unido e Ilhas do Canal						1							
		Estrutura de Coordenação do Ensino Português no Estrangeiro - África do Sul, Namíbia, Suazilândia e Zimbabué						1							
		Estrutura de Coordenação do Ensino Português no Estrangeiro - Canadá						1							
		Estrutura de Coordenação do Ensino Português no Estrangeiro - França						1							
		Estrutura de Coordenação do Ensino Português no Estrangeiro - Suíça						1							
		Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental					1								
		Faculdade de Arquitetura - Universidade do Porto						1							
		Faculdade de Arquitetura - Universidade Técnica de Lisboa						1							
		Faculdade de Ciências - Universidade de Lisboa						1							
		Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade de Coimbra						1							
		Faculdade de Medicina Veterinária - Universidade Técnica de Lisboa						1							
		Faculdade de Motricidade Humana - Universidade Técnica de Lisboa						1							
		FINOVA - Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação					1								
		Freguesia de Crespos - Braga												1	
		Freguesia de Freixiosa - Mangualde												1	
		Freguesia de Olival - Vila Nova de Gaia												1	
		Fundo Autónomo de Apoio à Concentração e Consolidação de Empresas (FACCE)					1								
		Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos					1								
		Fundo de Contragarantia Mútuo					1								
		Fundo de Estabilização Aduaneiro					1								
		Fundo de Garantia Automóvel					1								
		Fundo de Garantia para Titularização de Créditos					1								
		Fundo de Garantia Salarial - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.												1	
		Fundo de Regularização da Dívida Pública					1								
		Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade						1							
		Gabinete da Subsecretária de Estado Adjunta do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros						1							
		Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais - Ministério da Economia e do Emprego						1							
		Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior							1						
		Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais - Ministério das Finanças					1								
		Gabinete de Prevenção e de Investigação de Acidentes Marítimos					1								
		Gabinete do Ministro da Saúde								1					
		Gabinete do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território					1								
		Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional					1								
		Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto							1						
		Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios						1							
		Hospitais da Universidade de Coimbra, E.P.E.								1					
		Hospital de Águeda - Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.								1					
		Hospital de Cândido de Figueiredo - Tondela								1					
		Hospital de Curry Cabral, E.P.E.								1					
		Hospital de Joaquim Urbano - Porto								1					
		Hospital de São João, E.P.E. - Porto								1					
		Hospital de São Sebastião, E. P. E. - Santa Maria da Feira								1					
		Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.								1					
		Hospital do Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede								1					
		Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.								1					
		Hospital do Litoral Alentejano, E.P.E.								1					
		Hospital do Visconde de Salreu - Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.								1					

Tribunal de Contas

Entidade	/	Área de Responsabilidade	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
Hospital Infante D. Pedro, E. P. E. - Aveiro							1				
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E. - Barcelos							1				
ICP - Autoridade Nacional de Comunicações											1
INOVINTER - Centro de Formação e de Inovação Tecnológica								1			
Inspeção-Geral das Atividades em Saúde							1				
Inspeção-Geral Diplomática e Consular					1						
Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça					1						
Instituto Camões - Centro Cultural Português em Luxemburgo - Luxemburgo					1						
Instituto Confúcio - Universidade do Minho							1				
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.			1								
Instituto da Segurança Social, I. P.									1		
Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I. P.			1								
Instituto de Educação - Universidade de Lisboa							1				
Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P.			1								
Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P.									1		
Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P.									1		
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.									1		
Instituto de Investigação Científica Tropical, I. P.						1					
Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.						1					
Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, I. P.					1						
Instituto Geográfico Português					1						
Instituto Nacional de Administração, I. P.			1								
Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P.											1
Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P.								1			
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I. P.								1			
Instituto Politécnico de Viseu							1				
Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E.P.E.								1			
Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, E.P.E.								1			
Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, E.P.E.								1			
Instituto Superior Técnico - Universidade Técnica de Lisboa							1				
Missão Permanente de Portugal junto da Organização das Nações Unidas (ONU) - Nova Iorque - Estados Unidos da América						1					
Missão Permanente de Portugal junto da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) - Paris - França						1					
Missão Permanente de Portugal junto do Conselho da Europa - Estrasburgo - França						1					
Município de Albergaria-a-Velha										1	
Município de Alcobaça										1	
Município de Alcochete										1	
Município de Alenquer										1	
Município de Aljô										1	
Município de Aljezur										1	
Município de Aljustrel										1	
Município de Alpiarça										1	
Município de Alvaiázere										1	
Município de Ansião										1	
Município de Avis										1	
Município de Barrancos										1	
Município de Barreiro										1	
Município de Beja										1	
Município de Belmonte										1	
Município de Benavente										1	
Município de Borba										1	
Município de Braga										1	
Município de Cadaval										1	
Município de Caldas da Rainha										1	
Município de Caminha										1	
Município de Castelo Branco										1	
Município de Castro Daire										1	
Município de Chamusca										1	
Município de Constância										1	
Município de Coruche										1	
Município de Covilhã										1	



Entidade	/	Área de Responsabilidade									
			I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
Município de Entroncamento										1	
Município de Esposende										1	
Município de Estarreja										1	
Município de Fafe										1	
Município de Figueira da Foz										1	
Município de Figueira de Castelo Rodrigo										1	
Município de Freixo de Espada à Cinta										1	
Município de Gouveia										1	
Município de Grândola										1	
Município de Guarda										1	
Município de Guimarães										1	
Município de Loulé										1	
Município de Lousã										1	
Município de Mação										1	
Município de Manteigas										1	
Município de Marvão										1	
Município de Mesão Frio										1	
Município de Mira										1	
Município de Miranda do Corvo										1	
Município de Miranda do Douro										1	
Município de Mondim de Basto										1	
Município de Montijo										1	
Município de Mortágua										1	
Município de Moura										1	
Município de Mourão										1	
Município de Oeiras										1	
Município de Oliveira de Azeméis										1	
Município de Ourém										1	
Município de Ourique										1	
Município de Paços de Ferreira										1	
Município de Palmela										1	
Município de Paredes										1	
Município de Penafiel										1	
Município de Penamacor										1	
Município de Penela										1	
Município de Proença-a-Nova										1	
Município de Rio Maior										1	
Município de Santo Tirso										1	
Município de São João da Madeira										1	
Município de São João da Pesqueira										1	
Município de Seia										1	
Município de Serpa										1	
Município de Sines										1	
Município de Sobral de Monte Agraço										1	
Município de Sousel										1	
Município de Torres Vedras										1	
Município de Vale de Cambra										1	
Município de Valongo										1	
Município de Valpaços										1	
Município de Vila de Rei										1	
Município de Vila Flor										1	
Município de Vila Nova da Barquinha										1	
Município de Vila Nova de Paiva										1	
Município de Vila Pouca de Aguiar										1	
Município de Vila Verde										1	
Município de Vila Viçosa										1	
Município de Vimioso										1	
Município de Vinhais										1	
Município de Viseu										1	
Município de Vouzela										1	
Polícia Judiciária - Direção Nacional						1					
Polícia Judiciária Militar						1					

Entidade	/	Área de Responsabilidade	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
		Presidência da República				1					
		Procuradoria-Geral da República				1					
QCA III - Gestor do Programa de Iniciativa Comunitária para a Cooperação Transfronteiriça (INTERREG III)			1								
QCA III - Gestor do Programa Operacional Regional do Algarve (PROA)			1								
QREN - Estrutura de Missão para o Programa Operacional (PO) Temático Potencial Humano			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças da Loja do Cidadão - Aveiro			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças da Loja do Cidadão - Braga			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças da Loja do Cidadão - Setúbal			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças da Loja do Cidadão - Viseu			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Aguiar da Beira - Guarda			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Alandroal - Évora			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Albergaria-a-Velha - Aveiro			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Albufeira - Faro			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Alcácer do Sal - Setúbal			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Alcanena - Santarém			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Alcochete - Setúbal			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Alcoutim - Faro			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Alenquer - Lisboa			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Alfândega da Fé - Bragança			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Alijó - Vila Real			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Aljustrel - Beja			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Almada 3 - Costa da Caparica - Almada - Setúbal			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Alvíto - Beja			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Amadora 2 - Amadora - Lisboa			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Amadora 3 - Amadora - Lisboa			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Angra do Heroísmo - Angra do Heroísmo			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Arcos de Valdevez - Viana do Castelo			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Arruda dos Vinhos - Lisboa			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Aveiro 1 - Aveiro			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Azambuja - Lisboa			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Barcelos - Braga			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Cadaval - Lisboa			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Caldas da Rainha - Leiria			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Calheta - Funchal			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Castro Marim - Faro			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Covilhã - Castelo Branco			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Espinho - Aveiro			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Évora - Évora			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Fafe - Braga			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Faro - Faro			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Feira 2 - Lourosa - Santa Maria da Feira - Aveiro			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Feira 4 - Paços de Brandão - Santa Maria da Feira - Aveiro			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Freixo de Espada à Cinta - Bragança			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Funchal 1 - Funchal			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Gavião - Portalegre			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Guarda - Guarda			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Guimarães 1 - Braga			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Guimarães 2 - Braga			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lagoa - Faro			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lagoa - Ponta Delgada			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lagos - Faro			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lamego - Viseu			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lisboa 11 - Lisboa			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lisboa 4 - Lisboa			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lisboa 7 - Lisboa			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lisboa 8 - Lisboa			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Loures 4 - Sacavém - Loures - Lisboa			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Mação - Santarém			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Macedo de Cavaleiros - Bragança			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Machico - Funchal			1								



Entidade	/	Área de Responsabilidade	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Mangualde - Viseu			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Manteigas - Guarda			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Marinha Grande - Leiria			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Marvão - Portalegre			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Matosinhos 1 - Porto			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Matosinhos 2 - Porto			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Méda - Guarda			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Mértola - Beja			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Mesão Frio - Vila Real			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Montijo - Setúbal			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Odivelas - Lisboa			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Oeiras 2 - Paço D'Arcos - Oeiras - Lisboa			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Ourique - Beja			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Pampilhosa da Serra - Coimbra			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Paredes de Coura - Viana do Castelo			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Pedrógão Grande - Leiria			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Penacova - Coimbra			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Penamacor - Castelo Branco			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Peniche - Leiria			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Ponta do Sol - Funchal			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Porto 3 - Porto			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Póvoa de Varzim - Porto			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Povoação - Ponta Delgada			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Praia da Vitória - Angra do Heroísmo			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Ribeira Brava - Funchal			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Sabugal - Guarda			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Santa Cruz - Funchal			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Santa Cruz das Flores - Horta			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Santa Marta de Penaguião - Vila Real			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de São Roque do Pico - Horta			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Sardoal - Santarém			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Sátão - Viseu			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Serpa - Beja			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Sintra 4 - Queluz - Sintra - Lisboa			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Torres Novas - Santarém			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Valongo 1 - Valongo - Porto			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Valpaços - Vila Real			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Viana do Alentejo - Évora			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vieira do Minho - Braga			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila Nova de Gaia 4 - Porto			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vimioso - Bragança			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Viseu 1 - Viseu			1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vizela - Braga			1								
Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas				1							
Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território					1						
Secretaria-Geral do Ministério das Finanças			1								
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras						1					
Serviço de Informações Estratégicas de Defesa - Sistema de Informações da República Portuguesa							1				
Serviços de Ação Social - Instituto Politécnico de Castelo Branco								1			
Serviços de Ação Social - Instituto Politécnico de Portalegre									1		
Serviços de Ação Social - Instituto Politécnico de Setúbal										1	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município das Caldas da Rainha											1
Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento do Município de Santo Tirso											1
Serviços Municipalizados de Água, Saneamento e Eletricidade do Município de Castelo Branco											1
Serviços Municipalizados do Município da Guarda											1
Serviços Municipalizados do Município de Viseu											1
Sistema de Indemnização aos Investidores			1								
SUCH-Serviço de Utilização Comum dos Hospitais									1		
Supremo Tribunal Administrativo							1				
Tribunal da Relação do Porto								1			
Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.										1	

Tribunal de Contas

Entidade	/	Área de Responsabilidade																		
			I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX									
		Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.						1												
		Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E.P.E.						1												
		Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.						1												
		Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.						1												
		Universidade Aberta - Reitoria						1												
		Universidade da Beira Interior - Reitoria						1												
		Universidade de Lisboa - Reitoria						1												
		Universidade do Algarve - Reitoria						1												
		Universidade Nova de Lisboa - Reitoria						1												
		Universidade Técnica de Lisboa - Reitoria						1												
		Vice-Consulado de Portugal em Belém do Pará - Brasil					1													
		Vice-Consulado de Portugal em Nantes - França					1													
		Vice-Consulado de Portugal em Toulouse - França					1													
		Centro de Formação Profissional para o Sector da Cristalaria											1							
Total			2	111	25	68	70	50	13	95	5	439								



Secção Regional dos Açores - Em ações de auditoria, verificação externa de contas, APP e outras ações de controlo

Tutela \ Entidades em ações de controlo (a)	DAT.1	DAT.2	DAT.3	EPA	Total
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores			1		1
Autarquias Locais	7	8	9	0	
Freguesia das Velas - Velas	1				
Freguesia de Porto Formoso - Ribeira Grande		1			
Freguesia de Mosteiro - Lage das Flores			1		
Freguesia de Santo António - Ponta Delgada			1		
Município da Lagoa (Açores)		1			
Município da Madalena do Pico	1	1	1		
Município da Povoação			1		
Município da Praia da Vitória		1			
Município da Ribeira Grande	1	1			
Município das Lajes das Flores	1		1		
Município das Lajes do Pico	1	1			
Município de Ponta Delgada	1	1			
Município de Santa Cruz da Graciosa			1		
Município de Vila do Porto			1		
Município de Vila Franca do Campo	1				
Município do Corvo			1		
Município do Nordeste		1	1		
Encargos Gerais do Estado	0	0	2	0	
Cofre da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas			1		
Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas			1		
Secretaria Regional da Educação e Cultura	0	1	1	0	
Direção Regional da Cultura		1			
Escola Profissional das Capelas			1		
Secretaria Regional da Saúde	1	0	1	0	
Direção Regional da Saúde			1		
Unidade de Saúde da Ilha de S. Miguel	1				
Secretaria Regional da Solidariedade Social	1	0	1	0	
Direção Regional da Habitação			1		
Secretaria Regional da Solidariedade Social	1				
Secretaria Regional do Turismo e Transportes	0	0	1	1	
Direção Regional do Turismo			1		
Secretaria Regional do Turismo e Transportes				1	
Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	1	0	1	1	
Direção Regional dos Recursos Florestais			1		
Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas (Delegação da Terceira)				1	
Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	1				
Setor Empresarial Autárquico	2	14	1	0	
Azores Parque - Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Parques Empresariais, E. M., S. A.		1			
Cidade em Ação - Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos, S. A.		1			
Coliseu Micaelense - Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos, S. A.		1			
Culturpico, Equip.s e Projetos para o Desenv. do Município das Lajes do Pico, E. E. M. - Em Liquidação		1			
Madalena Progresso, E. E. M		1			
Madalenagir, E. M., S. A.	1	1			
Nordeste Ativo, E. M., S. A.	1	1			
Ocidentalmais - Empr. Públ. Munic. de Gestão e Equip.s Económicos, Culturais, Desportivos e de Lazer, E. M.			1		
Ponta Delgada Social – Construção, Exploração e Gestão de Equipamentos Sociais, Sociedade Unipessoal, L.da –em liquidação		1			
Praia Ambiente, S. A., E. M.		1			
Praia em Movimento, E. M.		1			
Ribeira Grande Mais - Empresa Municipal de Habitação Social, Requalificação Urbana e Ambiental, E. M.		1			
S.D.C.P.V. - Sociedade de Desenvolvimento do Concelho da Praia da Vitória, S.A.		1			
Salão Teatro Praiseense, S. A.		1			
TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha da Terceira, E. M.		1			

Tribunal de Contas

Tutela \ Entidades em ações de controlo (a)	DAT.1	DAT.2	DAT.3	EPA	Total
Setor Empresarial Regional	2	6	2	2	
AZORINA - Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S. A.	1				11 *
EDA Renováveis, S. A.				1	
Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, E.P.E.	1				
Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.		1	1		
Ilhas de Valor, S. A.				1	
SATA - Sociedade de Transportes Aéreos, SGPS, S. A.		1			
SATA Air Açores - Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S. A.		1			
SATA Internacional - Azores Airlines, S.A.		1			
SATA, Gestão Aeródromos, S. A.		1			
SAUDAÇOR - Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores, S. A.			1		
Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas, S. A.		1			
Vice-Presidência, Emprego e Competitividade Empresarial	2	0	3	0	
Direção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade			1		4 *
Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional			1		
RIAC - Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão, I. P.	1				
Vice-Presidência, Emprego e Competitividade Empresarial	1		1		
Total	16	29	23	4	61 *

* Inclui entidade(s) objecto de controlo por vários departamentos

O total não inclui a duplicação de entidades objecto de controlo por diferentes departamentos

a) Inclui todas as ações de controlo CO e EC exceto as VIC.



Secção Regional dos Açores -- Em ações de verificação interna de contas

Tutela \ Entidades em ações de Verificação Interna de Contas	DAT.1	DAT.2	DAT.3	Total
Autarquias Locais	1	0	7	
Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel			1	8
Freguesia da Ribeirinha - Angra do Heroísmo			1	
Freguesia das Lajes - Praia da Vitória			1	
Freguesia de Santa Bárbara - Ponta Delgada			1	
Município da Ribeira Grande *			1	
Município de Angra do Heroísmo			1	
Município de Ponta Delgada			1	
Município do Corvo	1			
Encargos Gerais do Estado	0	1	0	1
Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores		1		
Presidência do Governo Regional	0	0	1	1
Direção Regional da Juventude *			1	
Sec. Regional do Mar, Ciência e Tecnologia	0	0	1	1
Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores			1	
Secretaria Regional da Educação e Cultura	0	0	12	
Direção Regional da Cultura *			1	12
Direção Regional do Desporto *			1	
Escola Básica e Secundária da Graciosa			1	
Escola Básica e Secundária da Calheta			1	
Escola Básica Integrada da Horta			1	
Escola Básica Integrada de Ponta Garça			1	
Escola Básica Integrada do Topo			1	
Escola Secundária Domingos Rebelo			1	
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária de Tomás de Borba			1	
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo			1	
Fundo Escolar da Escola Secundária da Lagoa (Açores)			1	
Serviço de Desporto de S. Miguel			1	
Secretaria Regional da Saúde	0	0	6	
Direção Regional da Saúde			1	6
Gabinete do Secretário Regional da Saúde			1	
Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria			1	
Unidade de Saúde da Ilha do Corvo			1	
Unidade de Saúde da Ilha Graciosa *			1	
Unidade de Saúde da Ilha Terceira			1	
Secretaria Regional do Turismo e Transportes	0	0	2	
Gabinete do Secretário Regional do Turismo e Transportes *			1	2
Fundo Regional dos Transportes Terrestres, Instituto Público Regional			1	
Vice-Presidência, Emprego e Competitividade Empresarial	0	0	7	
Direção Regional de Organização e Administração Pública *			1	7
Direção Regional do Orçamento e Tesouro			1	
Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais *			1	
PRO-EMPREGO - Programa Operacional do Fundo Social Europeu para a RAA			1	
Tesouraria da Horta			1	
Tesouraria de Angra do Heroísmo			1	
Tesouraria de Ponta Delgada			1	
Total	1	1	36	38

* Em curso

Secção Regional da Madeira - Em ações de auditoria, verificação externa de contas, APP e outras ações de controlo

Tutela \ Entidades em ações de controlo (a)	DAT.1	DAT.2	DAT.3	Total
Assembleia Legislativa da Madeira			1	1
Autarquias Locais	4	0	3	6 *
Município de Câmara de Lobos	1			
Município de Santa Cruz	1			
Município de Santana			1	
Município do Funchal	1		1	
Município do Machico	1			
Município do Porto Santo			1	
Encargos Gerais do Estado	0	0	2	2
Cofre da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas			1	
Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas			1	
Presidência do Governo Regional	5	9	0	9 *
Presidência do Governo Regional		1		
Secretaria Regional da Agricultura e Pescas		1		
Secretaria Regional da Cultura do Turismo e Transportes	1	1		
Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura		1		
Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública	1	1		
Secretaria Regional de Educação	1	1		
Secretaria Regional de Educação e dos Recursos Humanos		1		
Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus	1	1		
Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira	1	1		
Sec. Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	1	0	0	1
Parque Natural da Madeira	1			
Sec. Regional do Plano e Finanças	0	1	1	2
Direção Regional do Tesouro		1		
Tesoureiro do Governo Regional da Madeira			1	
Sec. Regional dos Assuntos Sociais	1	0	0	1
Serviço Regional de Proteção Civil, I. P. - RAM	1			
Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais	0	0	1	1
Instituto de Emprego da Madeira, I. P. - RAM			1	
Secretaria Regional da Saúde	1	0	0	1
Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E.	1			
Setor Empresarial Autárquico	0	0	2	2
Frente Marfunchal - Gestão e Exploração de Espaços Públicos, E. M.			1	
SOCIOHABITAFUNCHAL - Empresa Municipal de Habitação, E. M.			1	
Setor Empresarial Regional	2	0	1	3
Águas e Resíduos da Madeira, S.A.	1			
Centro de Estudos, Línguas e Formação do Funchal, S.A.	1			
GESBA - Empresa de Gestão do Setor da Banana, Lda			1	
Vice Presidência do Governo Regional	0	0	1	1
Empresa de Eletricidade da Madeira, S. A.			1	
Total	14	10	12	30 *

* Inclui entidade(s) objecto de controlo por vários departamentos

O total não inclui a duplicação de entidades objecto de controlo por diferentes departamentos *

a) Inclui todas as ações de controlo CO e EC exceto as VIC.



Secção Regional da Madeira - Em ações de verificação interna de contas

Tutela \ Entidades em ações de Verificação Interna de Contas	DAT-NVIC
Autarquias Locais	
Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	
IPM - Iluminação Pública da Madeira - Associação de Municípios	
Município da Calheta	
Município da Ponta do Sol	
Município da Ribeira Brava	
Município de Câmara de Lobos	
Município de Santa Cruz	
Município do Funchal	
Município do Machico	9
Encargos Gerais do Estado	
Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira	1
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	
Serviços de Ação Social - Universidade da Madeira	
Universidade da Madeira	2
Ministério das Finanças	
Alfândega do Funchal - Funchal	1
Presidência do Governo	
Direção Regional para a Administração Pública do Porto Santo	1
Sec. Regional de Educação	
Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira	
Direção Regional de Qualificação Profissional	
Direção Regional de Qualificação Profissional - Fundo de Gestão para Programa de Formação Profissional	
Escola Básica do Porto da Cruz	
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Santo António	
Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos da Torre - Câmara de Lobos	
Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Estreito de Câmara de Lobos	
Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos dos Louros - Funchal	
Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Dr. Alfredo Ferreira Nóbrega Júnior - Camacha	
Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Dr. Horácio Bento de Gouveia - Funchal	
Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral - Santana	
Escola Básica e Secundária da Calheta	
Escola Básica e Secundária de Machico	
Escola Básica e Secundária de Ponta do Sol	
Escola Básica e Secundária de Santa Cruz	
Escola Básica e Secundária do Porto Moniz	
Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares - Ribeira Brava	
Escola Básica e Secundária Professor Dr. Francisco Freitas Branco - Porto Santo	
Escola Profissional Dr. Francisco Fernandes	
Escola Secundária de Francisco Franco	
Escola Secundária de Jaime Moniz - Funchal	
Escola Secundária Dr. Angelo Augusto da Silva	
Fundo Escolar da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Estreito de Câmara de Lobos	
Fundo Escolar da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Dr. Horácio Bento de Gouveia - Funchal	
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária da Calheta	
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária de Machico	
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária de Ponta do Sol	
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares - Ribeira Brava	
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária Professor Dr. Francisco Freitas Branco - Porto Santo	
Fundo Escolar da Escola Secundária de Francisco Franco	
Fundo Escolar da Escola Secundária de Jaime Moniz - Funchal	
Fundo Escolar da Escola Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva - Funchal	32

Tutela \ Entidades em ações de Verificação Interna de Contas	DAT-NVIC
Sec. Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	
Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, I. P.-RAM	2
Parque Natural da Madeira	
Sec. Regional dos Assuntos Sociais	
Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, I. P.-RAM	3
Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM	
Serviço Regional de Proteção Civil, I. P. - RAM	
Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura	
Instituto do Desenvolvimento Empresarial da Madeira	1
Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais	
Conselho Económico e Social	2
Instituto de Emprego da Madeira, I. P. - RAM	
Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública	
Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão - Região Autónoma da Madeira	2
Fundo de Estabilização Tributário da Região Autónoma da Madeira	
Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	
Secretaria Regional de Agricultura e Pescas	
PRODERAM - Programa de Desenvolvimento Rural Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	1
Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus	
Direção Regional de Administração da Justiça	1
Total Geral	59



RELATÓRIOS DE ÓRGÃOS DE CONTROLO INTERNO

Nos termos da LOPTC, os serviços de controlo interno, nomeadamente as inspeções-gerais ou quaisquer outras entidades de controlo ou auditoria dos serviços e organismos da Administração Pública, bem como das entidades que integram o Setor Público Empresarial, estão sujeitos a um especial dever de colaboração com o Tribunal, o qual compreende o envio dos relatórios das suas ações, por decisão do ministro ou do Órgão competente para os apreciar, sempre que contenham matéria de interesse para a ação do Tribunal, concretizando as situações geradoras de eventuais responsabilidades com indicação documentada dos factos

Em 2015 foram recebidos relatórios nomeadamente da Inspeção-geral de Finanças, Inspeção-geral das Atividades em Saúde, Inspeção-geral de Defesa Nacional, Inspeção-geral da Educação e Ciência, Inspeção-geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, Inspeção Regional da Administração Pública e da Inspeção Regional de Finanças.

Relatórios de órgãos de controlo interno

	Transitados	Entrados	Concluídos	Remetidos ao MP	A transitar
Adm central	271	23	163	34	131
Adm. Local	34	27	38	24	23
Adm. Regional	3	5	4	4	4
SPE	9	4	13	4	0
Total	317	59	218	66	158

Relatórios de órgãos de controlo interno - evolução

	2014			2015		
	Concluídos	em curso	Remet. MP	Concluídos	em curso	Remet. MP
Sede	77	227	50	211	135	61
SRA	4			4	3	2
SRM		2		3	3	3
Total	81	229	50	218	141	66

PARTICIPAÇÕES, EXPOSIÇÕES, QUEIXAS E DENÚNCIAS

As participações, exposições, queixas e denúncias recebidas no Tribunal são analisadas e, sempre que tenham facticidade pertinente dão origem ao desenvolvimento das diligências consideradas necessárias, podendo levar à realização de ações de fiscalização por parte do Tribunal.

Participações, exposições, queixas e denúncias - por origem

	Transitados	Entrados	Concluídos	Remetidos ao MP	A transitar
Adm central	77	129	138		68
Adm. Local	148	199	189	3	158
Adm. Regional	2	9	8	1	3
SPE	1	30	20		11
Total	228	367	355	4	240

Participações, exposições, queixas e denúncias - evolução

	2014			2015		
	Concluídos	em curso	Remet. MP	Concluídos	em curso	Remet. MP
Sede	278	223	1	325	240	1
SRA	10	1		7		
SRM	10	4	4	23	5	3
Total	298	228	5	355	245	4



VI – EFETIVAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

Quando os relatórios das ações de controlo do Tribunal, ou os relatórios dos órgãos de controlo interno, evidenciem factos constitutivos de responsabilidade financeira, são remetidos ao Ministério Público, a quem compete, embora não exclusivamente, requerer o julgamento para efetivação de responsabilidades financeiras.

Uma das competências primordiais do Tribunal de Contas é a de efetivar as responsabilidades pela prática de infrações financeiras, a qual compete à 3.ª Secção.

A responsabilidade financeira pode ser reintegratória ou sancionatória, traduzindo-se a primeira pela obrigação de repor as importâncias correspondentes aos danos causados e a segunda pela aplicação de uma sanção pecuniária (multa).

O Tribunal pode ainda sancionar outras infrações, nos termos do artigo 66.º da LOPTC, competindo a sua aplicação, bem como a relevação, às 1.ª e 2.ª Secções e às Secções Regionais.

Nos termos do n.º 3 do artigo 65.º e da alínea d) do n.º 2 do artigo 69.º da LOPTC, o responsável indiciado pode proceder ao pagamento da multa em fase anterior à de julgamento, pelo valor mínimo da multa, extinguindo-se desta forma o procedimento por responsabilidades sancionatórias.

De igual forma, a responsabilidade financeira reintegratória extingue-se pelo pagamento da quantia a repor, em qualquer momento, nos termos do n.º 1 do art.º 69.º da LOPTC.

RESPONSABILIDADE FINANCEIRA SANCIONATÓRIA

Multas do art.º 65 – guias emitidas para pagamento voluntário

Unidade: euro

	2013			2014			2015		
	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante
No âmbito do controlo prévio				2	3	5.610	4	6	13.080
No âmbito do controlo concomitante	1	1	1.440						
No âmbito do controlo sucessivo	2	2	3.060						
Em processos de Órgãos de controlo interno				1	1	1.836			
Total	3	3	4.500	3	4	7.446	4	6	13.080

Estas multas são remetidas ao Ministério Público quando na primeira fase não são pagas voluntariamente, procedendo este, antes da instauração do processo de efetivação de responsabilidades, à notificação dos responsáveis para, querendo, procederem ao pagamento voluntário da multa.

Em 2015, dos 16 processos nestas circunstâncias, 8 (Sede) tiveram origem em processos de órgãos de controlo interno, 3 (1 na Sede e 2 na SRM) em sede de fiscalização sucessiva, 4 (Sede) no âmbito do controlo prévio e 1 (Sede) relativos ao controlo concomitante.

Multas do art.º 65 – guias emitidas para pagamento voluntário após notificação do MP

Unidade: euro

	2013			2014			2015		
	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante
No âmbito do controlo prévio	9	12	29.223	4	8	21.420	4	4	15.300
No âmbito do controlo concomitante	5	18	42.758	3	5	3.657	1	1	1.530
No âmbito do controlo sucessivo	27	36	49.808	8	21	40.003	3	5	9.690
Em processos de Órgãos de Controlo Interno	13	42	60.672	13	21	37.456	8	15	31.950
Total	54	108	182.461	28	55	102.536	16	25	58.470

De acordo com o n.º 8 do artigo 65.º da LOPTC, o Tribunal pode relevar a responsabilidade por infração financeira apenas passível de multa.

Em 2015, foi relevada a responsabilidade sancionatória em 19 processos, 7 na Sede, 4 na SRA e 8 na SRM.

Multas do art.º 65 - relevação de responsabilidade sancionatória

	2013		2014		2015		
	N.º de Processos	N.º de Demandados	N.º de Processos	N.º de Demandados	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montantes (em €)
No âmbito do controlo prévio	9	11	7	30	7	29	64.170
No âmbito do controlo concomitante	2	3	3	11	2	1	2.550
No âmbito do controlo sucessivo	8	14	11	16	10	16	34.680
Total	19	28	21	57	19	46	101.400

O artigo 66.º da LOPTC, estabelece ainda a aplicação de multas por outras infrações, como por exemplo, pela falta injustificada de remessa de contas, pela inobservância dos prazos legais de remessa dos processos relativos a atos ou contratos que produzam efeitos antes do visto.

Multas do art.º 66 – guias emitidas

	2013			2014			2015		
	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante (euro)	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante (euro)	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante (euro)
No âmbito do controlo prévio	4	4	4.845	2	2	1.020	2	2	1.020
No âmbito do controlo concomitante	13	13	6.645	7	7	5.866	5	5	25.160
No âmbito do controlo sucessivo	21	21	17.241	24	24	18.183	23	35	28.316
Total	38	38	28.731	33	33	25.069	30	42	54.496

Em 2015, das 30 multas aplicadas neste âmbito, 26 tiveram origem na Sede, 1 na SRA e 3 na SRM.

Verificou-se igualmente a relevação da responsabilidade sancionatória (n.º 8 do artigo 65.º da LOPTC) e a dispensa de penas (artigo 74.º do Código Penal, aplicável por força do

artigo 80.º da LOPTC) neste tipo de multas relativamente a 18 processos, 14 na Sede, 2 na SRA e 2 na SRM.

Multas do art.º 66 - relevação e dispensa de penas

	2013		2014		2015		Montantes (em €)
	N.º de Processos	N.º de Demandados	N.º de Processos	N.º de Demandados	N.º de Processos	N.º de Demandados	
No âmbito do controlo prévio	7	7	2	2	6	6	3.060
No âmbito do controlo concomitante	6	6	12	12	1	1	510
No âmbito do controlo sucessivo	24	34	26	30	11	21	10.710
Total	37	47	40	44	18	28	14.280

Nota: Em 2014 os processos no âmbito do controlo sucessivo são exclusivamente relativos a dispensa de pena.

RESPONSABILIDADE FINANCEIRA – 3.ª SECÇÃO E SECÇÕES REGIONAIS

Dos processos em que o Ministério Público requereu julgamento para efetivação de responsabilidades financeiras existentes, em 2015, na 3.ª Secção e nas Secções Regionais, verificou-se a extinção do procedimento por pagamento voluntário em 3 processos e o julgamento de 20.

Efetivação de responsabilidades financeiras

	Transitados	Distribuídos no ano	Findos antes de julgamento			Julgados		Remetidos ao arquivo	Em curso
			Indeferimento Liminar	Pagamento voluntário	Outras situações *	Sentença condenatória	Sentença absolutória		
Julgamento de contas	3	3	0	0	0	1	0	1	5
Art. 59.º e 60.º da Lei 98/97	2					1			2
Art. 59.º, 60.º e 65.º da Lei 98/97	1							1	0
Art. 65.º da Lei 98/97		3							3
Julgamento de resp. financeira	40	25	0	3	1	11	8	19	46
Art. 59.º e 60.º da Lei 98/97	3	1			1		1	2	2
Art. 59.º, 60.º e 65.º da Lei 98/97	16	13		2		3	1	4	25
Art. 65.º da Lei 98/97	21	11		1		8	6	13	19
Total	43	28	0	3	1	12	8	20	51

Processos em curso = Transitado+distribuído-arquivado

* Situação relativa a um processo apenso

Efetivação de responsabilidades financeiras - origem

	Transitados	Distribuídos no ano	Findos antes de julgamento		Julgados		Remetidos ao arquivo	Em curso
			Pagamento voluntário	Outras situações	Sentença condenatória	Sentença absolutória		
3.ª Secção	32	13	3	1	9	5	18	27
Secção Regional dos Açores	5	1			1	1	1	5
Secção Regional da Madeira	6	14			2	2	1	19
Total	43	28	3	1	12	8	20	51

Processos em curso = Transitado+distribuído-arquivado

Em plenário da 3.^a Secção foram apreciados os recursos interpostos, tendo sido proferidos 31 acórdãos em processos de julgamento de contas, de julgamento de responsabilidades financeiras, de matéria emolumentar e de multas aplicadas.

Recursos ordinários - Plenário 3.^a Secção

	Transitados	Distribuídos no ano	Julgados		Remetidos à 1. ^a instância	Em curso
			Procedentes	Improcedentes		
Em matéria de resp. financeira	19	11	8	4	15	15
<i>Julgamento de contas</i>	2	1	1	0	1	2
Art. 59.º e 60.º da Lei 98/97	1	1				2
Art. 59.º, 60.º e 65.º da Lei 98/97	1		1		1	0
Art. 65.º da Lei 98/97						0
<i>Julgamento de resp. financeira</i>	17	10	7	4	14	13
Art. 59.º e 60.º da Lei 98/97	1	2	1		1	2
Art. 59.º, 60.º e 65.º da Lei 98/97	6	6	4	2	3	9
Art. 65.º da Lei 98/97	10	2	2	2	10	2
Em matéria emolumentar						0
De multas	19	5	16	3	19	5
Aplicadas pela 1. ^a Secção	4	2	4	1	4	2
Aplicadas pela 2. ^a Secção	3	1		2	3	1
Aplicadas pela SRA	1	1	1		1	1
Aplicadas pela SRM	11	1	11		11	1
Total	38	16	24	7	34	20

Processos em curso = Transitado+distribuído-arquivado

Nos termos do n.º 1 do art. 101.º da LOPTC, se, no domínio da mesma legislação, em processos diferentes nos plenários das 1.^a ou 3.^a Secções, forem proferidas duas decisões, em matéria de concessão ou recusa de visto e de responsabilidade financeira, que, relativamente à mesma questão fundamental de direito, assentem sobre soluções opostas, pode ser interposto recurso extraordinário da decisão proferida em último lugar para fixação de jurisprudência.

Recursos extraordinários - Plenário 3.^a Secção

Origem	Transitados	Distribuídos no ano	Em curso
3. ^a Secção		1	1
Secção Regional dos Açores			0
Secção Regional da Madeira			0
Total	0	1	1

Evolução da distribuição processual

	Distribuídos no ano		Varição
	2014	2015	%
Plenário da 3.ª Secção:	38	17	-55,3%
Em matéria de resp. financeira	17	11	-35,3%
Julgamento de contas	2	1	-50,0%
Julgamento de resp. financeira	15	10	-33,3%
Em matéria emolumentar	1	0	-
De multas	20	5	-75,0%
Recursos extraordinários	0	1	-
1.ª Instância:	25	28	12,0%
Julgamento de contas	1	3	-
Julgamento de resp. financeira	24	25	4,2%
Total	63	45	-28,6%

Em resultado dos processos de efetivação de responsabilidade financeira foram ordenadas reposições por pagamentos indevidos e aplicadas multas, tendo sido igualmente efetuados pagamentos voluntários de multas e reposições antes de julgamento.

Multas e reposições

Unidade: €

	2014					2015				
	3.ª Secção	SRA	SRM	Total	N.º resp.	3.ª Secção	SRA	SRM	Total	N.º resp.
Reposições ordenadas	233.891	0	99.434	333.325	11	465.800	0	110.275	576.075	14
Por pagamentos indevidos	213.877		97.931	311.808		465.800		110.275	576.075	
Por alcances									0	
Outros	20.014		1.503	21.517					0	
<i>Das quais em relatórios de Órgãos de Controlo Interno</i>	13.966		1.503	15.469	2				0	
Multas aplicadas	41.526	236.860	25.504	303.890	47	13.500	82.539	11.220	107.259	13
<i>Das quais em relatórios de Órgãos de Controlo Interno</i>	3.060		9.164	12.224	6				0	
Sanções e reposições pagas voluntariamente antes de julgamento	5.791	5.100	3.839	14.730	5	26.319			26.319	10
<i>Das quais em relatórios de Órgãos de Controlo Interno</i>			3.339	3.339	2	7.743			7.743	3

VII – O MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO DO TRIBUNAL DE CONTAS

O MINISTÉRIO PÚBLICO E A EFETIVAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

Ao Ministério Público compete, embora não exclusivamente, requerer, perante a 3.ª Secção e as Secções Regionais, o julgamento para efetivação de responsabilidades financeiras.

Processos remetidos ao MP com infrações evidenciadas (art. 57.º da LOPTC)

Tipologia dos processos	Transitados	Transitados sem infrações	Participados no ano	Decisão				Em curso
				Não requer procedimento jurisdicional (a)	Extinção da responsabilidade por pagamento voluntário de multa	Requer Procedimento jurisdicional	Arquivamento por não conter evidência de infração financeira (relatórios TdC)	
Controlo prévio e concomitante	15	0	25	7	7	14	10	2
Relatórios para apuramento de responsabilidade financ.	5		17	4	4	6	7	1
Relatórios de auditoria de fiscalização concomitante	10		8	3	3	8	3	1
Controlo sucessivo	20	9	96	41	2	8	45	29
Relatórios de acompanhamento de execução orçamental			4				4	0
Relatórios de auditoria de fiscalização sucessiva	19	1	44	5	2	4	30	23
Relatórios de verificação externa de contas			10	2			7	1
Relatórios de verificação interna de contas	1	8	38	34		4	4	5
Relatórios de órgãos de controlo interno	22		68	29	6	6		49
Total	57	9	189	77	15	28	55	80

(a) Engloba os processos em o MP arquiva, designadamente por falta de requisitos legais, diferente qualificação jurídica da efetuada no relatório, por não se verificar o elemento subjetivo da infração ou por prescrição do procedimento

Origem dos processos remetidos ao MP

	Sede	SRA	SRM	Total
Processos notificados ao MP no ano	121	43	25	189
Despacho MP:				
Não requer procedimento jurisdicional	35	41	1	77
Extinção de responsabilidade por pagamento voluntário de multa	13		2	15
Requer procedimento jurisdicional	13	1	14	28
Arquivamento por não conter evidência de infração financeira	39		16	55

Mapa comparativo da evolução processual

	2013	2014	2015
Processos notificados ao MP no ano	106	60	189
Despacho MP:			
Requer procedimento jurisdicional	31	22	28
Extinção por pagamento voluntário	33	18	15
Não requer procedimento jurisdicional			77
Arquivamento	44	28	55
Outras situações		1	



PARTICIPAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO A OUTRAS JURISDIÇÕES

O Ministério Público participa, ou dá conhecimento, a outras jurisdições de factos conhecidos em relatórios do Tribunal de Contas, dos órgãos de controlo interno, em acórdãos do Tribunal de Contas e em denúncias.

Em 2015, foi efetuada a participação de 6 relatórios do Tribunal de Contas, sendo 4 à Procuradoria-Geral da República, 1 ao Departamento Central de Investigação e Ação Penal e 1 ao Tribunal Central Administrativo do Sul.

Foram ainda participadas 4 denúncias, das quais 1 à Procuradoria-Geral da República, 1 ao Departamento de Investigação e Ação Penal de Coimbra, 1 ao Ministério Público do Tribunal Judicial da Guarda e 1 ao Ministério Público do Tribunal Judicial de Viana do Castelo

VIII – OS RECURSOS UTILIZADOS

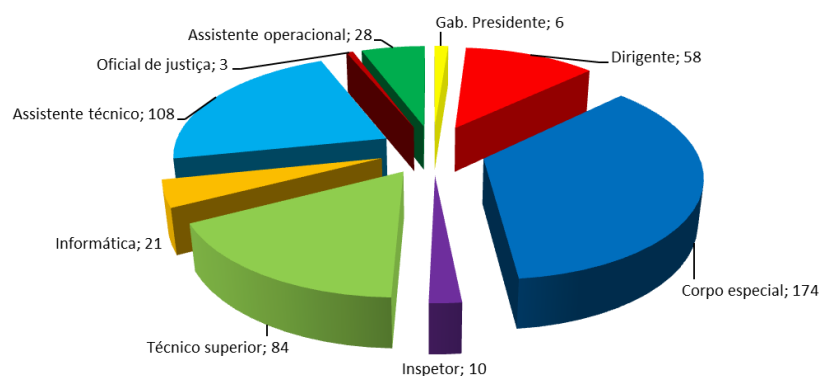
OS RECURSOS HUMANOS

No final de 2015 exerciam funções no Tribunal de Contas 18 Juízes Conselheiros, incluindo o Presidente, dispondo os seus Serviços de Apoio de 492 efetivos.

Dos 18 Juízes Conselheiros, 16 exerciam funções na Sede (4 na 1.ª Secção, incluindo 1 jubilado mas em exercício de funções, 9 na 2.ª Secção e 3 na 3.ª Secção), 1 na Secção Regional dos Açores e 1 na Secção Regional da Madeira.

O corpo especial de fiscalização e controlo representa a maioria dos efetivos, com 35,4%.

Efetivos dos Serviços de Apoio por grupos profissionais



Verifica-se um decréscimo de cerca de 1% dos efetivos globais, mantendo-se a maioria a exercer funções no âmbito do controlo sucessivo.

Evolução do número de efetivos por áreas funcionais

Áreas funcionais	2013		2014		2015	
	Total	Peso	Total	Peso	Total	Peso
Direção	4	0,8%	4	0,8%	4	0,8%
Gabinete do Presidente e Secretariado Juizes	17	3,3%	16	3,2%	17	3,5%
Secretaria do Tribunal	18	3,4%	17	3,4%	17	3,5%
Controlo prévio e concomitante	61	11,7%	56	11,2%	55	11,2%
Controlo sucessivo	232	44,4%	223	44,7%	219	44,5%
Consultadoria e planeamento	21	4,0%	20	4,0%	21	4,3%
Apoio ao MP	4	0,8%	4	0,8%	4	0,8%
Apoio instrumental	165	31,6%	159	31,9%	155	31,5%
Total	522	100,0%	499	100,0%	492	100,0%

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No âmbito do desenvolvimento de uma política sistemática de progressiva especialização dos recursos humanos do Tribunal, em 2015 realizaram-se 132 ações de formação interna e externa, abrangendo diversas áreas temáticas das quais se destacam, contabilidade, auditoria, direito, gestão e desenvolvimento organizacional num total de 15 137,5 horas de formação.

	N.º ações	N.º horas das ações	N.º de participações	N.º horas utilizadas	Custo Total (€)
Interna	80	735,5	1 590	12 242	45.497
Sede	62	609,5	1 334	10 783	42 007
De pessoal da Sede	62	609,5	1 304	10 393	
De pessoal da SRA			2	24	
De pessoal da SRM			2	24	
De pessoal de outras instituições *			26	342	
SRA	6	13	133	296	
SRM	12	113	123	1 163	3.490
De pessoal da SRM	12	113	117	1 100	
De pessoal de outras instituições *			6	63	
Externa	52	605	259	2 895,5	45.535
De pessoal da Sede	41	493,5	243	2 735	44.807
De pessoal da SRA	9	81,5	14	130,5	578
De pessoal da SRM	2	30	2	30	150
Total	132	1 340,5	1 849	15 137,5	91.032

* Participação de pessoal da Procuradoria Geral da República, Câmara de Contas de Timor Leste, Tribunal Administrativo de Moçambique, Tribunal de Contas da Guiné-Bissau, Secretaria Regional das Finanças e Administração Pública e Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

Os efetivos do corpo especial de fiscalização e controlo, e das carreiras técnica superior e de inspeção, representam a grande maioria nas ações formação realizadas.

	Formação interna		Formação externa		Total		Total	
	Num. de participações	N.º horas	N.º de participações	N.º horas	N.º de participações	N.º horas	% N.º part.	% N.º horas
Magistrados e PGA			11	73	11	73	0,6%	0,5%
Dirigente	186	999,5	68	468,5	254	1.468	13,7%	9,7%
Corpo especial de fiscalização e controlo	741	5.993,5	78	553	819	6.547	44,3%	43,2%
Tec. Superior e Inspetor	427	3.400,0	55	550,0	482	3.950	26,1%	26,1%
Informática	12	82	40	1.129	52	1.211	2,8%	8,0%
Assistente técnico e Of. Justiça	185	1.313	7	122	192	1.435	10,4%	9,5%
Assistente operacional	7	49			7	49	0,4%	0,3%
Pessoal de outras instituições	32	405			32	405	1,7%	2,7%
Total	1.590	12.242	259	2.895,5	1.849	15.137,5	100,0%	100,0%

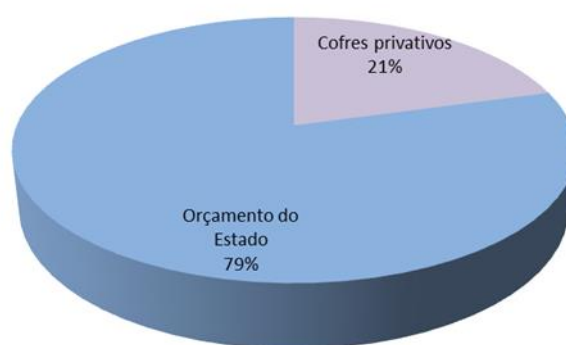
Relativamente às ações de formação ministradas no exterior por efetivos da DGTC, foram realizadas 19 ações em diversos organismos, nomeadamente, Centro Cultural de Viana do Castelo, Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, Escola da Polícia Judiciária, Instituto de Gestão e Administração Pública, INA – Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, Instituto Português de Auditoria Interna, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Ordem dos Engenheiros, Polícia Judiciária – Unidade Nacional de Combate à Corrupção, Procuradoria Distrital de Lisboa, Secretaria Geral do

Ministério da Educação e Ciência, Tribunal de Contas de Cabo Verde, Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe.

	N.º Ações	N.º de Formadores	N.º horas
Formação ministrada no exterior	19	12	244

OS RECURSOS FINANCEIROS

A despesa realizada em 2015 foi de 25.143.845 €, da qual 79% respeita a dotações do orçamento do Estado e 21% dos cofres privativos.



Relativamente à distribuição da despesa realizada por agrupamento económico, constata-se que maioritariamente diz respeito a despesas com o pessoal (89,8%).

Despesa por agrupamento económico

Unidade: €

Agrupamento	Sede	SRA	SRM	Total	
				Valor	%
Despesas com o pessoal	19.134.560	1.758.381	1.685.461	22.578.402	89,8%
Aquisição de bens e serviços correntes	1.932.391	136.234	169.056	2.237.681	8,9%
Aquisição de bens de capital	310.787	3.156	13.819	327.762	1,3%
Total	21.377.738	1.897.771	1.868.336	25.143.845	100,0%

No que concerne à evolução da despesa nos últimos três anos, verifica-se que em 2014 a despesa subiu 2,3%, justificando-se o aumento a nível das despesas com o pessoal, apesar da redução do número de efetivos, pela declaração de inconstitucionalidade do art. 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, cujo efeito se traduziu no pagamento de três meses e meio de vencimentos e do subsídio de férias sem quaisquer reduções. A nível das despesas de capital o aumento verificado deve-se aos encargos no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Sistemas de Informação (PDESI) e à manutenção e beneficiação dos edifícios do Tribunal. Em 2015, o decréscimo de 5,3% da despesa deve-se essencialmente à inexistência dos fatores extraordinários a nível das despesas com o pessoal referidos relativamente ao ano anterior, às aposentações ocorridas no ano e à



cessação da obrigatoriedade da contribuição patronal para a ADSE, consubstanciada na alínea e) do art. 260.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Evolução da despesa por agrupamento económico

Unid: euro

Agrupamento	2013	2014		2015	
		Montante	Var.	Montante	Var.
Despesas com o pessoal	23.517.118	23.727.061	0,9%	22.578.402	-4,8%
Aquisição de bens e serviços correntes	2.311.535	2.455.947	6,2%	2.237.681	-8,9%
Aquisição de bens de capital	126.508	361.931	186,1%	327.762	-9,4%
Total	25.955.161	26.544.939	2,3%	25.143.845	-5,3%

Evolução da despesa por entidade

Unid: euro

Agrupamento	2013	2014		2015	
		Montante	Var.	Montante	Var.
Sede	22.165.124	22.634.855	2,1%	21.377.738	-5,6%
Secção Regional dos Açores	1.869.826	1.946.412	4,1%	1.897.771	-2,5%
Secção Regional da Madeira	1.920.211	1.963.672	2,3%	1.868.336	-4,9%
Total	25.955.161	26.544.939	2,3%	25.143.845	-5,3%

IX. ELEMENTOS COMPLEMENTARES DA CONTA CONSOLIDADA



Relatório de gestão consolidado

Índice

1. Fontes de financiamento e execução orçamental	2
1.1. Fontes de Financiamento	2
1.2. Execução Orçamental	2
1.2.1. Receita	2
1.2.1.1. Receita Emolumentar	4
1.2.1.2. Evolução do Saldo de Gerência	4
1.2.2. Despesa	5
1.2.2.1. Taxa de Cobertura e Saldo da Gerência	7
2. Demonstrações financeiras	8
2.1. Balanço	8
2.1.1. Ativo Líquido	9
2.1.2. Fundos Próprios e Passivo	10
2.2. Demonstração de Resultados	11
2.3. Outras Observações	13
2.3.1. Dívidas de Terceiros	13
2.3.2. Especialização de Proveitos	13
2.3.3. Evolução de Custos com Fornecimentos e Serviços Externos	14
2.3.4. Evolução de Custos com Pessoal	15



1. FONTES DE FINANCIAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.1. Fontes de Financiamento

De acordo com o disposto no quadro n.º I, o **montante global do financiamento** do Tribunal de Contas para 2015 ascendeu a 45.626.570 euros, dos quais 55,1% respeitaram a receitas do Cofre Privativo e os restantes 44,9% a receitas gerais provenientes do orçamento do Estado.

QDR I

FONTES DE FINANCIAMENTO	2013 (1)	%	2014 (2)	%	△ 2014 / 2015		2015 (5)	%	△ 2015 / 2014	
					(+/-)	%			(+/-)	%
					(3)-(2)/(1)	(4)-(3)/(1)			(6)-(5)-(2)	(7)-(6)/(2)
Orçamento do Estado (a)	16.305.595	33,6%	17.573.202	37,9%	1.267.607	7,8%	20.500.000	44,9%	2.926.798	16,7%
Cofre Privativo	32.269.464	66,4%	28.838.630	62,1%	-3.430.834	-10,6%	25.126.570	55,1%	-3.712.060	-12,9%
Total	48.575.059	100%	46.411.832	100%	-2.163.227	-4,5%	45.626.570	100%	-785.262	-1,7%
Cofre Privativo	32.269.464		28.838.630		-3.430.834	-10,6%	25.126.570		-3.712.060	-12,9%
Receitas correntes	6.370.200	19,7%	6.049.694	21,0%	-320.506	-5,0%	5.692.122	22,7%	-357.572	-5,9%
Trf. Corr. - A. C. SPA	29.735	0,1%	0	0,0%	-29.735	100,0%	0	0,0%	0	
Saldo da gerência anterior	25.869.529	80,2%	22.788.936	79,0%	-3.080.593	-11,9%	19.434.448	77,3%	-3.354.488	-14,7%

(em euros)

No global, o financiamento do exercício de 2015 é inferior em 1,7% (785.262 euros) ao verificado em 2014.

As dotações do Orçamento do Estado em 2015 ascenderam a 20.500.000 euros, o que representa um acréscimo de 16,7 % relativamente ao exercício de 2014, correspondente a 2.926.798 euros.

Relativamente ao orçamento privativo, o orçamento global do exercício de 2015, incluindo o saldo da gerência é inferior em 12,9% (-3.712.060 euros) ao orçamento de 2014.

O saldo da gerência de 2014 e integrado no orçamento de 2015 apresenta um decréscimo de 3.354.488 euros (-14,7%), face ao saldo de gerência integrado no exercício de 2014 justificado com o facto de o Cofre Privativo em 2014 ter suportado os encargos com pessoal que por lei deveriam ser suportados pelo Orçamento do Estado, correspondendo esse saldo a 77,3% do total do orçamento privativo.

1.2. Execução Orçamental

1.2.1. Receita

O quadro n.º II permite analisar os valores da receita cobrada pelo Cofre Privativo em 2015 por classificação económica de receita, conferindo, igualmente, uma noção do seu peso relativo por tipologia, em relação ao total de receita efetivamente cobrada, bem como oferece uma perspetiva da sua evolução no período compreendido entre 2013 e 2015.



Tribunal de Contas

Direção Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA	Receita Cobrada 2013 (1)	Receita Cobrada 2014 (2)	Δ 2014/2013		Receita *			2015 / 2014		Orçamento Inicial (9)	Orçamento Corrigido (10)	em euros Grau de (11)=(6)/(10)
			Absoluta (3)=(2)-(1)	% (4)=(3)/(1)	Liquidadada 2015 (5)	Cobrada 2015 (6)	% (7)=(5)/(6)	Absoluta (7)=(6)-(2)	% (8)=(7)/(2)			
RECEITAS CORRENTES												
Taxas de Justiça		612	612						-612	1.000	1.000	
Emolumentos do Tribunal de Contas	6.478.369	5.440.640	-1.037.729	-16,02%	6.775.453	6.746.757	98,40%	1.306.117	24,01%	5.542.200	5.542.200	121,73%
Juros de Moeda	600	187	-413	-68,83%	599	293	0,00%	107	100,00%	400	400	73,37%
Juros - IGCI	74.882	68.596	-6.285	-8,39%	24.559	24.559	0,36%	-44.038	-64,20%	56.100	56.100	45,78%
Edições do Tribunal de Contas	1.196	108	-1.088	-90,93%	1.086	932	0,01%	824	76,49%	7.000	7.000	13,32%
Venda de Bens Diversos	1.570	3.175	1.605	102,22%	1.579	1.579	0,02%	-1.596	-50,28%	2.000	2.000	78,93%
Recmbolos - Serv. Soc. Min. Justiça	2.336		-2.336	-100,00%						600	600	
Venda de Bens e Serviços - Outros	5.040		-5.040	-100,00%								
Outras Receitas Correntes	25.577	20.734	-4.843	-18,93%	53.432	56.089	0,82%	35.355	170,52%	36.000	46.000	121,93%
Total das receitas correntes	6.589.570	5.534.052	-1.055.518	-16,02%	6.856.708	6.830.208	99,61%	1.296.156	23,42%	5.645.300	5.655.300	120,78%
RECEITAS DE CAPITAL												
Alienação de bens de imobilizado	148		-148	100,00%	25.450	25.450	0,37%	25.450		1.000	1.000	2545,00%
Reposições não abatidas	2.410	8.530	6.119	253,88%	642	995	0,01%	-7.535	-88,33%	1.600	1.600	62,19%
Total das receitas de capital	2.558	8.630	5.972	233,46%	26.092	26.445	0,39%	17.915	210,04%	2.600	2.600	101,17%
Transf. Correntes - A. C. SFA(**)	30.104		-30.104	100,00%								
	30.104		-30.104	100,00%								
TOTAL DA RECEITA	6.622.232	5.542.582	-1.079.650	-16,30%	6.882.800	6.856.653	100,0%	1.314.072	23,71%	5.647.900	5.657.900	121,19%

Em 2015, o **orçamento de receita** inicial do Cofre Privativo correspondeu a 5.647.900 euros, repartindo-se em receitas correntes (5.645.300 euros) e receitas de capital (2.600 euros).

Relativamente à receita corrente liquidada, o exercício de 2015 encerrou com um total de 6.856.708 euros, o que corresponde a um desvio positivo de 1.201.408 euros face ao orçamento corrigido, tendo sido liquidados mais 1.233.253 euros de receita emolumentar que o orçamentado.

Da análise da estrutura de execução das receitas próprias, verifica-se que a receita cobrada no exercício de 2015 relativamente ao total do orçamento corrigido, em que se inclui a proveniente das reposições não abatidas, correspondeu a 121,19% (6.856.653 euros), o que denota uma variação positiva face ao inicialmente orçamentado, tendo-se cobrado mais 1.208.753 euros do que o estimado em sede de preparação do orçamento para o ano de 2015 (5.647.900 euros).

Em termos globais, o volume de receita corrente cobrada cresceu 23,42% (1.296.156 euros) no ano 2015 face ao ano anterior, e que resultou, essencialmente, no aumento verificado ao nível da receita emolumentar e que correspondeu a 1.306.117 euros isto é, um crescimento de 24,01% face ao volume de cobrança de 2014.

Quando comparada com o montante total de receitas cobradas no exercício, a receita emolumentar apresenta um peso de 98,40%, fator por si só indicativo da extrema relevância desta tipologia de receita no orçamento do Cofre Privativo, representando as restantes tipologias de receita valores residuais.



1.2.1.1. Receita Emolumentar

Atendendo ao peso da receita emolumentar no volume das receitas correntes do Tribunal de Contas, elaborou-se o quadro n.º III, que evidencia o volume de liquidações desta tipologia de receita e a correspondente variação.

QDR III (em euros)

TIPOLOGIA DE EMOLUMENTOS	2013		2014		Variação 2014/2013		2015		Variação 2015/2014	
	Liquidada	%	Liquidada	%	Absoluta	%	Liquidada	%	Absoluta	%
Fiscalização prévia e concomitante	2.982.632,83	46,6%	2.335.717,50	44,0%	-646.915,33	-21,7%	2.975.309,68	44,7%	639.592,18	27,4%
Verificação interna de contas	2.713.754,13	42,4%	2.334.099,79	44,0%	-379.654,34	-14,0%	3.044.051,70	45,7%	709.951,91	30,4%
Auditorias / VEC	702.230,32	11,0%	634.071,11	12,0%	-68.159,21	-9,7%	635.062,23	9,5%	991,12	0,2%
TOTAL DO ANO	6.398.617,28	100,0%	5.303.888,40	100,0%	-1.094.728,88	-17,1%	6.654.423,61	100,0%	1.350.535,21	25,5%

A receita emolumentar liquidada (deduzida de anulações e restituições) apresenta um crescimento de 25,5% face à liquidada no ano de 2014 (1.350.535,21 euros).

O maior crescimento verifica-se ao nível da receita emolumentar resultante da atividade da verificação interna de contas, a qual apresenta um acréscimo de 30,4%, correspondente a 709.951,91 euros acréscimo que, a par com o aumento verificado na atividade de fiscalização prévia e concomitante de 27,4% (639.592,18) euros, justifica o crescimento global da liquidação de receita.

De referir que o exercício de 2015, após dois anos nos quais se verificou uma diminuição da receita liquidada¹ apresentava valores de liquidação da receita emolumentar superiores ao ano transato, verificando-se em 2015 um crescimento nas três tipologias de receitas em análise.

1.2.1.2. Evolução do Saldo de Gerência

QDR IV (em euros)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Saldo p/ gerência seguinte (31.12.ano-n)	17.978.499	17.082.377	16.501.841	18.087.424	19.156.128	21.262.828	22.714.761	26.077.111	25.869.419	23.272.024	19.786.705	21.436.996
Recurso ao saldo da gerência anterior	3.164.929	1.284.545	217.866	31.896	127.195	217.742	237.902	217.203	339.901	2.454.740	3.002.219	0
1. Insuficiência do Orçamento do Estado	3.188.408	728.930	217.866	58.296	154.187	336.369	444.391	573.928	724.703	4.880.985	4.827.981	772.322
2. Insuficiência de receitas próprias	105.702	555.511	0	0	0	0	0	0	0	0	8.407	0

Conforme pode ser observado no quadro n.º IV, no período de 2006 a 2011 a execução orçamental do Cofre Privativo caracteriza-se por um aumento sucessivo dos saldos de gerência gerados, não obstante o facto de as disponibilidades financeiras terem colmatado as situações de insuficiência das dotações do Orçamento do Estado.

¹ O valor da receita liquidada em 2012 cifrou-se em 6.897.775,03 euros.



Esta tendência, de aumento sucessivo dos saldos de gerência gerados, não se verificou no triénio de 2012 a 2014. No entanto, no ano de 2015 o saldo de gerência do ano situa-se nos 21.436.996 euros-pelo que se verifica um aumento no saldo de 1.650.291 euros.

A insuficiência das verbas do Orçamento do Estado não pôde ser colmata pelo orçamento do Cofre Privativo, através do seu saldo de gerências anteriores em virtude da baixa taxa de execução da receita registada no primeiro semestre de 2015, que condicionou a gestão de tesouraria da Secção Regional dos Açores, de tal forma que foi necessário direcionar parte do saldo de gerências anteriores para despesas de funcionamento.

Importa referir que, já no ano de 2014, a baixa taxa de execução de receita registada pela Secção Regional dos Açores no 3.º e 4.º trimestre, condicionaram de tal forma a gestão de tesouraria que, pela primeira vez, a insuficiência das dotações do Orçamento do Estado teve de ser suprimida, na íntegra, por reforços provenientes das dotações do Tribunal de Contas (Sede), no valor de 614.220 euros, tornando-se necessário redirecionar a utilização do saldo de gerências anteriores para fazer face a despesas de funcionamento.

1.2.2. Despesa

A observação do quadro n.º V permite obter uma perspetiva integrada da execução orçamental de 2015, quer através da análise do grau de realização apresentado por cada um dos agrupamentos económicos de despesa, quer pela determinação do seu peso relativo no total de despesa realizada, quer ainda pela repartição por fonte de financiamento.

QDR V (em euros)

FONTE DE FINANCIAMENTO	2013		2014				2015				2015		
	Despesa Realizada (1)	%	Despesa Realizada (2)	%	Variação 2014 - 2013 (3)-(2)-(1)		Despesa Realizada (4)	%	Variação 2015 - 2014 (5)-(4)-(2)		Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido - Congel.	Taxa de Execução (7)=(4)/(6)
COFRE PRIVATIVO													
Despesas com pessoal	6.797.220	73,7%	6.786.138	71,8%	-11.082	-0,2%	2.669.820	51,3%	-4.116.317	-60,7%	2.227.964	5.103.243	52,3%
Bens e serviços correntes	2.300.169	24,9%	2.299.687	24,3%	-483	0,0%	2.210.508	42,4%	-89.179	-3,88%	3.240.162	3.176.401	69,6%
Bens de Capital	125.475	1,4%	360.787	3,8%	235.312	187,5%	327.762	6,3%	-33.024	-9,2%	179.774	1.168.581	28,0%
TOTAL	9.222.864	100,0%	9.446.611	100,0%	223.747	2,4%	5.208.090	100,0%	-4.238.521	-44,9%	5.647.900	9.448.225	55,1%
O. E.													
Despesas com pessoal	16.719.898	99,9%	16.940.923	99,1%	221.024	1,3%	19.906.917	99,9%	2.965.995	17,5%	18.964.911	19.915.582	100,0%
Bens e serviços correntes	11.366	0,1%	156.260	0,9%	144.894	1274,8%	25.455	0,1%	-130.805	-83,7%	801.604	53.197	47,9%
Bens de Capital	1.033	0,0%	1.144	0,0%	111	10,8%	0	0,0%	-1.144	-100,0%	733.485	355	0,0%
TOTAL	16.732.297	100,0%	17.098.327	100,0%	366.029	2,2%	19.932.373	100,0%	2.834.046	16,6%	20.500.000	19.969.134	99,8%
COFRE PRIVATIVO + O. E.													
Despesas com pessoal	23.517.118	90,6%	23.727.060	89,4%	209.942	0,9%	22.576.738	89,8%	-1.150.323	-4,8%	21.192.875	25.018.825	90,2%
Bens e serviços correntes	2.311.536	8,9%	2.455.947	9,3%	144.411	6,2%	2.235.963	8,9%	-219.984	-9,0%	4.041.766	3.229.598	69,2%
Bens de Capital	126.508	0,5%	361.931	1,4%	235.423	186,1%	327.762	1,3%	-34.168	-9,4%	913.259	1.168.936	28,0%
TOTAL	25.955.162	100,0%	26.544.938	100,0%	589.776	2,3%	25.140.463	100,0%	-1.404.475	-5,3%	26.147.900	29.417.359	85,5%

O orçamento corrigido do Tribunal de Contas reflete os seguintes factos:

- ♦ Cativeção de verbas ao orçamento, efetuada nos termos da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2015.



- ◆ Recurso ao mecanismo previsto no art.º 25 da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001).

Em termos globais, o exercício de 2015 encerrou com um volume de despesa inferior a 2014 em 5,3%, correspondente a 1.404.475 euros e com uma taxa de execução de 85,5%.

Este decréscimo verifica-se sobretudo ao nível das despesas com pessoal (-1.150.323 euros), explicando-se esta situação essencialmente com as aposentações ocorridas durante o ano de 2015, com a cessação da obrigatoriedade da contribuição patronal para a ADSE, consubstanciada na alínea e) do artigo 260.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro e ainda com o facto de no ano transato terem sido suportados três meses de remuneração e o subsídio de férias, pago em junho, sem qualquer corte por força da declaração de inconstitucionalidade das normas constantes do artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

Nos exercícios de 2013 a 2015 as **dotações do Orçamento do Estado** suportaram quase exclusivamente despesas com o pessoal, cuja representatividade corresponde a 99,9%, 99,1% e 99,9% respetivamente, da despesa total, apresentando o exercício de 2015 um volume de despesa superior a 2014 em 16,6%, correspondente a 2.834.046 euros.

O acréscimo de despesa do Orçamento do Estado verifica-se maioritariamente ao nível das rubricas com o pessoal, que apresentam um volume de despesa superior em 2015 no montante de 2.965.995 euros, e encontra justificação no acréscimo do financiamento, através das dotações do Orçamento do Estado para 2015.

Refira-se que as dotações do Orçamento do Estado foram, à semelhança de exercícios anteriores (2012 a 2014), insuficientes para pagamento integral das despesas com o pessoal, tendo os cofres privativos suportado parte das remunerações certas e permanentes, num total de 772.322 euros.

No que diz respeito ao total de despesa efetuada por conta do **orçamento do Cofre Privativo**, a mesma ascende a 5.208.090 euros, em que 2.669.820 euros correspondem a despesas com o pessoal, 2.210.508 euros a aquisição de bens e serviços correntes e 327.762 euros a aquisição de bens de capital.

A variação negativa de 44,9% (-4.238.521 euros), entre 2015/2014 na despesa do Cofre Privativo, justifica-se essencialmente pela diminuição das despesas com o pessoal face ao exercício anterior, ano em que as dotações do Cofre Privativo suportaram o montante de 4.827.981 euros de forma a colmatar a insuficiência das receitas do Orçamento do Estado.

O orçamento do Cofre Privativo suportou ainda a totalidade dos encargos associados às demais despesas, nomeadamente, deslocações em serviço de efetivos do Tribunal de Contas e seus Serviços de Apoio, não só no território nacional como no estrangeiro, recurso a empresas de auditoria e consultores externos, entre outros.



Refira-se ainda que, no exercício de 2015, foram efetuados pagamentos, que totalizaram 188.442,03 euros, relativos a compromissos assumidos, transitados do exercício de 2014 e por outro lado, a despesa efetiva de 2015 não reflete o total de 480.330,77 euros relativos a compromissos assumidos e não pagos que transitaram para o exercício de 2016.

1.2.2.1. Taxa de Cobertura e Saldo da Gerência

O quadro n.º VI revela a taxa de cobertura da receita cobrada no exercício relativamente ao total de despesa realizada.

QDR VI (em euros)

ANO	Receita Exercício (1)	Despesa Realizada (2)	Saldo (3)=(1)-(2)	Taxa de Cobertura (4)=(1)/(2)	Encargos OE
2012	6.993.457	7.201.047	-207.590	0,97	
2013	6.625.370	9.222.864	-2.597.494	0,72	
2014	5.961.292	9.446.644	-3.485.352	0,63	
2015	6.856.653	5.208.089	1.648.564	1,32	
	Sem encargos transferidos do Orçamento do Estado				
2012	6.993.457	4.301.968	2.691.488	1,63	2.899.079
2013	6.625.370	4.341.878	2.283.491	1,53	4.880.985
2014	5.961.292	4.618.663	1.342.629	1,29	4.827.981
2015	6.856.653	4.435.767	2.420.886	1,55	772.322

Da observação do quadro, verifica-se que o indicador relativo à taxa de cobertura no exercício de 2015 é superior a 1 tendo a receita cobrada sido superior ao total de despesa realizada em 1.648.564 euros.

No entanto, excluindo-se desta análise os encargos que o Cofre Privativo, por insuficiência das dotações do Orçamento do Estado, suportou e que conforme referido anteriormente ascenderam a 772.322 euros, a taxa de cobertura situou-se no exercício de 2015 em 1,55, correspondendo a um saldo positivo de 2.420.886 euros.

Após análise da gestão orçamental relativa ao ano económico de 2015, onde se procedeu à caracterização e estudo da evolução do financiamento do Tribunal de Contas – Sede, bem como à análise da execução dos orçamentos da receita e despesa associados, pretende-se agora evidenciar a situação financeira e patrimonial do Tribunal, através da análise do Balanço e da Demonstração de Resultados.



Tribunal de Contas

Direção - Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Balanço

O Balanço do Tribunal de Contas referente a 31 de dezembro de 2015, que se encontra exposto no quadro n.º VII, evidencia, para além da situação patrimonial do Tribunal naquela data, a variação ocorrida na composição e valor do património através da comparação com o balanço reportado a 31 de dezembro de 2014.

CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2015		2014		CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2014	2015
		ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES / PROVISÕES	ATIVO LÍQUIDO	ATIVO LÍQUIDO				
	ATIVO								
	IMOBILIZADO						FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						FUNDOS PRÓPRIOS		
433	Propriedade Industrial e Outros Direitos	708.128,48	663.685,87	44.442,61	20.608,65	61	Património	18.961.949,75	18.961.949,75
		708.128,48	663.685,87	44.442,61	20.608,65	575	Subsídio	0,00	0,00
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					676	Doações	72.793,44	74.484,66
421	Terenos e Recursos Naturais	2.053.036,82	0,00	2.053.036,82	2.053.036,82	577	Reservas Dec. Transf. Ativos	0,00	0,00
422	Edifícios e Outras Construções	14.723.340,81	6.837.276,49	7.886.064,32	8.167.966,87	679	Outras	0,00	0,00
423	Equipamento Básico	4.988.902,35	4.603.575,19	365.327,16	357.177,85	59	Resultados Transferidos	13.605.356,22	17.850.389,28
424	Equipamento de Transporte	122.426,07	113.091,84	9.334,53	16.348,90	88	Resultado Líquido do Exercício	727.719,05	-1.150.442,43
425	Ferramentas e Utensílios	6.427,55	6.427,68	0,00	6,60		TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS	33.457.619,47	32.727.672,30
426	Equipamento Administrativo	3.173.086,57	3.103.950,12	69.136,45	63.324,52		PASSIVO		
438	Outras Imob. Corpóreas	1.246.645,88	63.092,62	1.183.553,26	1.151.825,24	29	Provisões para Riscos e Encargos	7.137,37	7.137,37
442	Imobilizações em curso	4.774,10	0,00	4.774,10	0,00			7.137,37	7.137,37
		27.198.840,28	14.759.373,64	12.439.460,84	12.739.686,81		DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO		
4141	Investimentos Financeiros					221	Fornecedores C/C	107.378,72	114.545,93
4142	Terenos e Recursos Naturais	23.692,90	0,00	23.692,90	23.692,90	228	Fornecedores - Facturas em Receção e Conf.	84.028,59	47.069,51
	Edifícios e Outras Construções	71.078,70	24.662,27	46.416,43	47.310,49	252	Credores pela execução do orçamento		
		94.771,60	24.662,27	70.109,33	71.003,39	2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	4.774,10	0,00
	CIRCULANTE					24	Estado e outros Entes Públicos	17.180,21	26.702,05
	EXISTÊNCIAS					262	Remunerações a Pagar	0,00	427,88
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	112.679,09	94.329,05	56.354,01	50.788,20	267	Consultores, Assesores	0,00	0,00
32	Mercadorias	12.806,49	7.584,84	6.311,69	0,00	268	Outros credores diversos	12.704,80	9.949,24
		126.075,58	61.900,02	63.665,66	50.788,20		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	226.054,42	211.693,61
	DIVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO					273	Acréscimos de custos	3.406.400,76	3.131.059,69
211	Clientes C/C	199,27	0,00	199,27	45,87	274	Provetos diferidos	1.874.759,87	1.900.083,34
212	Contribuintes C/C	860.006,78	0,00	860.006,78	718.038,66		TOTAL DO PASSIVO	6.616.353,42	5.270.876,01
218	Clientes, Cont. a Usadas de cobrança diversas	90.721,36	90.721,36	0,00	6.979,83				
221	Fornecedores C/C			0,00	0,00				
229	Adiantamento a fornecedores	2,87		2,87	0,00				
24	Estado e outros Entes Públicos	4.149,44	0,00	4.149,44	3.773,45				
262	Pessoal - Outras Operações	917,86	0,00	917,86	899,50				
268	Outros Devedores Diversos	2.415,88	0,00	2.415,88	7.832,28				
251	Devedores pela execução do orçamento			0,00	0,00				
		758.413,46	90.721,36	667.692,10	739.569,59				
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS								
163	Títulos de Dívida Pública	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00	1.600.000,00				
		1.300.000,00	0,00	1.300.000,00	1.600.000,00				
	CONTA NO TESOURO, DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA								
	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA								
13	Contas no Tesouro	20.154.086,34	0,00	20.154.086,34	18.131.629,00				
12	Depósitos em Instituições Financeiras	5.411,82	0,00	5.411,82	2.310,17				
11	Caixa	2.080,00	0,00	2.080,00	4.560,00				
		20.161.588,16	0,00	20.161.588,16	16.138.529,17				
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								
271	Acréscimos de provetos	4.123.678,45	0,00	4.123.678,45	4.319.060,59				
272	Custos diferidos	103.529,84	0,00	103.529,84	109.609,71				
		4.227.208,29	0,00	4.227.208,29	4.428.670,30				
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		15.447.721,78						
	TOTAL DAS PROVISÕES		152.631,28						
	TOTAL DO ATIVO	54.574.525,85	16.600.363,06	38.974.172,79	37.958.448,31		TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	38.974.172,79	37.958.448,31

Da observação do balanço pode concluir-se que as **Disponibilidades** existentes na conta do Tesouro, em depósitos em instituições financeiras e em caixa, no total de 20.161.588,16 euros o **Imobilizado**, que ascende a 12.483.909,25 euros e os **Acréscimos e Diferimentos**, no total de 4.227.208,29 euros correspondem à quase totalidade do ativo líquido, cujo montante ascende a 38.974.172,79 euros.



Ao nível das **Existências**, foram constituídas provisões para depreciação de existências num total de 61.909,92 euros, em que 7.584,84 euros correspondem à provisão relativa à Revista do Tribunal de Contas e 54.325,08 euros dizem respeito à provisão associada aos bens adquiridos e destinados a consumo interno.

Para melhor compreensão e análise da evolução do património verificada no período 2014-2015 foram elaborados os quadros n.º VIII - *Comparação do ativo líquido* e n.º IX - *Comparação dos fundos próprios e passivo* onde se apresenta, em termos absolutos e percentuais, a variação referida anteriormente.

2.1.1. Ativo Líquido

QDR VIII		(em euros)			
CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO	
		ATIVO LÍQUIDO	ATIVO LÍQUIDO	ABS.	%
ATIVO					
IMOBILIZADO					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
433	Propriedade Industrial e Outros Direitos	44.442,61	20.898,85	14.543,76	48,64%
		44.442,61	20.898,85	14.543,76	48,64%
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
421	Terrenos e Recursos Naturais	2.953.036,82	2.953.036,82	0,00	0,00%
422	Edifícios e Outras Construções	7.886.054,32	8.167.968,87	-281.904,55	-3,45%
423	Equipamento Básico	363.327,16	387.177,88	-23.850,70	-6,16%
424	Equipamento de Transporte	9.334,83	16.348,80	-7.014,37	-42,90%
425	Ferramentas e Utensílios	0,00	6,60	-6,60	-100,00%
426	Equipamento Administrativo	69.136,45	63.324,52	5.811,93	9,18%
429	Outros Imob. Corpóreas	1.153.793,26	1.151.825,24	1.968,02	0,17%
442	Imobilizações em curso	4.774,10	0,00	4.774,10	0,00%
		12.439.466,64	12.739.688,81	-300.222,17	-2,36%
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
4141	Terrenos e Recursos Naturais	23.692,00	23.692,90	0,00	0,00%
4142	Edifícios e Outras Construções	46.416,43	47.310,49	-894,06	-1,89%
		70.109,33	71.003,39	-894,06	-0,02%
CIRCULANTE					
EXISTÊNCIAS					
36	Matérias Primas, Subsistências e de Consumo	58.354,01	50.788,20	7.565,81	14,90%
32	Mercadorias	5.311,65	0,00	5.311,65	
		63.665,66	50.788,20	12.877,46	25,36%
DIVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO					
211	Cientes C/C	199,27	45,87	153,40	334,42%
212	Contribuintes C/C	660.006,78	718.038,66	-58.031,88	-8,08%
218	Cientes, Cont. e Liantes de cobrança duvidosa	0,00	8.979,83	-8.979,83	100,00%
221	Fornecedoras C/C	0,00	0,00	0,00	0,00%
229	Adiantamento a fornecedoras	2,87	0,00	2,87	
24	Estado e outros Entes Públicos	4.149,44	3.773,45	375,99	9,95%
262	Fiscal - Outras Operações	917,88	899,50	18,38	2,04%
268	Outros Devedoras Diversos	2.416,88	7.832,28	-5.416,40	-69,15%
281	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	
		667.682,10	739.569,59	-71.880,36	-9,72%
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS					
153	Títulos da Dívida Pública	1.300.000,00	1.800.000,00	-500.000,00	-27,78%
		1.300.000,00	1.800.000,00	-500.000,00	-27,78%
CONTA NO TESOURO, DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA					
13	Contas no Tesouro	20.154.086,34	18.131.629,00	2.022.457,34	11,15%
12	Depósitos em Instituições Financeiras	5.411,82	2.310,17	3.101,65	134,26%
11	Caixa	2.090,00	4.590,00	-2.500,00	-54,47%
		20.161.588,16	18.138.529,17	2.023.058,99	11,15%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
271	Acrescimos de proventos	4.123.078,45	4.310.080,59	-186.302,14	-4,52%
272	Custos diferidos	103.528,84	109.000,71	-6.379,67	-5,80%
		4.227.208,29	4.428.970,30	-201.762,01	-4,56%
TOTAL DO ATIVO		38.974.172,79	37.990.448,31	975.724,48	2,57%

Da análise do quadro n.º VIII constata-se que o ativo líquido teve um aumento 975.724,48 euros, comparativamente ao apurado no exercício de 2014.



Relativamente ao **Imobilizado**, verifica-se um crescimento de 48,64% no valor do Imobilizado incorpóreo e, quanto ao imobilizado corpóreo, verifica-se que o decréscimo de 2,36% resulta da redução registada na grande maioria dos bens que o compõem, de onde se destacam as referentes às *Ferramentas e Utensílios* (-100%) e ao *Equipamento de Transporte* (-42,90%).

O exercício de 2015 reflete ainda processos de abate ao ativo imobilizado do Tribunal de Contas, num total de 516.778,81 euros. Deste total, 503.785,09 euros são relativos ao ativo imobilizado do Cofre privativo, dos quais 244.478,58 euros correspondem a equipamento básico e 207.288,96 euros a veículos ligeiros. De referir que o valor líquido dos bens abatidos se cifrava em 496,60 euros.

Pese embora se tenha verificado um aumento do ativo líquido, ao nível dos **Acréscimos e diferimentos**, verifica-se uma diminuição de 201.762,01 euros face ao exercício anterior (4,56%), justificada maioritariamente pela diminuição verificado ao nível dos Acréscimos de Proveitos (-195.382,14 euros).

2.1.2. Fundos Próprios e Passivo

A composição dos **Fundos Próprios e Passivo**, pode analisar-se pela observação do quadro n.º IX, em que os Fundos Próprios correspondem a 33.457.819,37 euros e o Passivo a 5.516.353,42 euros, dos quais 226.064,42 euros são relativos a **Dívidas a Terceiros** e 5.283.151,63 euros referem-se a **Acréscimos e Diferimentos**.

QDR IX		(em euros)			
CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2015	2014	ABS.	%
FUNDOS PRÓPRIOS					
51	Património	18.961.949,76	18.961.949,76		
575	Subsídio				
576	Doações	72.793,44	74.484,69	-1.691,25	-2,27%
577	Reservas Dec. Transf. Ativos				100,00%
59	Resultados Transitados	13.695.356,22	17.850.580,28	-4.155.224,06	23,28%
88	Resultado Líquido do Exercício	727.719,95	-4.159.442,43	4.887.162,38	117,50%
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	33.457.819,37	32.727.572,30	730.247,07	2,23%
PASSIVO					
29	Provisões para Riscos e Encargos	7.137,37	7.137,37		
		7.137,37	7.137,37		
DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO					
221	Fornecedores C/C	107.378,72	114.545,93	-7.167,21	-6,26%
228	Fornecedores - Facturas Recep. e Conf.	84.026,59	47.068,51	36.958,08	78,52%
2611	Fornecedores do Imobilizado C/C	4.774,10		4.774,10	100,00%
24	Estado e outros Entes Públicos	17.180,21	39.702,05	-22.521,84	-56,73%
262	Remunerações a Pagar		427,88	-427,88	-100,00%
267	Consultores, Assesores				
268	Outros credores diversos	12.704,80	9.949,24	2.755,56	27,70%
		226.064,42	211.693,61	14.370,81	6,79%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
273	Acréscimos de custos	3.408.400,76	3.151.959,69	256.441,07	8,14%
274	Proveitos diferidos	1.874.750,87	1.900.085,34	-25.334,47	-1,33%
		5.283.151,63	5.052.045,03	231.106,60	4,57%
	TOTAL DO PASSIVO	5.516.353,42	5.270.876,01	245.477,41	4,66%
	TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	38.974.172,79	37.998.448,31	975.724,48	2,57%



Para o aumento do passivo líquido (975.724,48 euros) contribuiu maioritariamente, o aumento do resultado líquido do exercício no montante de 4.887.162,38 euros.

A variação verificada ao nível dos acréscimos de custos no valor de 256.441,07 euros encontra justificação no reconhecimento dos custos com as remunerações e correspondentes encargos sociais na sequência da publicação da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro que estabeleceu a extinção da redução remuneratória na Administração Pública prevista na Lei 75/2014, de 12 de setembro.

2.2. Demonstração de Resultados

O quadro n.º X evidencia os custos e proveitos segundo a sua natureza, tendo por finalidade o apuramento dos resultados do exercício económico em análise, bem como a sua comparação com o exercício de 2014.

QDR X		(em euros)			
CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIOS			
		2015		2014	
CUSTOS E PERDAS					
61	Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	101.150,18	101.150,18	105.172,24	105.172,24
62	Fornecimentos e Serviços Externos		2.252.146,34		7.737.005,28
64	Custos com o Pessoal				
641/642	Remunerações do pessoal	18.586.071,83		19.166.928,32	
643	Passagens	8.742,44		7.495,90	
645	Encargos sobre Remunerações	4.174.313,91		4.432.258,69	
646	Seguros de Acidentes de Trabalho	5.985,36		5.829,36	
647	Encargos Sociais Voluntários	0,00		0,00	
648	Outros Custos com o Pessoal	28.422,78	22.803.536,32	25.291,63	23.637.804,10
63	Transferências Correntes Concedidas Prestações Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Amortizações de Exercício	618.528,22		741.737,04	
67	Provisões do Exercício	50.872,58	669.400,80	62.463,62	804.200,66
65	Outros Custos e Perdas Operacionais		40.294,86		40.537,11
68	Custos e Perdas Financeiras (A)		25.866.528,50		26.814.719,39
			1.177,91		1.369,54
69	Custos e Perdas Extraordinárias (C)		25.867.706,41		26.816.088,93
			579.718,36		807.872,16
86	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício (E)		26.447.424,77		27.623.961,09
			0,00		
88	Resultado Líquido do Exercício (G)		26.447.424,77		27.623.961,09
			727.719,95		-4.159.442,43
			27.175.144,72		23.464.518,66
PROVEITOS E GANHOS					
71	Vendas e Prestações de Serviços	1.085,70	1.085,70	108,22	108,22
72	Impostos e Taxas	6.972.778,43		6.076.561,74	
73	Proveitos Suplementares	46.555,67		27.871,41	
74	Transferências e Subsídios Correntes Obtidos				
741	Transferências - Tesouro	974.245,13			
742	Transferências Correntes Obtidas	18.959.843,95		17.097.181,85	
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	9.054,75	26.962.477,93		23.201.615,00
	(B)		26.963.563,63		23.201.723,22
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		33.117,32		89.094,93
	(D)		26.996.680,95		23.290.818,15
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários		178.463,77		173.700,51
	(F)		27.175.144,72		23.464.518,66
Resumo:					
Resultados operacionais: (B) - (A) =			1.097.035,13		-3.612.996,17
Resultados financeiros: (D) - (B) - (C) - (A) =			31.939,41		87.725,39
Resultados correntes: (D) - (C) =			1.128.974,54		-3.825.270,78
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			727.719,95		-4.159.442,43
Resultado líquido do exercício (F) - (G) =			727.719,95		-4.159.442,43



Da análise da demonstração de resultados conclui-se que o total dos **Custos e Perdas** em 2015 ascendeu a 26.447.424,77 euros, dos quais 25.866.528,50 euros dizem respeito a custos e perdas operacionais, 1.177,91 euros são de natureza financeira e os restantes 579.718,36 euros de natureza extraordinária.

Relativamente aos **Custos e perdas operacionais**, destacam-se os **Custos com o Pessoal** que correspondem a 88,16% do seu total (22.803.536,32 euros). As remunerações do pessoal (18.586.071,83 euros) correspondem à quase totalidade dos custos com o pessoal, tendo sofrido uma diminuição de 580.856,49 euros face ao montante apurado no ano anterior.

Este decréscimo, como anteriormente referido justifica-se fundamentalmente com as aposentações ocorridas durante o ano de 2015, com a declaração de inconstitucionalidade das normas constantes do artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro e ainda com a cessação da obrigatoriedade da contribuição patronal para a ADSE, consubstanciada na alínea e) do artigo 260.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Os **Custos e Perdas Extraordinários**, no total de 579.718,36 euros, englobam as perdas apuradas em existências e imobilizado, as correções relativas a exercícios anteriores e outros custos e perdas extraordinários, entre os quais a redução de proveitos especializados em sede de verificação interna de contas. Esta decisão resultou da verificação de contas cuja antiguidade não justificava a prossecução dos trabalhos, não tendo por isso sido objeto de fixação de emolumentos.

Os **Proveitos e Ganhos** de 2015, superiores em 15,81% (3.710.626,06 euros) ao apurado no exercício anterior, correspondem a 27.175.144,72 euros dos quais 26.963.563,63 euros respeitam a proveitos e ganhos operacionais e 33.117,32 euros a proveitos e ganhos de natureza financeira, relativos aos juros recebidos pelas aplicações em Certificados Especiais de Dívida emitidos pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP-E.P.E.

O montante de 178.463,77 euros relativo a **Proveitos Extraordinários** é essencialmente justificado pela redução de provisões anteriormente constituídas, quer ao nível de bens de consumo que foram objeto de abate, quer ao nível da provisão de clientes para cobrança duvidosa cuja dívida foi regularizada no exercício de 2015.

A conjugação dos fatores referenciados, contribuiu para o apuramento de um **Resultado Líquido** de 727.719,95 euros.



2.3. Outras Observações

2.3.1. Dívidas de Terceiros

QDR XI (em euros)

DÍVIDA DE TERCEIROS	Anteriores a 2013		2013		2014		2015		TOTAL	
		%		%		%		%		%
Emolumentos	160.949,44	98,04%	86.315,10	99,98%	104.436,98	100,00%	568.110,30	99,88%	919.811,82	99,58%
Fiscalização prévia e concomitante	103.126,71	62,82%	54.525,60	63,16%	27.400,47	26,24%	201.502,00	35,43%	386.554,78	41,85%
Verificação interna de contas	56.359,42		30.567,44	35,41%	47.620,82	45,60%	289.735,39	50,94%	424.283,07	45,93%
Auditorias / VEC	0,00		0,00	0,00%	28.292,50	27,09%	70.594,18	12,41%	98.886,68	10,71%
Outros	1.463,31	29,76%	1.222,06	1,42%	1.123,19	1,08%	6.278,73	1,10%	10.087,29	1,09%
Outras tipologias	3.209,56	1,96%	13,91	0,02%	0,00	0,00%	674,92	0,12%	3.898,39	0,42%
TOTAL DA DÍVIDA	164.159,00	100,00%	86.329,01	100,00%	104.436,98	100,00%	568.785,22	100,00%	923.710,21	100,00%
		17,77%		9,35%		11,31%		61,57%		99,99%
DÍVIDA EM EXECUÇÃO FISCAL	4.917,21	21,05%	4.698,93	20,11%	12.818,41	54,87%	928,80	3,98%	23.363,35	100,00%

Do total da dívida de terceiros a 31 de dezembro, 61,57% resultam da liquidação de receita no exercício de 2015, existindo 20,66% de receita por cobrar dos exercícios de 2013 e 2014 e os restantes 17,77% constituem dívida de receita reconhecida em anos anteriores a 2013.

Do total da dívida de terceiros resultante da atividade de fiscalização do Tribunal de Contas, 45,93% resulta da verificação interna de contas, e 41,85% da fiscalização prévia e concomitante, com um total de 424.283,07 euros e 386.554,78 euros, respetivamente, de receita emolumentar por cobrar.

2.3.2. Especialização de Proveitos

QDR XII (em euros)

Código Contas	Designação	Saldo Inicial 01-01-2015	Aumento	Redução	Saldo Final 31-12-2015
2.7.1.1.	Acréscimo de proveitos - Juros a receber	256,02	25.810,18	25.437,14	629,06
2.7.1.2.2	Acréscimo de proveitos - Impostos e taxas	4.314.100,80	2.251.344,76	2.447.630,68	4.117.814,88
2.7.1.3.	Acréscimo de proveitos - Proveitos suplementares	4.703,77	7.000,24	6.553,45	5.150,56
2.7.1.6.	Acréscimo de proveitos - Outros Proveitos Ganhos Operacionais	0,00	83,95	0,00	83,95
2.7.1.9.	Acréscimo de proveitos - Outros extraordinários	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total	4.319.060,59	2.284.239,13	2.479.621,27	4.123.678,45

As demonstrações financeiras do Tribunal apresentam em especialização de proveitos a 31.12.2015 um saldo de 4.123.678,45 euros, sendo que o montante de 4.117.814,88 euros encontra-se associado a processos que podem dar origem à fixação de emolumentos. Assim, relativamente ao processo de especialização de proveitos do exercício de 2015, foi reconhecido o total de 2.284.239,13 euros.



A redução de 2.447.630,68 euros verificada no saldo da conta 2.7.1.2.2 - *Acréscimo de proveitos - Impostos e taxas* durante o exercício de 2015 teve origem, maioritariamente, nas liquidações ocorridas nesse exercício relativamente a processos de verificação interna de contas anteriormente especializados, e que correspondiam a 4.314.100,80 euros.

2.3.3. Evolução de Custos com Fornecimentos e Serviços Externos

GDR XIII (em euros)

CUSTOS RECONHECIDOS	2013		2014		2014 / 2013		2015		2015 / 2014	
	Custos reconhecidos	%	Custos reconhecidos	%	Abs.	%	Custos reconhecidos	%	Abs.	%
	(1)		(2)		(3) = (2) - (1)	(4) = (3)/(1)	(5)		(6) = (5) - (2)	(7) = (6)/(2)
Deslocações e estadas	213.432,51	9,6%	221.782,28	10,0%	8.349,77	3,9%	194.400,36	8,6%	-27.381,92	-12,3%
Transportes - nacional	108.141,26		103.018,01		-5.123,25	-4,7%	98.742,70		-4.275,31	-4,2%
Transportes - estrangeiro	63.685,35		64.016,79		331,44	0,5%	67.395,69		3.378,90	5,3%
Alojamento - nacional	16.205,40		29.946,37		13.740,97	84,8%	13.133,65		-16.812,72	-56,1%
Alojamento - estrangeiro	25.400,50		24.801,11		-599,39	-2,4%	15.128,32		-9.672,79	-39,0%
Comunicações	178.632,28	8,1%	160.882,22	7,2%	-17.750,06	-9,9%	142.452,62	6,3%	-18.429,60	-11,5%
Fixas	41.484,86		40.460,32		-1.024,54	-2,5%	36.499,42		-3.960,90	-9,8%
Móveis	23.435,92		21.063,40		-2.372,52	-10,1%	15.381,95		-5.681,45	-27,0%
De dados	41.814,36		32.477,35		-9.337,01	-22,3%	22.800,94		-9.676,41	-29,8%
Correios	44.813,05		40.013,85		-4.799,20	-10,7%	41.230,69		1.216,84	3,0%
Outras	27.084,09		26.867,30		-216,79	-0,8%	26.539,62		-327,68	-1,2%
Conservação e reparação	505.480,85	22,8%	550.981,60	24,7%	45.500,75	9,0%	524.485,06	23,3%	-26.496,54	-4,8%
Edifícios	45.788,44		33.449,97		-12.338,47	-26,9%	65.614,65		32.164,68	96,2%
Equipamento básico e administrativo	331.609,65		353.062,53		21.452,88	6,5%	345.501,46		-7.561,07	-2,1%
Viaturas	22.088,80		16.549,70		-5.539,10	-25,1%	6.279,04		-10.270,66	-62,1%
Outras	105.993,96		147.919,40		41.925,44	39,6%	107.089,91		-40.829,49	-27,6%
Encargos das instalações	666.516,09	30,0%	660.453,78	29,7%	-6.062,31	-0,9%	659.679,12	29,3%	-774,66	-0,1%
Electricidade	188.417,08		183.145,32		-5.271,76	-2,8%	169.599,14		-13.546,18	-7,4%
Água	13.035,14		13.743,74		708,60	5,4%	13.245,10		-498,64	-3,6%
Segurança	253.185,43		254.184,44		999,01	0,4%	248.953,18		-5.231,26	-2,1%
Limpeza	211.878,44		209.380,28		-2.498,16	-1,2%	227.881,70		18.501,42	8,8%
Trabalhos especializados	337.862,30	15,2%	359.460,47	16,1%	21.598,17	6,4%	401.797,98	17,8%	42.337,51	11,8%
Formação	40.375,54	1,8%	26.686,15	1,2%	-13.689,39	-33,9%	57.365,65	2,5%	30.679,50	115,0%
Rendas - Outros bens	38.198,88	1,7%	42.376,58		4.177,70		75.275,78		32.899,20	77,6%
Outros fornecimentos e serviços externo	237.754,14	10,7%	204.382,20	9,2%	-33.371,94	-14,0%	196.689,77	8,7%	-7.692,43	-3,8%
TOTAL	2.218.252,59	100,0%	2.227.005,28	98,1%	4.574,99	0,2%	2.252.146,34	96,7%	25.141,06	1,1%

Em termos globais os custos com o fornecimento de bens e serviços apresenta um acréscimo de 1,1% face ao exercício de 2014, correspondente ao montante de 25.141,06 euros, verificando-se uma redução na maior parte dos custos comparativamente ao ano anterior, excetuando-se os custos com a formação, rendas e trabalhos especializados.

No que respeita aos custos com as comunicações verifica-se uma redução global de 11,5%, correspondente a 18.429,60 euros, sendo a maior redução relativa às comunicações de dados que apresentam um decréscimo de -9.676,41 euros (29,8%).

A variação positiva de 32.899,20 (77,6%) observada ao nível das rendas-outros bens, decorre dos custos com o contrato de aluguer de viaturas celebrado pela Direção-Geral em 2015, para substituição do parque automóvel, tendo contribuído maioritariamente para a diminuição de 62,1% dos custos de manutenção de viaturas.



Tribunal de Contas

Direção-Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Ao nível dos encargos com a conservação e reparação de edifícios a variação de 32.164,68 euros (96,2%) encontra justificação nas obras de conservação das fachadas dos edifícios afetos ao Tribunal de Contas.

Verifica-se que as despesas com as instalações são as que apresentam o maior peso, correspondendo a 29,3% do total dos custos reconhecidos neste período.

Refira-se que foi reconhecido no ano 2015 o montante de 26.446,07 euros, referente à autoliquidação do IVA, na sequência da celebração entre o Tribunal de Contas (Sede) e a empresa espanhola Iberdrola Clientes, S.A.U, do contrato de aquisição de eletricidade em regime de mercado livre.

2.3.4. Evolução de Custos com Pessoal

QDR XIV

CUSTOS RECONHECIDOS	2013		2014		2014 / 2013		2015		2015 / 2014	
	Custos reconhecidos (1)	%	Custos reconhecidos (2)	%	Variação		Custos reconhecidos (5)	%	Variação	
					Abs. (3) = (2) - (1)	% (4) = (3)/(1)			Abs. (6) = (5) - (2)	% (7) = (6)/(2)
Remunerações	18.521.662,59	75,3%	17.539.247,49	74,2%	-982.415,10	-5,3%	16.931.909,80	74,3%	-607.337,69	-3,5%
Remuneração base	14.469.719,09	58,9%	14.341.421,10	60,7%	-128.297,99	-0,9%	13.882.124,82	60,9%	-459.296,28	-3,2%
Subsídio de refeição	507.071,04	2,1%	482.403,20	2,0%	-24.667,84	-4,9%	485.282,83	2,1%	2.879,63	0,6%
Subsídio de férias e de Natal	3.384.978,57	13,8%	2.553.614,35	10,8%	-831.364,22	-24,6%	2.418.652,99	10,6%	-134.961,36	-5,3%
Trabalho extraordinário	80.889,04	0,3%	93.540,30	0,4%	12.651,26	15,6%	81.179,53	0,4%	-12.360,77	-13,2%
Maternidade e paternidade	27.141,93	0,1%	15.402,10	0,1%	-11.739,83	-43,3%	14.878,50	0,1%	-523,60	-3,4%
Representação	51.862,92	0,2%	52.866,44	0,2%	1.003,52	1,9%	49.791,13	0,2%	-3.075,31	-5,8%
Encargos sociais	4.286.824,02	17,4%	4.432.258,69	18,8%	145.434,67	3,4%	4.174.313,91	18,3%	-257.944,78	-5,8%
ADSE	341.789,84	1,4%	187.493,88	0,8%	-154.295,96	-45,1%	8,52	0,0%	-187.485,36	-100,0%
Caixa Geral de Aposentações	3.799.267,73	15,5%	4.049.654,68	17,1%	250.386,95	6,6%	3.992.629,07	17,5%	-57.025,61	-1,4%
Segurança Social	145.766,45	0,6%	195.110,13	0,8%	49.343,68	33,9%	181.676,32	0,8%	-13.433,81	-6,9%
Outros custos com o pessoal	1.772.928,65	7,2%	1.666.297,92	7,0%	-106.630,73	-6,0%	1.697.312,61	7,4%	31.014,69	1,9%
Ajudas de custo - Nacional	32.209,35	0,1%	39.196,50	0,2%	6.987,15	21,7%	36.014,61	0,1%	-3.181,89	-8,1%
Ajudas de custo - Estrangeiro	24.092,31	0,1%	37.715,09	0,2%	13.622,78	56,5%	33.618,19	0,0%	-4.096,90	-10,9%
Despesas de Saúde	670,24	0,0%	2.270,77	0,0%	1.600,53	238,8%	2.374,96	6,7%	104,19	4,6%
Sub. compensação e supl. disponibilidade permanente	1.602.312,43	6,5%	1.510.182,20	6,4%	-92.130,23	-5,7%	1.538.851,33	6,7%	28.669,13	1,9%
Outros custos	113.644,32	0,5%	76.933,36	0,3%	-36.710,96	-32,3%	86.453,52	0,4%	9.520,16	12,4%
TOTAL	24.581.415,26	100,0%	23.637.804,10	100,0%	-943.611,16	-3,8%	22.803.536,32	100,0%	-834.267,78	-3,5%

Os custos com o pessoal sofreram uma diminuição de 3,5% face a ano transato, encontrado este decréscimo, como anteriormente elencado, justificação fundamentalmente pelas aposentações ocorridas durante 2015, pela cessação da obrigatoriedade da contribuição patronal para a ADSE, consubstanciada na alínea e) do artigo 260.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro e pela declaração de inconstitucionalidade das normas constantes do artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro que resultou, em 2014, no pagamento, sem cortes de três meses de remunerações, acrescidas do subsídio de férias.

Lisboa, em 29 de março de 2016.

O Diretor-Geral,

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA CONSOLIDADO

Período de 01 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2015

(em euros)

Prg	Med	Act./ Proj.	Classificação Económica		Dotações Corrigidas (6)	Cativos ou Congelamentos (7)	Compromissos assumidos		Despesas Pagas				Diferenças			Grau de exec. orçamental das despesas (17) = (13) / (6-7) * 100	
			Código (4)	Descrição (5)			Ano (8)	Anos Ant. (9)	Ano (10)	Anos Ant. (11)	RAP5 (12)	Total PG Liq. (13) = (10) + (11) - (12)	Dotação não Comprometida (14) = (6) - (7) - (8) - (9)	Saldo (15) = (6)-(7) - (13)	Compromissos por pagar (16) = (8) + (9) - (13)		
001	001	264	D.01.01.01.00.00	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA	1.192.435,00	0,00	1.187.697,29	0,00	1.187.697,29	0,00	0,00	1.187.697,29	4.737,71	4.737,71	0,00	99,60	
001	001	264	D.01.01.03.00.00	PESSOAL DOS QUADROS-RFP	13.583.049,00	0,00	11.620.406,34	0,00	11.623.920,97	0,00	3.514,63	11.620.406,34	1.962.642,66	1.962.642,66	0,00	85,55	
001	001	264	D.01.01.08.00.00	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	64.361,00	0,00	62.814,63	0,00	64.350,88	0,00	1.536,25	62.814,63	1.546,37	1.546,37	0,00	97,60	
001	001	264	D.01.01.09.00.00	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	629.660,00	0,00	629.653,62	0,00	629.653,62	0,00	0,00	629.653,62	6,38	6,38	0,00	100,00	
001	001	264	D.01.01.11.00.00	REPRESENTAÇÃO	51.866,00	0,00	51.859,29	0,00	51.859,29	0,00	0,00	51.859,29	6,71	6,71	0,00	99,99	
001	001	264	D.01.01.12.00.00	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	1.176.211,00	0,00	1.007.751,79	0,00	1.008.434,11	0,00	682,32	1.007.751,79	168.459,21	168.459,21	0,00	85,68	
001	001	264	D.01.01.13.00.00	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	488.472,00	0,00	486.460,25	0,00	486.964,11	0,00	503,86	486.460,25	2.011,75	2.011,75	0,00	99,59	
001	001	264	D.01.01.14.5F.00	SUBSÍDIO DE FÉRIAS	1.198.108,00	0,00	1.191.516,09	0,00	1.191.516,09	0,00	0,00	1.191.516,09	6.591,91	6.591,91	0,00	99,45	
001	001	264	D.01.01.14.5N.00	SUBSÍDIO DE NATAL	1.161.077,00	0,00	1.155.407,37	0,00	1.155.535,73	0,00	128,36	1.155.407,37	5.669,63	5.669,63	0,00	99,51	
001	001	264	D.01.01.15.00.00	REMUNERAÇÕES DOENÇA E MAT/PATERNIDADE	288.674,00	0,00	288.667,01	0,00	288.667,01	0,00	0,00	288.667,01	6,99	6,99	0,00	100,00	
001	001	264	D.01.02.02.00.00	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	29.135,00	0,00	27.714,94	0,00	27.714,94	0,00	0,00	27.714,94	1.420,06	1.420,06	0,00	95,13	
001	001	264	D.01.02.03.00.00	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.01.02.04.00.00	AJUDAS DE CUSTO	13.600,00	0,00	6.315,39	0,00	6.340,49	0,00	25,10	6.315,39	7.284,61	7.284,61	0,00	46,44	
001	001	264	D.01.02.04.A0.01	AJUDAS DE CUSTO-ENC.ANO	148.970,00	0,00	95.419,68	0,00	76.255,06	0,00	1.845,00	74.410,06	53.550,32	74.559,94	21.009,62	49,95	
001	001	264	D.01.02.04.A0.09	AJUDAS DE CUSTO-ANOS ANTERIORES	165,00	0,00	0,00	165,00	0,00	165,00	0,00	0,00	165,00	0,00	0,00	0,00	100,00
001	001	264	D.01.02.05.00.00	ABONO PARA FALHAS	2.844,00	0,00	1.986,03	0,00	1.986,03	0,00	0,00	1.986,03	857,97	857,97	0,00	69,83	
001	001	264	D.01.02.06.00.00	FORMAÇÃO	30.121,00	0,00	22.204,67	0,00	22.204,67	0,00	0,00	22.204,67	7.916,33	7.916,33	0,00	73,72	
001	001	264	D.01.02.06.A0.09	FORMAÇÃO -ANOS ANTERIORES	2.519,00	0,00	0,00	2.518,95	0,00	2.518,95	0,00	0,00	2.518,95	0,05	0,05	0,00	100,00
001	001	264	D.01.02.08.00.00	SUBSÍDIOS ABONOS FIXAÇÃO, RESID. E ALOJAM.	546.689,00	0,00	506.292,24	0,00	506.292,24	0,00	0,00	506.292,24	40.396,76	40.396,76	0,00	92,61	
001	001	264	D.01.02.12.00.00	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÕES DE FUNÇÕES	5.673,00	0,00	5.672,86	0,00	5.672,86	0,00	0,00	5.672,86	0,14	0,14	0,00	100,00	
001	001	264	D.01.02.12.A0.00	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÕES DE FUNÇÕES	3.688,00	0,00	3.686,98	0,00	3.686,98	0,00	0,00	3.686,98	1,02	1,02	0,00	99,97	
001	001	264	D.01.02.14.00.00	OUTROS ABONOS NUMER. OU ESPÉCIE	67.198,00	0,00	64.172,10	0,00	64.172,10	0,00	0,00	64.172,10	3.025,90	3.025,90	0,00	95,50	
001	001	264	D.01.02.14.A0.01	OUTROS ABONOS NUMER. OU ESPÉCIE-ENC.ANO	50.000,00	0,00	18.223,43	0,00	15.286,93	0,00	0,00	15.286,93	31.776,57	34.713,07	2.936,50	30,57	
001	001	264	D.01.02.14.A0.09	OUTROS ABONOS NUMER. OU ESPÉCIE-ANOS ANT.	968,00	0,00	0,00	967,44	0,00	967,44	0,00	0,00	967,44	0,56	0,56	0,00	99,94
001	001	264	D.01.03.01.A0.00	CONTRIBUIÇÃO ENTIDADE PATRONAL P/ADSE	63,00	0,00	61,56	0,00	61,56	0,00	0,00	61,56	1,44	1,44	0,00	97,71	
001	001	264	D.01.03.01.80.00	ENCARGOS C/SAÚDE-OUTROS	1.100,00	0,00	713,00	0,00	713,00	0,00	0,00	713,00	387,00	387,00	0,00	64,82	
001	001	264	D.01.03.02.00.00	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE	1.000,00	0,00	754,02	0,00	754,02	0,00	0,00	754,02	245,98	245,98	0,00	75,40	
001	001	264	D.01.03.03.00.00	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	16.600,00	0,00	15.913,12	0,00	15.944,97	0,00	31,85	15.913,12	686,88	686,88	0,00	95,86	
001	001	264	D.01.03.04.00.00	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	4.486,00	0,00	2.943,04	0,00	2.943,04	0,00	0,00	2.943,04	1.542,96	1.542,96	0,00	65,60	
001	001	264	D.01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	4.025.650,00	0,00	3.951.807,68	0,00	3.951.807,68	0,00	0,00	3.951.807,68	73.842,32	73.842,32	0,00	98,17	
001	001	264	D.01.03.05.A0.B0	SEGURANÇA SOCIAL	151.603,00	0,00	147.692,41	0,00	147.692,41	0,00	0,00	147.692,41	3.910,59	3.910,59	0,00	97,42	
001	001	264	D.01.03.05.A0.B1	SEGURANÇA SOCIAL-ENC.ANO	46.852,00	0,00	24.887,73	0,00	13.245,47	0,00	0,00	13.245,47	21.964,27	33.606,53	11.642,26	28,27	
001	001	264	D.01.03.06.00.00	ACIDENTES SERVIÇO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	2.794,00	0,00	1.945,54	0,00	1.945,54	0,00	0,00	1.945,54	848,46	848,46	0,00	69,63	
001	001	264	D.01.03.08.00.00	OUTRAS PENSÕES	8.743,00	0,00	8.742,44	0,00	8.742,44	0,00	0,00	8.742,44	0,56	0,56	0,00	99,99	
001	001	264	D.01.03.09.00.00	SEGUROS	1.350,00	0,00	1.028,57	0,00	1.028,57	0,00	0,00	1.028,57	321,43	321,43	0,00	76,19	
001	001	264	D.01.03.10.00.00	OUTRAS DESPESAS SEG.SOC.-DOENÇA	833,00	0,00	828,95	0,00	828,95	0,00	0,00	828,95	4,05	4,05	0,00	99,51	
001	001	264	D.01.03.10.00.00	OUTRAS DESPESAS SEG.SOC-CONTRIBUIÇÕES	4.832,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.832,00	4.832,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.01.03.10.00.00	OUTRAS DESPESAS SEG.SOC-OUTRAS DESPESAS	2.929,00	0,00	2.927,15	0,00	2.927,15	0,00	0,00	2.927,15	1,85	1,85	0,00	99,94	
001	001	264	D.01.03.10.P0.00	OUTRAS DESPESAS SEG.SOC-PARENTALIDADE	14.507,00	0,00	14.506,58	0,00	14.506,58	0,00	0,00	14.506,58	0,42	0,42	0,00	100,00	
001	001	264	D.02.01.02.00.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	21.850,00	3.375,00	15.002,45	0,00	13.872,45	0,00	370,00	13.502,45	3.472,55	4.972,55	1.500,00	73,08	
001	001	264	D.02.01.04.00.00	LIMPEZA E HIGIENE	35.582,00	4.331,00	30.050,50	0,00	29.952,66	0,00	180,00	29.772,66	1.200,50	1.478,34	277,84	95,27	
001	001	264	D.02.01.07.00.00	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	200,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.01.08.00.00	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	24.348,00	11.400,00	10.829,71	0,00	11.434,71	0,00	605,00	10.829,71	2.118,29	2.118,29	0,00	83,64	
001	001	264	D.02.01.08.A0.01	MATERIAL DE ESCRITÓRIO-ENC.ANO	74.825,00	0,00	64.607,98	0,00	62.057,65	0,00	600,00	61.457,65	10.217,02	13.367,35	3.150,33	82,14	
001	001	264	D.02.01.08.A0.09	MATERIAL DE ESCRITÓRIO-ANOS ANTERIORES	4.600,00	0,00	0,00	4.599,22	0,00	4.599,22	0,00	0,00	4.599,22	0,78	0,78	0,00	99,98
001	001	264	D.02.01.09.00.00	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÉUTICOS	600,00	90,00	12,21	0,00	62,21	0,00	50,00	12,21	497,79	497,79	0,00	2,39	
001	001	264	D.02.01.11.00.00	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO	600,00	90,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	510,00	510,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.01.12.00.00	MATERIAL DE TRANSPORTE-PEÇAS	900,00	135,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	765,00	765,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.01.14.00.00	OUTRO MATERIAL-PEÇAS	600,00	90,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	510,00	510,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.01.15.00.00	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	2.300,00	675,00	214,81	0,00	444,81	0,00	230,00	214,81	1.410,19	1.410,19	0,00	13,22	
001	001	264	D.02.01.15.A0.01	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS-ENC.ANO	1.700,00	0,00	0,00	0,00	40,00	0,00	40,00	0,00	1.700,00	1.700,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.01.15.A0.09	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS-ANOS ANT.	2.456,00	0,00	0,00	2.455,08	0,00	2.455,08	0,00	0,00	2.455,08	0,92	0,92	0,00	99,96
001	001	264	D.02.01.17.00.00	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	600,00	90,00	171,53	0,00	171,53	0,00	0,00	171,53	338,47	338,47	0,00	33,63	
001	001	264	D.02.01.18.00.00	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	9.900,00	6.750,00	1.792,68	0,00	2.132,68	0,00	340,00	1.792,68	1.357,32	1.357,32	0,00	56,91	
001	001	264	D.02.01.18.A0.01	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA-ENC.ANO	23.254,00	0,00	14.937,58	0,00	14.689,91	0,00	40,00	14.649,91	8.316,42	8.604,09	287,67	63,00	
001	001	264	D.02.01.18.A0.09	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA-ANOS ANT.	0,00	0,00	239,73	0,00	239,73	0,00	0,00	239,73	0,27	0,27	0,00	99,89	
001	001	264	D.02.01.19.00.00	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	2.600,00	90,00	959,40	0,00	959,40	0,00	0,00	959,40	1.550,60	1.550,60	0,00	38,22	
001	001	264	D.02.01.21.00.00	OUTROS BENS	10.925,00	7.275,00	1.834,66	0,00	2.164,66	0,00	330,00	1.834,66	1.815,34	1.815,34	0,00	50,26	
001	001	264	D.02.01.21.A0.01	OUTROS BENS-ENC.ANO	51.051,00	0,00	40.963,54	0,00	41.299,99	0,00	350,00	40.949,99	10.				

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA CONSOLIDADO

Período de 01 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2015

(em euros)

Prg	Med	Act./ Proj.	Classificação Económica		Dotações Corrigidas (6)	Cativos ou Congelamentos (7)	Compromissos assumidos		Despesas Pagas				Diferenças			Grau de exec. orçamental das despesas (17) = (13) / (6-7) * 100
			Código (4)	Descrição (5)			Ano (8)	Anos Ant. (9)	Ano (10)	Anos Ant. (11)	RAPS (12)	Total PG Liq. (13) = (10) + (11) - (12)	Dotação não Comprometida (14) = (6) - (7) - (8) - (9)	Saldo (15) = (6)-(7) - (13)	Compromissos por pagar (16) = (8) + (9) - (13)	
001	001	264	D.02.02.03.A0.09	CONSERVAÇÃO DE BENS-ANOS ANT.	4.801,00	0,00	0,00	4.800,74	0,00	4.500,74	0,00	4.500,74	0,26	300,26	300,00	93,75
001	001	264	D.02.02.06.00.00	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	50.850,00	13.575,00	33.198,16	0,00	30.192,29	0,00	0,00	30.192,29	4.076,84	7.082,71	3.005,87	81,00
001	001	264	D.02.02.08.A0.01	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS-ENC.ANO	43.051,00	37.350,17	0,00	34.237,65	0,00	5.700,00	0,00	34.237,65	0,83	3.113,35	3.112,52	91,66
001	001	264	D.02.02.08.A0.09	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS-ANOS ANT.	468,00	468,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.02.09.A0.00	ACESSOS INTERNET	1.118,00	390,00	462,49	0,00	462,49	0,00	0,00	462,49	265,51	265,51	0,00	63,53
001	001	264	D.02.02.09.A0.01	ACESSOS INTERNET-ENC.ANO	25.000,00	3.750,00	13.746,00	0,00	8.599,80	0,00	0,00	8.599,80	7.504,00	12.650,20	5.146,20	40,47
001	001	264	D.02.02.09.A0.09	ACESSOS INTERNET-ANOS ANT.	1.230,00	158,00	0,00	1.071,74	0,00	1.071,74	0,00	1.071,74	0,26	0,26	0,00	99,98
001	001	264	D.02.02.09.B0.00	COMUNICAÇÕES FIXAS DE DADOS	100,00	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85,00	85,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.02.09.B0.01	COMUNICAÇÕES FIXAS DE DADOS-ENC.ANO	11.536,00	1.505,00	10.030,44	0,00	9.194,57	0,00	0,00	9.194,57	0,56	836,43	835,87	91,66
001	001	264	D.02.02.09.B0.09	COMUNICAÇÕES FIXAS DE DADOS-ANOS ANT.	4.305,00	125,00	0,00	4.179,35	0,00	4.179,35	0,00	4.179,35	0,65	0,65	0,00	99,98
001	001	264	D.02.02.09.C0.00	COMUNICAÇÕES FIXAS DE VOZ	15.850,00	8.160,00	5.169,16	0,00	5.169,16	0,00	0,00	5.169,16	2.520,84	2.520,84	0,00	67,22
001	001	264	D.02.02.09.C0.01	COMUNICAÇÕES FIXAS DE VOZ-ENC.ANO	37.005,00	0,00	32.370,24	0,00	28.365,20	0,00	0,00	28.365,20	4.634,76	8.639,80	4.005,04	76,65
001	001	264	D.02.02.09.C0.09	COMUNICAÇÕES FIXAS DE VOZ-ANOS ANT.	6.291,00	0,00	0,00	6.268,05	0,00	6.268,05	0,00	6.268,05	22,95	22,95	0,00	99,64
001	001	264	D.02.02.09.D0.00	COMUNICAÇÕES MÓVEIS	5.600,00	4.890,00	411,15	0,00	511,15	0,00	100,00	411,15	298,85	298,85	0,00	57,91
001	001	264	D.02.02.09.D0.01	COMUNICAÇÕES MÓVEIS-ENC.ANO	25.000,00	0,00	14.737,60	0,00	13.397,57	0,00	0,00	13.397,57	10.262,40	11.602,43	1.340,03	53,59
001	001	264	D.02.02.09.D0.09	COMUNICAÇÕES MÓVEIS-ANOS ANT.	4.590,00	0,00	0,00	4.277,87	0,00	4.269,61	0,00	4.269,61	312,13	320,39	8,26	93,02
001	001	264	D.02.02.09.F0.00	OUTROS SERVIÇOS COMUNICAÇÃO	10.776,00	1.275,00	5.537,45	0,00	6.062,45	0,00	525,00	5.537,45	3.963,55	3.963,55	0,00	58,28
001	001	264	D.02.02.09.F0.01	OUTROS SERVIÇOS COMUNICAÇÃO-ENC.ANO	80.000,00	10.500,00	63.576,81	0,00	54.903,87	0,00	100,00	54.803,87	5.923,19	14.696,13	8.772,94	78,85
001	001	264	D.02.02.09.F0.09	OUTROS SERVIÇOS COMUNICAÇÃO-ANOS ANT.	8.926,00	243,00	0,00	8.682,83	0,00	8.682,83	0,00	8.682,83	0,17	0,17	0,00	100,00
001	001	264	D.02.02.10.00.00	TRANSPORTES	63.690,00	9.600,00	48.056,90	0,00	48.206,90	0,00	150,00	48.056,90	6.033,10	6.033,10	0,00	88,85
001	001	264	D.02.02.10.A0.01	TRANSPORTES-ENC.ANO	32.000,00	4.650,00	25.783,78	0,00	23.639,18	0,00	50,00	23.589,18	1.566,22	3.760,82	2.194,60	86,25
001	001	264	D.02.02.10.A0.09	TRANSPORTES-ANOS ANT.	2.324,00	201,00	0,00	2.117,34	0,00	2.117,34	0,00	2.117,34	5,66	5,66	0,00	99,73
001	001	264	D.02.02.11.00.00	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	8.200,00	1.275,00	5.016,08	0,00	5.261,08	0,00	245,00	5.016,08	1.908,92	1.908,92	0,00	72,43
001	001	264	D.02.02.12.80.00	SEGUROS-OUTRAS	8.949,00	1.275,00	7.255,26	0,00	7.255,26	0,00	0,00	7.255,26	418,74	418,74	0,00	94,54
001	001	264	D.02.02.12.80.01	SEGUROS-OUTRAS-ENC.ANO	25.000,00	3.750,00	16.581,66	0,00	12.581,66	0,00	0,00	12.581,66	4.668,34	8.668,34	4.000,00	59,21
001	001	264	D.02.02.12.80.09	SEGUROS-OUTRAS-ANOS ANT.	10.143,00	0,00	0,00	9.798,82	0,00	5.798,82	0,00	5.798,82	117,18	4.117,18	4.000,00	58,48
001	001	264	D.02.02.13.00.00	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	52.365,00	30.685,00	11.745,25	0,00	11.895,25	0,00	150,00	11.745,25	9.934,75	9.934,75	0,00	54,18
001	001	264	D.02.02.13.A0.01	DESLOCAÇÕES E ESTADAS-ENC.ANO	177.996,00	0,00	80.829,64	0,00	79.694,13	0,00	500,00	79.194,13	97.166,36	98.801,87	1.635,51	44,49
001	001	264	D.02.02.13.A0.09	DESLOCAÇÕES E ESTADAS-ANOS ANT.	1.593,00	0,00	0,00	1.585,85	0,00	1.585,85	0,00	1.585,85	7,15	7,15	0,00	99,55
001	001	264	D.02.02.14.A0.01	EST.PAREC.PROJ.CONS.-SERV.NAT.INF.-ENC.ANO	36.800,00	4.800,00	31.586,16	0,00	28.953,98	0,00	0,00	28.953,98	413,84	3.046,02	2.632,18	90,48
001	001	264	D.02.02.14.A0.09	EST.PAREC.PROJ.CONS.-SERV.NAT.INF.-ANOS ANT.	3.031,00	398,00	0,00	2.632,18	0,00	2.632,18	0,00	2.632,18	0,82	0,82	0,00	99,97
001	001	264	D.02.02.14.80.00	EST.PAREC.PROJ.CONS.-OUTROS	1.120,00	270,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	850,00	850,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.02.14.80.01	EST.PAREC.PROJ.CONS.-OUTROS	123.502,00	15.000,00	32.103,00	0,00	29.427,75	0,00	0,00	29.427,75	76.399,00	79.074,25	2.675,25	27,12
001	001	264	D.02.02.14.80.09	EST.PAREC.PROJ.CONS.-OUTROS.-ANOS ANT.	106.988,00	14.250,00	0,00	92.736,99	0,00	27.580,29	0,00	27.580,29	1,01	65.157,71	65.156,70	29,74
001	001	264	D.02.02.15.00.00	FORMAÇÃO	3.000,00	0,00	121,20	0,00	121,20	0,00	0,00	121,20	2.878,80	2.878,80	0,00	4,04
001	001	264	D.02.02.15.A0.00	FORMAÇÃO-TIC	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.02.15.A0.01	FORMAÇÃO-TIC-ENC.ANO	17.500,00	0,00	12.859,91	0,00	9.317,79	0,00	0,00	9.317,79	4.640,09	8.182,21	3.542,12	53,24
001	001	264	D.02.02.15.A0.09	FORMAÇÃO-TIC-ANOS ANT.	35.378,00	0,00	0,00	35.377,26	0,00	35.377,26	0,00	35.377,26	0,74	0,74	0,00	100,00
001	001	264	D.02.02.15.80.00	FORMAÇÃO-OUTRAS	34.050,00	6.150,00	25.433,60	0,00	25.193,60	0,00	0,00	25.193,60	2.466,40	2.706,40	240,00	90,30
001	001	264	D.02.02.16.00.00	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	35.011,00	750,00	25.579,27	0,00	25.517,27	0,00	150,00	25.367,27	8.681,73	8.893,73	212,00	74,04
001	001	264	D.02.02.17.00.00	PUBLICIDADE	5.600,00	1.050,00	2.557,86	0,00	2.607,86	0,00	50,00	2.557,86	1.992,14	1.992,14	0,00	56,22
001	001	264	D.02.02.18.00.00	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	31.219,00	3.075,00	25.163,21	0,00	17.618,35	0,00	0,00	17.618,35	2.980,79	10.525,65	7.544,86	62,60
001	001	264	D.02.02.18.A0.01	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA-ENC.ANO	275.000,00	35.250,00	236.716,16	0,00	215.116,90	0,00	0,00	215.116,90	3.033,84	24.633,10	21.599,26	89,73
001	001	264	D.02.02.18.A0.09	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA-ANOS ANT.	6.606,00	3.225,00	0,00	3.380,66	0,00	3.380,66	0,00	3.380,66	0,34	0,34	0,00	99,99
001	001	264	D.02.02.19.A0.00	ASSISTÊNCIA TÉCNICA-HARDWARE	1.501,00	1.501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.02.19.A0.01	ASSISTÊNCIA TÉCNICA-HARDWARE-ENC.ANO	181.000,00	21.000,00	142.269,79	0,00	100.410,38	0,00	0,00	100.410,38	17.730,21	59.589,62	41.859,41	62,76
001	001	264	D.02.02.19.A0.09	ASSISTÊNCIA TÉCNICA-HARDWARE-ANOS ANT.	12.602,00	4.950,00	0,00	7.640,65	0,00	7.640,65	0,00	7.640,65	11,35	11,35	0,00	99,85
001	001	264	D.02.02.19.B0.00	ASSISTÊNCIA TÉCNICA-SOFTWARE	20.740,00	2.745,00	17.989,44	0,00	17.989,44	0,00	0,00	17.989,44	5,56	5,56	0,00	99,97
001	001	264	D.02.02.19.B0.01	ASSISTÊNCIA TÉCNICA-SOFTWARE-ENC.ANO	224.200,00	31.200,00	176.255,33	0,00	173.231,83	0,00	0,00	173.231,83	16.744,67	19.768,17	3.023,50	89,76
001	001	264	D.02.02.19.B0.09	ASSISTÊNCIA TÉCNICA-SOFTWARE-ANOS ANT.	4.581,00	128,00	0,00	4.452,50	0,00	4.452,50	0,00	4.452,50	0,50	0,50	0,00	99,99
001	001	264	D.02.02.19.C0.00	ASSISTÊNCIA TÉCNICA-OUTROS	13.776,00	2.025,00	6.921,12	0,00	6.921,12	0,00	0,00	6.921,12	4.829,88	4.829,88	0,00	58,90
001	001	264	D.02.02.19.C0.01	ASSISTÊNCIA TÉCNICA-OUTROS-ENC.ANO	161.000,00	21.000,00	133.819,38	0,00	107.729,12	0,00	0,00	107.729,12	6.180,62	32.270,88	26.090,26	76,95
001	001	264	D.02.02.19.C0.09	ASSISTÊNCIA TÉCNICA-OUTROS-ANOS ANT.	14.964,00	3.000,00	0,00	11.963,28	0,00	11.963,28	0,00	11.963,28	0,72	0,72	0,00	99,99
001	001	264	D.02.02.20.A0.00	OUTROS TRAB.ESPEC.-SERV.NAT.INFORMÁTICA	74.250,00	15.900,00	4.195,12	0,00	4.195,12	0,00	0,00	4.195,12	54.154,88	54.154,88	0,00	7,19
001	001	264	D.02.02.20.B0.00	OUTROS TRAB.ESPEC.-PAG.ESPAP	90.299,00	24.082,00	66.169,55	0,00	66.169,55	0,00	0,00	66.169,55	47,45	47,45	0,00	99,93
001	001	264	D.02.02.20.B0.01	OUTROS TRAB.ESPEC.-PAG.ESPAP-ENC.ANO	89.544,00	0,00	84.759,30	0,00	44.772,00	0,00	0,00	44.772,00	4.784,70	44.772,00	39.987,30	50,00
001	001	264	D.02.02.20.C0.00	OUTROS TRAB.ESPEC.-OUTROS	12.440,00	9.300,00	906,42	0,00	906,42	0,00	0,00	906,42	2.233,58	2.233,58	0,00	28,87
001	001	264	D.02.02.20.C0.01	OUTROS TRAB.ESPEC.-OUTROS-ENC.ANO	51.000,00	0,00	43.292,01	0,00	33.897,83	0,00	50,00	33.847,83	7.707,99	17.152,17	9.444,18	66,37
001	001	264	D.02.02.20.C0.09	OUTROS TRAB.ESPEC.-OUTROS-ANOS ANT.	14.050,00	0,00	0,00	13.122,53	0,00	13.122,53	0,00	13.122,53	927,47	927,47	0,	

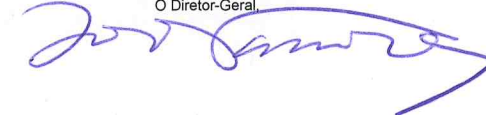
CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA CONSOLIDADO

Período de 01 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2015

(em euros)

Prg	Med	Act./Proj.	Classificação Económica		Dotações Corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos assumidos		Despesas Pagas				Diferenças			Grau de exec. orçamental das despesas
			Código	Descrição			Ano	Anos Ant.	Ano	Anos Ant.	RAPS	Total PG Liq.	Dotação não Comprometida	Saldo	Compromissos por pagar	
(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13) = (10) + (11) - (12)	(14) = (6) - (7) - (8) - (9)	(15) = (6)-(7) - (13)	(16) = (8) + (9) - (13)	(17) = (13) / (6-7) * 100	
001	001	264	D.06.02.03.A0.00	OUTRAS	152,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	152,00	152,00	0,00	0,00
001	001	264	D.07.01.03.00.00	EDIFÍCIOS	40.000,00	0,00	4.774,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.225,90	40.000,00	4.774,10	0,00
001	001	264	D.07.01.03.B0.B0	EDIFÍCIOS-CONSERVAÇÃO OU REPARAÇÃO	292.649,00	0,00	179.192,26	0,00	62.717,67	0,00	0,00	62.717,67	113.456,74	229.931,33	116.474,59	21,43
001	001	264	D.07.01.07.B0.A0	EQUIP.I.NFORMÁTICA-HARDWARE COMUNICAÇÕES	8.000,00	0,00	7.367,70	0,00	7.367,70	0,00	0,00	7.367,70	632,30	632,30	0,00	92,10
001	001	264	D.07.01.07.B0.B0	EQUIP.I.NFORMÁTICA-OUTROS	23.000,00	0,00	9.469,21	0,00	9.469,21	0,00	0,00	9.469,21	13.530,79	13.530,79	0,00	41,17
001	001	264	D.07.01.07.B0.B1	EQUIP.I.NFORMÁTICA-OUTROS-ENC.ANO	573.357,00	0,00	164.882,12	0,00	157.901,74	0,00	0,00	157.901,74	408.474,88	415.455,26	6.980,38	27,54
001	001	264	D.07.01.07.B0.B9	EQUIP.I.NFORMÁTICA-OUTROS-ANOS ANT.	4.519,00	0,00	0,00	4.518,20	0,00	4.518,20	0,00	4.518,20	0,80	0,80	0,00	99,98
001	001	264	D.07.01.08.B0.A0	SOFTWARE INF.-SOFTWARE COMUNICAÇÕES	66.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.500,00	66.500,00	0,00	0,00
001	001	264	D.07.01.08.B0.B0	SOFTWARE INF.-OUTROS	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
001	001	264	D.07.01.08.B0.B1	SOFTWARE INF.-OUTROS-ENC.ANO	58.696,00	0,00	31.419,28	0,00	31.419,28	0,00	0,00	31.419,28	27.276,72	27.276,72	0,00	53,53
001	001	264	D.07.01.08.B0.B9	SOFTWARE INF.-OUTROS-ANOS ANT.	18.953,00	0,00	0,00	18.952,91	0,00	18.952,91	0,00	18.952,91	0,09	0,09	0,00	100,00
001	001	264	D.07.01.09.A0.B0	EQUIP.ADMINISTRATIVO-OUTROS	355,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	355,00	355,00	0,00	0,00
001	001	264	D.07.01.09.B0.B0	EQUIP.ADMINISTRATIVO-OUTROS	13.200,00	0,00	1.771,20	0,00	1.771,20	0,00	0,00	1.771,20	11.428,80	11.428,80	0,00	13,42
001	001	264	D.07.01.09.B0.B1	EQUIP.ADMINISTRATIVO-OUTROS-ENC.ANO	39.908,00	0,00	28.130,58	0,00	26.911,65	0,00	0,00	26.911,65	11.777,42	12.996,35	1.218,93	67,43
001	001	264	D.07.01.09.B0.B9	EQUIP.ADMINISTRATIVO-OUTROS-ANOS ANT.	999,00	0,00	0,00	998,13	0,00	998,13	0,00	998,13	0,87	0,87	0,00	99,91
001	001	264	D.07.01.10.B0.A0	EQUIP.BÁSICO-HARDWARE COMUNICAÇÕES	700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700,00	700,00	0,00	0,00
001	001	264	D.07.01.10.B0.B0	EQUIP.BÁSICO-OUTROS	9.300,00	0,00	138,04	0,00	138,04	0,00	0,00	138,04	9.161,96	9.161,96	0,00	1,48
001	001	264	D.07.01.11.B0.00	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
001	001	264	D.07.01.12.B0.00	ARTIGOS E OBJETOS DE VALOR	4.800,00	0,00	2.465,10	0,00	2.465,10	0,00	0,00	2.465,10	2.334,90	2.334,90	0,00	51,36
001	001	264	D.07.01.15.B0.00	OUTROS INVESTIMENTOS	7.000,00	0,00	3.130,76	0,00	3.130,76	0,00	0,00	3.130,76	3.869,24	3.869,24	0,00	44,73
Total Actividade/Projecto: 264					29.884.018,00	504.349,00	25.362.885,92	257.906,99	24.966.982,02	188.442,03	14.961,91	25.140.462,14	3.758.876,09	4.239.206,86	480.330,77	85,57
001	001	957	D.06.02.03.R0.00		653.698,00	653.698,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Actividade/Projecto: 957					653.698,00	653.698,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total					30.537.716,00	1.158.047,00	25.362.885,92	257.906,99	24.966.982,02	188.442,03	14.961,91	25.140.462,14	3.758.876,09	4.239.206,86	480.330,77	85,57

Lisboa, em 29 de março de 2016
O Diretor-Geral,





CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA CONSOLIDADO

Período de 1 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2015

Prg	Med	Classificação Económica		Previsões	Receitas por cobrar	Receitas	Receitas	Receitas emitidas anuladas	Receitas Cobradas Brutas			Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida	Receitas por cobrar no final do ano	Grau de execução orçamental da receita				
		Código	Descrição						Corrigidas	no início do ano	Emitidas	Liquidadas	Ano				Anos anteriores	Total	Emitidos	Pagos
001	001	R.99.99.98.00.00	Fin. Dot. Orc. - Correntes	20.500.000,00	0,00	19.934.089,08	19.934.089,08	0,00	19.934.089,08	0,00	19.934.089,08	0,00	0,00	19.934.089,08	0,00	97,24				
		Total medida 001		20.500.000,00	0,00	19.934.089,08	19.934.089,08	0,00	19.934.089,08	0,00	19.934.089,08	0,00	0,00	19.934.089,08	0,00	97,24				
		Total programa 001		20.500.000,00	0,00	19.934.089,08	19.934.089,08	0,00	19.934.089,08	0,00	19.934.089,08	0,00	0,00	19.934.089,08	0,00	97,24				
		Total Fonte Financiamento: 111		20.500.000,00	0,00	19.934.089,08	19.934.089,08	0,00	19.934.089,08	0,00	19.934.089,08	0,00	0,00	19.934.089,08	0,00	97,24				
001	001	R.04.01.01.A0.00	Taxas de Justiça	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
001	001	R.04.01.99.A0.00	Emolumentos Tribunal de Contas	5.542.200,00	808.636,15	6.775.453,23	6.754.194,20	79.533,80	6.130.655,99	623.538,21	6.754.194,20	7.437,42	7.437,42	6.746.756,78	750.361,38	121,73				
001	001	R.04.02.01.A0.00	Juros de Mora	400,00	0,00	599,48	293,48	0,00	293,48	0,00	293,48	0,00	0,00	293,48	306,00	73,37				
001	001	R.05.03.01.A0.00	Instituto de Gestão	56.100,00	0,00	24.558,21	24.558,21	0,00	24.558,21	0,00	24.558,21	0,00	0,00	24.558,21	0,00	43,78				
001	001	R.07.01.02.A0.00	Edições Tribunal Contas	7.000,00	104,47	1.085,70	932,30	0,00	932,30	0,00	932,30	0,00	0,00	932,30	257,87	13,32				
001	001	R.07.01.05.A0.00	Venda de Bens Diversos	2.000,00	0,00	1.578,55	1.578,55	0,00	1.578,55	0,00	1.578,55	0,00	0,00	1.578,55	0,00	78,93				
001	001	R.07.02.05.A0.00	Reembolsos - Serviços Sociais Ministério da Justiça	600,00	729,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	729,15	0,00				
001	001	R.07.02.99.00.00	Outros	6.000,00	0,00	6.938,17	6.938,17	0,00	6.938,17	0,00	6.938,17	0,00	0,00	6.938,17	0,00	115,64				
001	001	R.08.01.99.A0.00	Outras Receitas Correntes	40.000,00	2.656,24	46.494,26	49.150,50	0,00	46.494,26	2.656,24	49.150,50	0,00	0,00	49.150,50	0,00	122,88				
001	001	R.09.04.04.A0.00	Alienação de Bens de Imobilizado	500,00	0,00	25.450,00	25.450,00	0,00	25.450,00	0,00	25.450,00	0,00	0,00	25.450,00	0,00	5.090,00				
001	001	R.15.01.01.00.00	Reposições não Abatidas nos Pagamentos	2.100,00	1.271,51	642,00	994,87	0,00	635,97	358,90	994,87	0,00	0,00	994,87	918,64	47,37				
		Total medida 001		5.657.900,00	813.397,52	6.882.799,60	6.864.090,28	79.533,80	6.237.536,93	626.553,35	6.864.090,28	7.437,42	7.437,42	6.856.652,86	752.573,04	121,19				
		Total programa 001		5.657.900,00	813.397,52	6.882.799,60	6.864.090,28	79.533,80	6.237.536,93	626.553,35	6.864.090,28	7.437,42	7.437,42	6.856.652,86	752.573,04	121,19				
		Total Fonte Financiamento: 510		5.657.900,00	813.397,52	6.882.799,60	6.864.090,28	79.533,80	6.237.536,93	626.553,35	6.864.090,28	7.437,42	7.437,42	6.856.652,86	752.573,04	121,19				
001	001	R.16.01.01.00.00	Na Posse do Serviço	19.786.717,00	0,00	19.786.716,13	19.786.716,13	0,00	2.082.341,35	17.704.374,78	19.786.716,13	0,00	0,00	19.786.716,13	0,00	100,00				
		Total medida 001		19.786.717,00	0,00	19.786.716,13	19.786.716,13	0,00	2.082.341,35	17.704.374,78	19.786.716,13	0,00	0,00	19.786.716,13	0,00	100,00				
		Total programa 001		19.786.717,00	0,00	19.786.716,13	19.786.716,13	0,00	2.082.341,35	17.704.374,78	19.786.716,13	0,00	0,00	19.786.716,13	0,00	100,00				
		Total Fonte Financiamento: 520		19.786.717,00	0,00	19.786.716,13	19.786.716,13	0,00	2.082.341,35	17.704.374,78	19.786.716,13	0,00	0,00	19.786.716,13	0,00	100,00				
001	001	R.06.03.07.A0.01	Transferências Correntes - A.C. - SFA	0,00	1.686,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.686,73	0,00				
		Total medida 001		0,00	1.686,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.686,73	0,00				
		Total programa 001		0,00	1.686,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.686,73	0,00				
		Total Fonte Financiamento: 540		0,00	1.686,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.686,73	0,00				
		Total		45.944.617,00	815.084,25	46.603.604,81	46.584.895,49	79.533,80	28.253.967,36	18.330.928,13	46.584.895,49	7.437,42	7.437,42	46.577.458,07	754.259,77	101,38				

Lisboa, em 25 de Março de 2016

O Diretor-Geral,